

Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil
2010

*Relatos Escritos
e Fotografias*



Receita Federal

**Secretário da Receita Federal do Brasil
Carlos Alberto Freitas Barreto**

**Subsecretário de Arrecadação e Atendimento
Carlos Roberto Occaso**

**Coordenadora-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef
Maria Helena Cotta Cardozo**

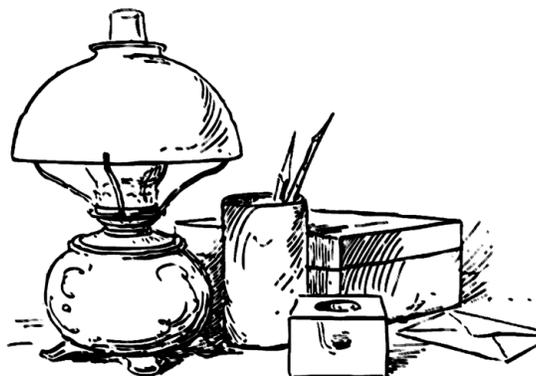
**Coordenador de Educação Fiscal e Memória Institucional - Coefi
Antônio Henrique Lindemberg Baltazar**

**Chefe da Divisão de Memória Institucional – Dimor
Fabiane Paloschi Guirra**



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil
2010

*Relatos Escritos
e Fotografias*



Capa e Projeto Gráfico
Luiz Frederico Nascimento

Diagramação
José Francisco Paula e
Anay Montenegro do Nascimento

Revisão Ortográfica
OFITEX – Oficina de Texto – Consultoria em Linguagem

Impressão
Suprir-Comércio e Serviços Ltda
Tiragem
1500 exemplares

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil/Receita Federal do Brasil.- Brasília: RFB, 2011.

166 p.; 31 cm. Coletânea de Histórias e Fotografias.

1. Memória Institucional. 2. Receita Federal do Brasil

Sumário

Apresentação
Prefácio

RELATOS ESCRITOS

Primeiro Lugar

O dia em que a lancha da Receita Federal recuperou parte do território nacional

Segundo Lugar

O anjo da lápide

Terceiro Lugar

O caso Portinari

Menções Honrosas

Histórias da repartição

O casamento do Leão com Dona Previdência (A história da Unificação)

Histórias Classificadas

A empresa era... bem... uma coisa de louco

A Instrução Normativa SRF 568/2005 e a implantação do Cadastro Sincronizado

A travessia

Aconteceu em Toledo

Histórias de trabalho da RFB

Assalto durante o trabalho fiscal na grande Porto Alegre-RS

Base Candiru – enfrentando adversidades

Casarão Malburg – uma história preservada pela Receita Federal

Cinderela – uma versão aduaneira

Desova de navio francês – ação cinematográfica

Mesa de boteco

Minha agenda laranja

Missões possíveis, mas recheadas de emoção

Momentos engraçados do CAC-I

Momentos engraçados do CAC-II

Na jaula do Leão

Noite de repressão na delegacia da Receita Federal em Lages-SC

O atendente e o nenê

O CAC e a comunicação

O chocolatão conta a sua história

O jurista



O ausente secreto-história ocorrida em trabalho de repressão ao contrabando
O dia em que a receita parou...
O aprendiz de contador e um insólito documento
Primeiro feriado
Show de atendimento
Tocando em frente
Uma estória histórica e quase real que eu aumento, mas não invento!

FOTOGRAFIAS

Primeiro Lugar
1ª Agência da Receita Federal em Toledo-PR
Segundo Lugar
Casarão Malburg
Terceiro Lugar
Baía de Santos-SP em 2003



Apresentação

“Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória”.
José Saramago

A história é uma das formas de reflexão da vida social compartilhada. Com ela, revolve-se o passado na busca de seu entendimento, compreende-se o presente e planeja-se o futuro. Como disse certa vez Marcel Proust, “[...] a realidade apenas se forma na memória; as flores que hoje me mostram pela primeira vez não me parecem verdadeiras flores”.

A história de uma instituição - a denominada memória institucional - em um mundo dinâmico e complexo como o que vivenciamos, reconstrói a percepção de valorização da cultura e, com isso, o sentimento de pertença de seu corpo funcional, cooperando para fortalecer a coesão, a imagem, a identidade e a consideração social, gerando um acréscimo na legitimação da atuação do Estado perante a sociedade.

É nessa perspectiva que se distingue a importância do trabalho de memória institucional. Ao se olhar para o ontem e analisar o caminho percorrido, teremos mais possibilidades de acertos no hoje e no amanhã.

O concurso “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil”, instituído em 09 de junho de 2010, por meio da Portaria RFB nº 1.287, tem por objetivo coletar, selecionar e premiar registros de experiências que tratam do cotidiano de trabalho de nossa instituição, apresentados por seus servidores, ativos ou inativos, das quais tenham participado ou tomado conhecimento no exercício de suas atribuições.

Parabenizamos e agradecemos a todos os que participaram do concurso. Premiados ou não, são todos dignos de aplausos. Com os trabalhos enviados, mesmo aqueles que não foram selecionados para compor esta primeira edição do livro “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil”, legamos à posteridade suas memórias, que passarão a integrar o acervo da memória institucional da Receita Federal do Brasil.

Agradecemos, por fim, ao Senhor Secretário da Receita Federal do Brasil, Dr. Carlos Alberto Freitas Barreto, ao Senhor Subsecretário de Arrecadação e Atendimento, Dr. Carlos Roberto Occaso, e, especialmente, à Fabiane Paloschi Guirra, Chefe da Divisão de Memória Institucional, e a Márcio Ezequiel, lotado na DRF- Pelotas, responsáveis diretos pelo planejamento, elaboração e execução desta nossa 1ª história de trabalho da Receita Federal. Que venham as próximas!!!

Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal



Prefácio

A conservação da memória é uma tendência no Serviço Público nos dias de hoje. Diversos órgãos têm dado significativa relevância ao resgate e à conservação de sua história. Projetos como este que ora se apresenta também são desenvolvidos nos demais entes e esferas do poder público.

Por que, afinal, preservar a memória institucional? Que valores há na preservação de depoimentos, relatos e fotografias de trabalho? Para iniciarmos esta reflexão, é imperativo pensarmos em sentido amplo o que significa “esquecer” e “relembrar”. Na definição aristotélica, a memória, que pode ser evocada de forma espontânea ou até mesmo provocada involuntariamente pela apresentação de um fato ou documento, é chamada de mneme. .através da mneme que uma experiência ou sensação aflora à lembrança. O termo amnésia, que todos conhecemos como a perda total ou parcial da memória, guarda relação etimológica com a definição do filósofo. O esforço voluntário, para alcançar algo do passado que caiu no esquecimento, engendrou o termo anamnese, que constitui outro tipo de memória, produto da rememoração.¹

Rememorar ou relembrar é um processo de resistência aos efeitos naturais de amnésia coletiva. Assim, um trabalho de resgate de memória se faz imprescindível para qualquer grupo que prime pela conservação de seus valores e de sua história.

A memória institucional é composta pelo conjunto das representações resultantes das experiências, impressões e sentimentos que os agentes participantes vivenciaram em relação a uma instituição. Como o funcionário se vê e é visto guarda íntima relação com a imagem da própria casa que representa. De acordo com o historiador Gunter Axt, “[...] a história preenche função para a sociedade quando empresta sentido coletivo ao passado das pessoas e das instituições e, a partir daí, suscita a construção de identidades.”²

O primeiro resultado produzido pela recuperação da memória institucional é o reforço da união de seu corpo funcional pela adesão espontânea e afetiva dos seus integrantes, baseada num histórico comum. Para Michael Pollak, nome referencial no estudo da memória: “[...] manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum [...] eis as duas funções essenciais da memória.”³

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 94-95.

² AXT, Gunter. **O Ministério Público no Rio Grande do Sul: evolução histórica**. Porto Alegre: Projeto Memória, 2001, p.15.

³ POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, n.º. 03, São Paulo, 1989, p.9.



Os servidores da Receita Federal do Brasil formam esse grupo. As vivências e sensações nas relações humanas representam mais do que unidades isoladas de memórias individuais. Compõem antes um imaginário social coletivo. Nesse aspecto reside o mérito de resgatar a memória comum de uma instituição. Todavia, a esse imaginário não deve ser atribuído o qualificativo de verdade absoluta ou imutável, posto que é formado pela soma de pontos de vista variados, representando antes uma amostra ou parte da concretude daquilo que foi observado. Como numa escola de arte em que diversos pintores ilustram um modelo vivo, representando-o sem, contudo, que estes registros substituam o modelo em si quando ele deixar o atelier. A imagem social coletiva de uma instituição sempre será, portanto multifacetada e em permanente reconstrução. O material para essa reconstrução está lá fora, nas lembranças de vivências cotidianas que os servidores guardam consigo. Muitos capítulos da história político-administrativa do Brasil são levados por servidores que se aposentam, podendo, inclusive, ser extraviados no último piscar de olhos da finitude humana. Fotografias antigas das unidades e repartições da RFB ilustram álbuns particulares ou jazem em algum fundo de gaveta, enquanto poderiam compor os acervos da Divisão de Memória Institucional.

A memória, enquanto conjunto de representações formado a partir de referenciais e valores do ator social - servidor público, ativo ou aposentado, é constituída de maneira universal, ultrapassando as fronteiras do mundo do trabalho. O funcionário que relata suas lembranças de serviço lança mão de elementos do contexto histórico da época narrada, expectativas e frustrações de seu fazer laboral. Isso não deve ser encarado como limite ou empecilho ao bom andamento de um projeto memorialístico, mas antes considerado como fator de enriquecimento dos testemunhos coletados.

Além da ampliação do acervo histórico da RFB, há outros ganhos não diretamente mensuráveis na prática e no envolvimento concernentes à memória. Ocorre, por exemplo, o crescimento profissional do servidor mediante um maior conhecimento sobre a instituição da qual faz parte e o incremento da importância de sua atribuição para a sociedade. O sentimento de identificação com a instituição em dado contexto, quer de tempos idos, quer da contemporaneidade, proporciona a valorização daqueles que contribuíram para a construção da Receita Federal, tanto quanto a motivação daqueles que hoje nela atuam. Esse autoconhecimento promove a identidade do servidor, facilitando sua integração e coesão funcional, harmonizando as relações e suavizando as diferenças próprias



da alteridade, por meio do reconhecimento e respeito ao outro. Ou seja, é instrumento de capacitação na gestão de pessoas.

As imagens do passado dispostas em ordem cronológica, 'ordem das estações' da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados porque o grupo vê um fator de unificação nos monumentos da sua unidade passada ou, o que é equivalente, porque retém do seu passado as confirmações da sua unidade presente.⁴

Com a conservação dessas imagens do passado, a Receita Federal do Brasil dá início a um valioso trabalho. Beneficia-se o servidor, que encontra um sentido histórico de reconhecimento nas atividades desenvolvidas em seu dia a dia, e beneficia-se a sociedade pela transparência com que a administração pública apresenta o cumprimento de seu dever como um legado a ser preservado às gerações futuras.

Para o sociólogo João Carlos Tedesco, pós-doutorado nas relações de memória e narração, o processo de relatar representa a garantia de continuidade e transmissão de experiências e vivências, e alerta para o desejo que os guardiões da memória têm de compartilhar suas histórias.

Sabemos que o motor da narração é o desejo, desejo de habitar no mundo que a narração abriu e sua imaginação de que alguma coisa fique para a experiência dos outros; de se fazer sentir; de ser entendido e aceito; de dar significado à vida; de, através da narração, produzir uma relação social, pois quem escuta é convidado também a participar do diálogo.⁵

É desse diálogo que surgem importantes e belos depoimentos que, a partir de agora, ficarão registrados nas páginas que se seguem. O leitor encontrará no presente volume histórias de homens, de mulheres e de anjos. Aventuras de fronteira, cenas cinematográficas de vigilância aduaneira, casos pitorescos e, por vezes, comoventes, coletados no cotidiano labutar do atendimento público.

A Divisão de Memória Institucional ao planejar a realização deste concurso, teve por objetivo não somente o resultado que ora apresentamos, mas outro ainda mais elevado: o envolvimento de todos os servidores no resgate e na preservação da história que ajudaram a construir.

Tal como os contemplados na presente edição do concurso atenderam ao chamado, apresentando significativos relatos de trabalho, estendemos o desafio a todos os funcionários da RFB em dar sequência a esta tarefa de resgate e conservação de nossas imagens e histórias de trabalho.

4 LE GOFF, Jacques. História e memória. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1996, p.466.

5 TEDESCO, João Carlos. Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração. Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004, p.269.

Márcio Ezequiel
Analista Tributário da RFB
Mestre em História/UFRGS



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

*Relatos
Escritos*

9

PRIMEIRO LUGAR

O DIA EM QUE A LANCHA DA RECEITA FEDERAL
RECUPEROU PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL

Reginaldo Cezar Cardoso
DRF Londrina/PR

O DIA EM QUE A LANCHA DA RECEITA FEDERAL RECUPEROU PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL

A fronteira mais inóspita do Brasil, sem dúvida, é Tabatinga, no Amazonas. Em 1753, um punhado de heróis, brasileiros e portugueses, chegou ao Alto Rio Solimões e lá assentou acampamento. Reivindicaram a terra para “El Rei” de Portugal. Diz-se que foi uma luta terrível contra os índios, contra os espanhóis, contra a malária, mas venceram e ergueram o forte de São Francisco Xavier de Tabatinga. Nesse local, foi estabelecido um posto militar e fiscal, consolidando o domínio colonial português para muito (e muito mesmo) adiante da linha imaginária de Tordesilhas. Desde essa época, a Alfândega brasileira está lá, “onde começa o Brasil...”.

Já corria o ano de 2006, Tabatinga continuava inóspita, mas os servidores do Fisco tentavam dar um choque de legalidade, fazendo campanha para que todos comerciantes se cadastrassem, emitissem nota, declarassem o “Simples Nacional” e ficassem em dia com o Leão. Um bom colaborador era o presidente da pequena Associação Comercial da cidade – Seu Izidoro – cearense de nascimento, mas tabatinguense de coração. O pai fora soldado da borracha e ele chegara naquelas paragens ainda criança, adotando aquela terra como sua.

Em uma tarde, o inspetor-chefe da Receita Federal em Tabatinga recebeu uma comitiva de comerciantes brasileiros que, indignados, exigiam uma ação contra um “flutuante” estrangeiro, que se instalara irregularmente na margem brasileira, em detrimento das autoridades e dos comerciantes legalmente estabelecidos. A comitiva era chefiada pelo Seu Izidoro. Homem sábio e experiente, ele sabia que, se aquele flutuante se instalasse ali, outros viriam e todo comércio formal da cidade seria prejudicado.

Para quem não conhece, na Amazônia, chama-se “flutuante” qualquer coisa que flutue, esteja ancorado à margem do rio e preste algum tipo de serviço ou venda mercadoria às embarcações e à população ribeirinha. Existe flutuante que é posto de gasolina, que é posto de saúde, supermercado, igreja e assim por diante.

Este estrangeiro era um flutuante “tem-de-tudo”: vendia combustíveis, víveres, gás, motores, motocicletas e ainda consertava qualquer coisa. O proprietário do estabelecimento era um colombiano truculento e mal-educado. Relatados os fatos, concluiu-se que a denúncia era gravíssima, cabia à Receita Federal e à Polícia Federal tomar providências urgentes. Formou-se a comissão de diligência: o inspetor, o delegado federal, um auditor e três policiais rumaram ao local.

A comissão optou pela via diplomática: apresentação de identidades funcionais e solicitação de documentos. “Vamos pegar leve e dar um dia para eles se retirarem”. A diplomacia durou apenas 3 minutos. O colombiano, puxando de um pedaço de ferro, ergueu a voz e os xingou de vários nomes, alguns difícil de entender, outros impróprios para serem reproduzidos neste texto. Daí a surpresa, estavam preparados para a truculência, mas não para os argumentos: o flutuante estava em território colombiano!

– Mire, mire el arroyo! Estamos en la margen derecha! És Colombia, cabron!



Confusão formada, chegou a polícia colombiana, cônsul, coronel do exército, enfim, quase um incidente internacional. Logo os brasileiros se deram por vencidos e decidiram “abandonar o barco” (sem trocadilhos). Na saída, em meio à confusão, não teve jeito: um chute no traseiro do chefe da comissão brasileira. Não se viu quem foi; mas, provavelmente, era o colombiano dono do barco, que emanava um sorriso sarcástico, cheio de dentes amarelados. Acabou com o que restava da dignidade da comissão brasileira. Doía mais pela humilhação do que pelo impacto. Mas... o que fazer? Realmente extrapolou; talvez ainda houvesse a necessidade de pedir desculpas ao dono do estabelecimento.

Passados alguns dias, Seu Izidoro voltou à Inspeção. Chamou o inspetor para um “particular”:

– Chefe, eu não engoli aqueles colombianos. Cheguei aqui com dois anos, aprendi a nadar naquele riacho e morei naquelas palafitas que eles dizem ser deles. Aquilo é território brasileiro. Quando servi o Exército, cheguei a ver um marco de concreto, tenho certeza que ainda está lá.

Pesquisou-se entre os antigos da terra e todos diziam a mesma coisa: a foz do córrego Santo Antônio foi o marco inicial da fronteira, mas lá pelos idos dos anos de 1930, houve a instalação de marcos de concreto. Hoje, a floresta deve ter engolido tal marco. Além disso, houve o assoreamento das margens do córrego, empurrando a foz para dentro do território brasileiro. Mas, o fato é que aquele pedaço de terra ainda é “nossa pátria, mãe gentil”, não se pode simplesmente abrir mão dele. Estamos sendo esbulhados!

A teoria era boa e tinha certa razoabilidade; o inspetor-chefe decidiu comprar a briga: bastava achar o tal “marco de fronteira”.

Foi ao homem mais poderoso da fronteira: o coronel responsável pelo Batalhão do Exército Brasileiro. Militar sábio e experiente, já tinha sido informado do ocorrido e também estava convencido da brasilidade daquele pedaço de terra; mas, após a malfadada diligência fiscal, o tema tinha tomado certa sensibilidade. Colombianos e brasileiros, em geral, eram povos amigos, de cerveja e de festa; mas, nesse caso, havia sido criado um certo revanchismo.

O militar ponderou:

– Inspetor, eu entendo e até concordo. Todas as anotações daqui do Batalhão apontam que os comerciantes têm razão. Mas mandar uma expedição militar para encontrar o tal marco, nesse momento, não é aconselhável. A terra está cheia de colombianos, que acreditam mesmo que é território deles porque a população sempre tomou a foz do Santo Antônio como marco de fronteira.

Realmente, ele tinha razão. Não tinham a menor ideia de onde estava o tal marco, se é que ele ainda existia. A floresta era densa; seria preciso uns 30 soldados para entrar, limpar e catalogar a área. Uma expedição assim poderia ser tida pelos colombianos como uma invasão. Era muito arriscado... Paciência!

Mas o destino e a tecnologia estavam do lado brasileiro. Naquela semana, chegava a tão esperada “lancha da Receita Federal”. Logo o barco virou atração pública: 15 metros, dois motores, 600 cavalos, blindagem, capacidade para até 12 pessoas, construído com



tudo que a indústria náutica brasileira tinha de melhor. Engenheiros navais vieram do Rio de Janeiro para ensinar os bravos aduaneiros a operarem a máquina e seus modernos equipamentos. E foi durante a apresentação dos equipamentos de navegação que algo chamou a atenção do inspetor: a lancha tinha um GPS. O Global Positioning System ainda não era tão popular, naquela época, nem o Exército tinha isso, mas o fiscal percebeu que aquele aparelhinho lhe seria muito útil:

– Me explica melhor como funciona isso?

– Simples. Olhando essa telinha, você sabe exatamente onde está navegando e quais as coordenadas cartesianas.

– E se eu der a latitude e longitude, o barco me leva lá?

– Perfeitamente, com uma margem de erro de 70 centímetros.

– É tudo que precisamos! Vamos retomar nossa terra.

Na hora ninguém entendeu. Mas, logo depois do almoço, o inspetor convidou uma extensa comitiva ao barco: o coronel do Exército Brasileiro, o cônsul colombiano, o cônsul brasileiro, policiais federais e, é claro, Seu Izidoro, o representante da Associação Comercial. Era a primeira missão oficial do veículo: achar a fronteira entre os dois países.

Todos a bordo, o inspetor ordenou ao marinheiro-chefe:

– Francisco, nós vamos navegar com piloto automático.

– Certo, patrão! Dá as coordenadas e eu coloco aqui no computador.

– Coronel, o senhor trouxe “aquela” informação?

O coronel trouxera consigo um papel com a anotação da localização exata do marco de fronteira, por meio da longitude e latitude.

– Taí! Leva a gente para essa coordenada. Velocidade de três “knós”... Bem devagar.

Em poucos segundos, os pesados motores começaram a roncar, e, sem ninguém colocar a mão em nada, o barco manobrou vagarosamente tomando o rumo da Colômbia rio acima. Todos ficaram atentos: passaram o porto brasileiro, passaram o comércio ribeirinho, passaram o posto de observação do Exército e já chegavam à foz do ribeirão Santo Antônio. A lancha ia firme, sem desacelerar, sinal de que o ponto marcado ainda estava distante:

– Chefe, chegamos à fronteira. Desligo o barco?

O marinheiro Francisco estava nervoso, afinal tínhamos autoridades colombianas a bordo e estávamos invadindo o território deles, sem nem ao menos pedir permissão.

– Não! Deixa ele ir.

– Mas...

– Deixa ele ir!

Passou o “flutuante da discórdia” e todos ribeirinhos pararam; o que estavam fazendo? Era estranho ver um barco oficial brasileiro entrando daquele jeito em suposto território colombiano. E os motores continuavam firmes.

Após 300 metros, o barco inclinou para a margem direita e desacelerou. Estavam eles o mais próximo possível do ponto determinado como destino. Os colombianos não



estavam entendendo muito bem, mas perceberam as intenções do inspetor, quando dois soldados saíram da lancha e chegaram à margem. O militar brasileiro desfez o mistério:

– Senhores, precisamos saber realmente onde é a fronteira. O barco da Receita tem a tecnologia necessária para isso e essa tecnologia está dizendo que o marco de fronteira está exatamente neste ponto da margem. Os soldados vão entrar na floresta para achá-lo.

– Sí lo entiendo. En este lugar sólo hay colombianos. Pero si hay punto de referencia de la frontera. Vamos a despegar!

O cônsul colombiano deu o veredito: concordava que se o marco de concreto estivesse ali, os colombianos sairiam.

Em poucos minutos, ouviram-se gritos na mata:

– Achamos! Vamos fotografar!

A missão foi cumprida! Os colombianos reconheceram que aquele pedaço de terra era brasileiro e, no mesmo dia, todos se retiraram daquelas margens. O flutuante do colombiano chutador de traseiros mereceu atenção especial da Receita Federal, ficando retido para futura pena de perdimento.

No final do cansativo dia, os brasileiros voltaram ao ponto próximo ao marco de fronteira e lá ancoraram novamente a bela nau fiscal. O sol escaldante da Amazônia já dava trégua e o inspetor deu o dia por encerrado. Na geladeira da lancha, havia água e refrigerante e todos brindaram ao sucesso.

- Se a lancha foi cara, tá paga! – dizia um.

- Você viu a cara do dono do flutuante? – ria outro.

Todos contemplaram aquela linda paisagem e ali pairava o silêncio dos justos. De repente, Seu Izidoro perguntou ao marinheiro:

– Francisco, essa “belezinha” tem som?

– Tem sim, Seu Izidoro. O que o senhor quer ouvir? Um forrozinho?

– Coloque lá este CD que eu trouxe especialmente para esta ocasião. Volume máximo, hein?

Todos esperavam uma música regional animada, quando, de repente, soaram os primeiros acordes do nosso Hino Nacional. Os militares, de maneira quase automática, postaram-se de frente para a pequena bandeira brasileira que estava hasteada na antena da lancha e, em posição de sentido, entoaram nosso hino. Os civis os acompanharam com a mão no peito. Alguns pescadores, em canoas próximas, fizeram o mesmo.

Naquele momento, todos se sentiram mais brasileiros, um pouco do sangue daqueles bravos do século XVIII ainda corria nas veias daqueles homens. O inspetor olhou de relance para o personagem chave daquela história. Seu Izidoro cantava, com força e avidez: “Dos filhos desse solo és mãe gentil...”

Dos olhos daquele velho lobo da Amazônia, brotavam duas pequenas lágrimas, que logo escorreram e se juntaram à água barrenta do Solimões.

O sol se pôs.



9

SEGUNDO LUGAR

O ANJO DA LÁPIDE

Edson Fernandes Cunha
DRF Goiânia/GO

O ANJO DA LÁPIDE

Por alguma razão, certamente relacionada aos alertas da mãe Natureza para com seu filho mais ingrato, naquele ano, o flamboaiã, estacado na porta da Receita Federal de Goiânia, florescera mais cedo. Mal tinha iniciado o mês de outubro do ano de 2005 e suas flores flamejantes, caídas no decorrer da noite anterior, estendiam, por uma dessas ironias da vida, um tapete vermelho para os contribuintes que adentravam no recinto de atendimento da Unidade, notadamente para aqueles que chegavam pelo lado da Avenida República do Líbano.

No interior do prédio, ambientado em três distintos pavimentos ligados por escadas em forma de espiral, tínhamos (e ainda temos) ali instalado o Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC), o qual, como sempre, encontrava-se abarrotado de pessoas provindas de todo canto da capital goiana bem como de cidades e municípios da circunvizinhança.

Ao som das frenéticas chamadas do SAGA (Sistema de Gerenciamento do Atendimento), toeim, toeim, toeim, as múltiplas senhas do atendimento seguiam sendo chamadas. Ao mesmo tempo em que serviam de orientação para os usuários mais letrados, eram um verdadeiro tormento para os incautos de primeira viagem (senhas iniciadas pelas mais diferentes siglas: BS; LA; PF; BX, ITR etc. pareciam não ter qualquer sequência lógica aos olhos de qualquer vivente de média compreensão em incursão vestibular). E, assim, seguia navegando a inóspita nau do atendimento ao contribuinte naquela manhã já de intenso calor e baixíssima umidade relativa do ar.

Ao mesmo tempo em que a emissão de senhas (triagem) ia se esgotando, dada a gritante divergência entre a demanda e a capacidade ali instalada da oferta de serviços, o tempo médio de espera para os “felizardos” detentores de senhas ia só aumentando, e as reclamações se avolumavam na mesma proporção em que crescia a fila dos descontentes/recorrentes etc. desejosos de falar com o gerente (ir)responsável por aquele ambiente insano.

Na antessala da supervisão, a secretária D. Zélia, com maestria incomum, parecia levitar em incessante vai e vem por entre mesas, cadeiras, telefones, computadores, atendentes e nervosos contribuintes. Segurando o timão do velho e bom SAGA, encontrava-se este, ora arremedo de escriba, que, na ocasião, certamente mais por falta de opção da administração do que por mérito, fazia ali o papel de piloto daquele bólido.

Com uma mão ocupada no timão e a outra tentando auxiliar os colegas atendentes nas mais diversas nuanças criadas pela legislação tributária federal, e olha que não são



poucas – mais assemelhava a um(a) cozinheiro(a) fritando peixe, ou seja, “com um olho no peixe e outro no gato!!!” – ia paulatinamente atendendo um por um dos estressados contribuintes conduzidos pela D. Zélia (sem qualquer sombra de dúvidas, a melhor e mais competente secretária de todos os CACs do Brasil).

Naquela oportunidade, entre tantos, atendi um cidadão que, posteriormente, veio a ser o motivador do presente relato. Era um senhor de pele cor de cuia, de média estatura, aparentando aí uns sessenta e cinco anos – não mais – bastante delgado, de vestimenta simples, cabelos anelados e bem aparados e trazia nos olhos serenos, meio cor de açafraão, uma determinação impressionante. Indagado se já havia sido assistido por algum dos nossos colegas atendentes, informou, ainda de pé, que sim e que isso já havia ocorrido muitas e muitas vezes, porém, sem jamais resolver seu problema. Sobre o assunto, adiantou inclusive já ter empenhado bom dinheiro com despachantes e até advogados.

Já sentado, por um bom tempo, relatou sua saga na busca por uma certidão negativa, que vinha a ser o único documento que lhe faltava para legalizar um lote de terras urbano que a duras penas, no seu labor de pedreiro por mais de quarenta anos trabalhando de sol a sol, viera adquirir para abrigar sua família que, na ocasião, já contava com mais de quinze pessoas, entre esposa, filhos, genros, noras, netos etc., todos habitando o dito imóvel (lote) em cinco diferentes barracos.

O que inicialmente aparentava um caso de solução simples foi ficando mais complexo à medida que o homem desenvolvia seu relato e apresentava uma saraivada de papéis e documentos. Tratava-se na realidade de um imóvel objeto de cessão de direitos hereditários, em que o interessado foi adquirindo ao longo do tempo, por escritura pública, dos diversos descendentes de uma velha senhora que havia falecido na década de 1970, com mais de oitenta anos de idade. Até aí aparentemente nenhum problema. Ocorre que a danada da velha não tinha inscrição de CPF (Cadastro de Pessoa Física) e não deixou nenhum documento em canto nenhum que informasse sua data de nascimento, tão somente a certidão de óbito em que constava, entre outros, a data do falecimento e sua idade na ocasião do óbito – 87 anos.

Informei meio que mecanicamente àquele senhor que a inscrição de ofício do CPF naquelas condições era perfeitamente possível (segundo as regras do mandamental SISCAC), porém só poderia ser feita mediante apresentação de um documento hábil (certidão de nascimento, casamento, RG, passaporte etc.) que trouxesse no mínimo a data oficial de nascimento da falecida – superaríamos até a ausência do nome da sua mãe por



ocasião do cadastramento. Porém, sem data de nascimento, o sistema definitivamente não aceitava – impossível.

Naquele momento, meu interlocutor, ao abrir sua segunda mala de argumentos, entre uma série de relatos de sofrimento envolvendo a si próprio, os filhos e netos envolvidos com drogas, entre outros, informou exibindo um monte de receitas médicas que era portador de mal de Chagas e, dado o adiantado estágio da doença, sua presença neste plano existencial estava com os dias contados. Pelo seu relato com um semblante sério, triste, porém resignado, não dava para duvidar daquele senhor.

Tudo a que o cidadão aspirava, antes de sua iminente viagem, era deixar a esposa, filhos e netos amparados em um teto seu, devidamente legalizado, até porque foi aquele o único bem de raiz que conseguira na árdua faina de pedreiro enquanto teve saúde para laborar.

Sugeri, então, que procurasse os assentamentos da falecida nos vários cartórios de registro de pessoas naturais da cidade e até em comarcas vizinhas se fosse o caso. Em vão, o decidido senhor informou que já fizera buscas em todas as escriturarias da capital e comarcas do entorno de Goiânia, tendo inclusive procedido busca nos cartórios de várias cidades do interior do Estado de Minas Gerais, até onde pôde ouvir notícias de procedência da família da aludida falecida, e nada.

Naquele momento, desprovido de nenhum argumento mais contundente a oferecer e já apressado para ver o pobre pelas costas – uma vez que não vislumbrava nenhuma forma de ajudá-lo e minha fila de pessoas para atender só crescia –, não sei por que motivo, mas como um sopro provindo do além, sugeri ao homem que procurasse o cemitério onde o sepultamento fora feito, talvez ali encontrasse alguma informação/anotação que o auxiliasse na busca da aludida data oficial de nascimento. Lembro-me de que, naquele momento, por um bom lapso de tempo, o homem fitou meus olhos, sem piscar; em seguida, reuniu e guardou sua papelada que ainda estava sobre a mesa, levantou-se rapidamente, agradeceu, despediu-se e foi embora.

Passados alguns dias, em meio à lava do vulcão caqueano, D. Zélia anunciou que o mesmo senhor retornara e aguardava para falar comigo. Na oportunidade se fazia acompanhar por outro cidadão bem alto, ainda novo, mas já meio calvo, de tão grande e forte parecia até meio obeso, possuía semblante risonho quase de uma criança. Mais tarde, vim a saber que se tratava de um de seus sobrinhos e também genro, o qual conduzia nos braços um pacote embrulhado em folhas de jornal amarrado com barbantes de sisal; pelo contorno externo, parecia uma placa ou algo nesse sentido com cerca de 50 centímetros de comprimento por 20 centímetros de largura. Naquele momento, meu interlocutor anunciou, com olhos em brilhante júbilo, que havia conseguido a bendita data de



nascimento da falecida e antecessora proprietária do seu imóvel e, apontando para o misterioso embrulho, pôs-se a desnudá-lo das folhas de jornal ainda no colo do seu então fiel escudeiro genro – aquele homenzarrão (uma figura assim meio que surreal, estilo Shrek). Eis que, para minha surpresa, tratava-se de uma lápide de cemitério, dessas moldadas em pedra de granito ou mármore negro, muito comum e usual nos campos santos do mundo afora para assentar, entre homenagens póstumas diversas, o nome, a data de nascimento e falecimento do de cujos que habita determinada carneira ou túmulo no seu último endereço físico por esses planos.

Ao fixar meus olhos naquele horrível naco de pedra, já bem corroído pela ação do tempo, encravado ao centro de uma das faces com duas peças metálicas, contendo em uma delas uma pequena moldura fotográfica de um rosto feminino, em preto e branco – já bem desbotada – e, na outra, em forma retangular e bem enferrujada, um nome feminino e duas datas (dia, mês e ano) em alto-relevo, precedidas, respectivamente, de uma estrela e uma cruz, foi enorme meu susto. Incontinenti e já de pé, em uma mistura de repreensão e indagação, expressei aos meus interlocutores que aquilo era um ato totalmente irregular e amoral, que ele, no afã de ver seu problema resolvido não tinha, mesmo na condição de sucessor legal da falecida, o direito de subtrair a inscrição pós-morte dela, ainda que “temporariamente”.

Na condição de agente público, se eu aceitasse aquela situação estaria corroborando com uma afronta direta ao regime penal vigente (profanação de túmulo – crime contra o respeito aos mortos etc.). Indaguei como ele tinha feito aquilo, de onde ele retirou aquela peça e em que condições. Para minha maior surpresa ainda, respondeu o abnegado senhor que não sabia que sua ação pudesse ser classificada como crime ou algo assim tão ruim ou deplorável. Informou também que, depois de muitas andanças pelos cemitérios de Goiânia, sem resultado, resolveu procurar no cemitério da vizinha cidade de Trindade onde localizou o malsinado túmulo; ato seguinte e sempre acompanhado de seu fiel genro (o Shrek), fez uma espécie de “empréstimo temporário” da peça, a qual pretendiam devolver tão logo resolvessem o assunto na Receita Federal. Informou, por fim, que não tivera maiores problemas com a segurança do cemitério, pois à luz do dia e aproveitando o momento em que ocorria um sepultamento em outra região daquele campo santo, ninguém opôs qualquer embaraço à sua saída conduzindo a lápide.

Diante daquela situação inusitada e constrangedora, orientei aqueles senhores a devolverem imediatamente a peça ao local de onde jamais deveria ter saído, com o que ele (o abnegado) concordou prontamente; contudo, não sem antes me indagar se o problema da data de nascimento da falecida estaria resolvido junto à Receita e se, enfim, ele obteria a almejada certidão negativa.

Só nesse momento, eu me detive a verificar e cotejar os dados constantes da



bendita lápide com os dados da certidão de óbito. Realmente, o nome era idêntico, e, diga-se de passagem, um nome bastante incomum tipo: Getúlia Salustiana de Tal (algo assim); a data de falecimento também conferia; – restava verificar a perseguida data de nascimento, o que também fazia bastante sentido, pois, considerando a informação da certidão de falecimento, a pessoa morrera no ano de 1976, aos 87 anos de idade – o ano de nascimento deveria ser 1889, este era exatamente o ano consignado na placa.

Respondi então que talvez pudéssemos considerar a hipótese de solução desde que, naturalmente, ele conseguisse transportar aquelas informações para um documento hábil, tipo uma declaração/certidão emitida pela administração do cemitério, com a qual poderíamos instruir o processo administrativo da inscrição de ofício do CPF do espólio. Retrucou então o homem da lápide informando que tentara obter esse documento no “escritório” do cemitério de Trindade, porém lhe informaram que poderiam emitir apenas a informação constando o nome da pessoa sepultada, a data do sepultamento e o endereço do túmulo naquele campo santo – quanto aos dados constantes da inscrição na lápide, nada poderiam consignar, uma vez que aquelas eram informações colocadas ali pela família e não pela administração do ossário.

Um pouco mais recomposto, mas ainda bastante incomodado com o contexto daquela situação, sugeri então, em forma de enumerado passo a passo, o seguinte: primeiro, – que recolocassem devidamente a peça no seu lugar de origem; segundo, – que obtivessem fotografias bem nítidas da lápide chumbada ao competente túmulo; e terceiro, – que conseguissem a então declaração/certidão da administração do Cemitério Municipal de Trindade - GO, com as informações supracitadas. Em seguida, retornassem para que pudéssemos, mediante procedimento administrativo próprio, proceder à inscrição.

Já próximo ao final do expediente daquele fatídico dia, D. Zélia me repassou uma ligação proveniente da Delegacia de Polícia da cidade de Trindade - GO. Atendi mecanicamente já pensando tratar-se de recorrentes casos de CPF de algum detento, como de resto muito ocorria naqueles tempos, já que tínhamos uma espécie de convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, mais precisamente, com a Agência Goiana do Sistema Prisional, a fim de evitar a vexatória condução de detentos, com escolta armada, dentro do CAC. Do outro lado da linha, a mando do delegado de polícia, o escrivão buscava confirmação da versão dos subtratores de peças de cemitério, os quais haviam sido pegos com a boca na botija, por ocasião de seu retorno ao campo santo. Prestei as informações solicitadas ao mesmo tempo em que indaguei àquele agente policial o que poderia acontecer com aqueles cidadãos. O escrivão informou que como eu



estava confirmando as versões dos subtratores e a lápide estava sendo devolvida, o delegado estava disposto a encerrar o caso, oportunidade em que sugeri a ele que se por acaso eles pudessem consignar no termo de assentada policial a bendita data de nascimento, constante do objeto do crime (a lápide), esse documento seria interessante para instrução do processo administrativo da inscrição do CPF da falecida.

Assim foi feito e, com base nas informações oficiais levadas a efeito pelo escrivão, chanceladas pelo delegado de polícia, demais documentos possuídos pelo interessado (senhor da lápide), juntamente com o documento fornecido pelo cemitério, formalizei o processo administrativo de inscrição do CPF da falecida e emiti a certidão negativa do espólio. MUITÍSSIMO agradecido e radiante, o homem levou a almejada certidão.

Cerca de quatro ou cinco semanas depois, retornou o mesmo cidadão, aí já acompanhado de quase uma dúzia de parentes, entre os quais esposa, filhos e netos. Muito feliz, veio me mostrar pessoalmente a certidão da sentença do formal de partilha – esta em seu nome e de sua esposa – já devidamente registrada no registro de imóveis de jurisdição. Parabenizei-o pela sua vitória ao tempo que lhe pedi para tirar uma fotocópia daqueles documentos para finalizar o processo administrativo competente. Sem qualquer embargo, o senhor me atendeu informando naquele momento que só lhe restava ali recompensar este servidor público pela enorme ajuda que lhe havia proporcionado, sem a qual ele jamais teria atingido seu sonho maior. Informando que isso não era necessário e nem possível, pois já somos servidores remunerados para servir a sociedade, mas já conhecendo a perspicaz teimosia e obsessão daquele vivente, tratei logo de arrumar uma saída rápida para aquela situação, sugerindo a ele que, se realmente se sentisse agraciado com aquela situação, na medida de seu melhor discernimento, de suas disponibilidades financeiras e até de sua saúde, procurasse ajudar as pessoas, principalmente os mais necessitados por este mundo afora e que, próximo às comemorações do Natal, era um bom momento para expressar esse tipo de ação solidária.

Feliz, foi embora com sua família, não sem antes pegar inúmeras vezes em minha mão e nas mãos dos colegas que se achavam presentes e agradecer a cada um.

Nunca mais vi pessoalmente aquela figura. O processo instruído com cópia do formal de partilha e respectivo registro imobiliário foi arquivado na forma regulamentar.

No ano seguinte, talvez no final de janeiro e/ou princípio de fevereiro, em um daqueles tantos dias “normais” do CAC, D. Zélia deixou sobre minha mesa dois álbuns de fotografias, amarrados ao centro por uma liga de borracha de cor amarela. Na oportunidade, informou tratar-se de fotos que o nosso conhecido senhor da lápide havia recomendado a alguém que nos mostrasse.

Fotografia é um negócio que comumente desperta curiosidade em quase todo mundo; comigo não foi diferente. Imediatamente abri e folheei aqueles álbuns; fui



observando uma por uma aquelas fotos e, à medida que ia avançando mais, aumentava um nó na garganta e meus olhos enchiam de lágrimas. Na sequência, apareciam poses de nosso amigo da lápide e seu fiel escudeiro Shrek fazendo doações de cestas de alimentos para pessoas em situação de extrema pobreza. Uma das fotos me chamou especial atenção. Dentro de um barraco bem rudimentar construído de papelão e lona plástica preta, o gigante Shrek segurava no colo uma criança especial, aparentando ter de dez a onze anos, bastante desnutrida, careca e quase nua (vestida apenas com uma pequena sunga branca e encardida); literalmente, o que se via ali eram só couro e ossos. A dita criança tinha as extremidades dos membros (mãos e pés) bastante deformados (enrolados) – certamente, tratava-se de uma pessoa tetraplégica e/ou portadora de paralisia cerebral; ao lado, uma senhora maltrapilha recebia a cesta das mãos do senhor cor de cuia. Detalhe, todos expressavam nos rostos enormes sorrisos, como se todos os problemas do mundo estivessem sendo resolvidos ali naquele momento... Impossível não se emocionar e segurar o marejar dos olhos (sniff...).

As tais fotos permaneceram um bom tempo por lá (no CAC) esperando que aqueles benfeitores retornassem para buscá-las, talvez mais de mês.

Certo dia, ouvi da minha cabine de aventureiro piloto de nave de atendimento da Receita e reconheci de imediato a voz alta e possante do gigante Shrek falando com D. Zélia na antessala – onde havia retornado para resgatar as ditas fotografias. Nítido e em bom som, noticiou que seu tio/sogro havia partido para sua última viagem, mas que deixara para ele uma lição e incumbência: “praticar a caridade e procurar ajudar sempre o próximo, principalmente os mais aflitos e necessitados”, e que não fizesse isso como um simples pagamento ou quitação de uma promessa, mas como um lema de vida em homenagem às pessoas boas e justas que ainda habitam este mundo, como um certo anjo que o velho conhecera na Receita Federal e que o havia ajudado muito quando já não lhe restava muitos dias de vida e via suas últimas esperanças de realização de seu grande desiderato sucumbirem.

Ouvindo aquele diálogo, um rápido filme daquele episódio passou na frente de meus olhos, fazendo uma espécie de parada técnica em alguns pontos da fita. Numa delas, talvez a mais longa, a viva imagem daquele gigante, com seu sorriso doce quase infantil, segurando nos braços o pequeno graveto humano no interior do paupérrimo barraco de papelão e lona preta (...). Estava eu abarrotado de afazeres, talvez por isso o gigante despediu-se e rapidamente foi embora. E então, pensei, falando baixinho com meus botões: “Ah, meu caro senhor da lápide e seu fiel sobrinho, genro e escudeiro gigante Shrek, Deus e eu sabemos muito bem quem é o verdadeiro anjo dessa história!!!”

Lá fora, o majestoso flamboaiã, sob uma chuva fina e constante, aproveitava a leve brisa vinda das bandas da Av. Anhanguera para acenar com seus sorridentes galhos aos



apressados transeuntes. No átrio da espera do atendimento, a batida eletrônica e metálica do SAGA chamava: toeim, toeim, toeim.

PS: Em 2006, concluí meu pequeno estágio de cinco anos como supervisor/gerente do CAC/DRF/GOI, local onde tive a oportunidade de construir e sedimentar grandes e perenes amizades. A colega e servidora Zélia Maria Alves de Santana, testemunha ocular do relatado episódio, continua até hoje emprestando seus competentes serviços ao Centro de Atendimento ao Contribuinte da DRF/GOI.



9
TERCEIRO LUGAR

O CASO PORTINARI

Cléber Marcelo Fernandes Caetano
ALF Porto de Santos/SP

O CASO PORTINARI

O local

Santos é a maior cidade do litoral paulista. É conhecida principalmente por ser a cidade que revelou Pelé – o rei do futebol –, por possuir o maior jardim de orla do mundo e também por sediar o maior porto da América Latina.

No Porto de Santos, tudo é superlativo. O gigantismo dos navios que ali operam diariamente, a quantidade de carga movimentada, seja de importação, de passagem para outros portos, ou de exportação, e a aglomeração de turistas que embarcam e desembarcam na temporada de cruzeiros chamam a atenção até mesmo de quem vive o dia a dia da zona primária.

Na margem direita daquele porto, está sediada a Alfândega local.

Trata-se de uma construção da década de trinta do século passado e, recentemente, restaurada que, de tão bela, além de abrigar com muito conforto os funcionários e os usuários de seus serviços, é quase que diariamente visitada por turistas e estudantes de escolas de arquitetura.

Com efeito, seja pelo seu porte imponente, seja pelos seus belíssimos vitrais, é seguramente um prédio público diferenciado pela beleza arquitetônica e estética.

Como não poderia deixar de ser, as apreensões efetuadas pelos servidores da Alfândega do Porto de Santos também ocorrem em larga escala e, na maioria das vezes, elas passam despercebidas pelas pessoas que não se relacionam com as atividades do comércio exterior. Mas só na maioria das vezes.

Por que uma apreensão em especial conseguiu chamar a atenção e mobilizar grande parte da cidade de Santos?

A ação fiscal

No ano de 2005, em uma ação fiscal que visava evitar a entrada no Brasil de mercadorias descaminhadas ou falsificadas, uma equipe de auditores (da qual eu fazia parte) da área de vigilância da Alfândega da Secretaria da Receita Federal no Porto de Santos deparou-se com uma situação que chamava a atenção pela sua não habitualidade.

Uma empresa importadora estava trazendo do porto de Miami – Estados Unidos – uma carga declarada como sendo várias toneladas de um produto



conhecido como wollastonite, que é um mineral utilizado na indústria cerâmica. Até aí, tudo bem.

A empresa estava regularmente constituída e não havia qualquer restrição à importação daquela mercadoria. Ocorre que o Porto de Miami é bastante conhecido por ser utilizado, principalmente, para embarque de produtos de alto valor agregado, tais como eletrônicos, veículos automotores, máquinas e bens de informática.

Decidiu-se então pela seleção e análise daquela carga, previamente, ao despacho aduaneiro. Como a carga foi identificada antes mesmo de sua chegada no porto, tão logo, ela descarregou do navio e foi depositada em um recinto alfandegado, já havia ali uma equipe da Secretaria da Receita Federal pronta para efetuar a sua conferência.

A celeridade se fazia necessária, pois se temia que aquela carga pudesse ser trocada nas dependências do recinto alfandegado, ou até mesmo ser roubada.

Portas do contêiner abertas e... não deu outra!!! Encontramos de tudo... Menos o tal wollastonite.

O dia do caçador

Não necessariamente nessa ordem, pudemos verificar a existência de grande quantidade de produtos odontológicos, motocicletas, peças eletrônicas e, bem no final do contêiner, uma grande caixa de madeira com alguns quadros em seu interior, rusticamente embalados.

Dentre todos aqueles quadros, um chamou a atenção dos servidores aduaneiros, em virtude de uma pequena inscrição em sua tela.

De forma sucinta, poderia descrevê-lo como sendo um óleo sobre tela medindo 100 x 65 cm, com a pintura de um menino bastante magro, descalço, segurando um estilingue, tendo o sol à sua esquerda.

Na altura do joelho do menino retratado, do seu lado esquerdo, podia-se observar a inscrição: PORTINARI. Cândido Torquato Portinari (1903-1962) é o mais famoso pintor brasileiro e o que alcançou maior projeção mundial, tendo falecido em virtude de envenenamento pelas tintas que o consagraram.

Bem, àquela altura, ainda não sabíamos se se tratava de um autêntico quadro Portinari. Entretanto, se fosse mesmo um original e, posto que Cândido Portinari foi um deus das artes, a forma como aquele quadro havia sido embalado era, no mínimo, uma heresia.

Precisávamos checar, portanto, se aquela obra havia mesmo sido



concebida pelas mãos do mestre Portinari. E como fazê-lo?

Descobrimos, por meio de pesquisas na internet, uma fundação na cidade de São Paulo que cuidava do acervo do pintor. Fizemos um breve contato e duas peritas foram até o local em que o quadro se encontrava armazenado.

Após uma criteriosa análise, elas concluíram a autenticidade da obra, ou seja, a Alfândega do Porto de Santos havia apreendido nada mais, nada menos, que um quadro original do maior pintor brasileiro de todos os tempos, o qual foi avaliado, na época, em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

“Caçador de Passarinho” é o seu nome.

O pedido

Assim que os procedimentos de apreensão foram concluídos, como de costume, a alfândega divulgou nota à imprensa, que teve repercussão nacional.

A prefeitura de Santos, tomando conhecimento da apreensão e vislumbrando uma singular oportunidade, pediu ao então Secretário da Receita Federal que considerasse a possibilidade de autorizar a incorporação daquela obra ao acervo artístico do Município. O pedido foi indeferido. Então, a prefeitura recorreu a um velho e legítimo instrumento de pressão.

A mobilização popular

No dia 12 de julho de 2006, ocorreu uma inédita e pacífica passeata que parou as ruas do centro da cidade, seguida de um ato em frente ao prédio da alfândega, onde diversas pessoas e entidades representativas da sociedade santista se reuniram para pedir a permanência da obra “Caçador de Passarinho” naquela cidade.

A mobilização, que contou com carros de som, faixas e cartazes, e que agrupou centenas de pessoas, conseguiu reunir no mesmo ato estudantes, atores, sindicalistas de diversas centrais, funcionários públicos, voluntários de ONGs e de associações, entre outros. E corria pela cidade, simultaneamente, um abaixo-assinado com milhares de assinaturas que seria enviado à Secretaria da Receita Federal, solicitando reconsideração do indeferimento do pedido de permanência do quadro na cidade de Santos.

A imprensa local repercutiu amplamente a manifestação. Mas não teve jeito!



O destino

No final do ano de 2006, a Secretaria da Receita Federal decidiu doar a obra “Caçador de Passarinho” ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura.

A entrega foi efetuada no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, pelo então Secretário da Receita Federal, Jorge Antônio Deher Rachid, e pela Superintendente-adjunta Aduaneira da 8ª Região Fiscal na época, Diva Alves Kodama, diretamente ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil.

Após vinte anos (a última datava do longínquo ano de 1987) e, com os cumprimentos da Secretaria da Receita Federal do Brasil, uma obra de Cândido Portinari voltaria a ser incorporada ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes, onde permanece até hoje.

Nunca ficamos sabendo quem era o real proprietário daquela obra. Hoje, ela pertence a todos os brasileiros.

MENÇÃO HONROSA

HISTÓRIAS DA REPARTIÇÃO

André Osmir Fiorelli

DRF Joinville/SC

HISTÓRIAS DA REPARTIÇÃO

André entrou na Receita com um misto de sonho e desilusão com os rumos da carreira de engenharia. Sonho de dias melhores. O Edital chamava a atenção e as disciplinas da prova davam calafrios. Mas, “confio em meu taco”, como costumava garantir para todos os que temiam que aquele pedido de demissão para estudar se revelasse uma total loucura.

Cabeça baixa nos livros, bumbum na mesma cadeira que utilizara quando estudante secundarista e, no travesseiro, as revisões do que lia e de todas as decisões que tomara na vida. Certezas e medos se confundiam. Seria sua autoconfiança mera arrogância? Desistir da carreira naquela multinacional parecia até insensato.

Seja lá qual fosse a leitura exata a ser feita das decisões daquele jovem, ele encontrou, com o dedo indicador, o seu nome em uma lista espalhada na Esaf, na Rua João Negrão, em Curitiba. Chorou. Chorou porque, ao ver seu nome, pensou no que seria de sua vida se do nome “Ana” pulasse para o de “Amaro” – deixando um vácuo, sem espaço, para André. Depositara esperança demais naquela nova carreira.

De aprovado no concurso, para o curso de formação. Deste para a nomeação. E desta para o voo para Porto Velho. Lá, a verdade. Alugou um quarto de hotel mais pelo preço que pelo conforto; iniciou o trabalho com processos que nem sabia por onde começar. Uma boa chefe o salvou. Descobriu que ninguém depende dos outros.

Com o tempo, foi mais simples: casou e se mudou para um apartamento de onde via a Floresta Amazônica. Na época das queimadas, sentia tristeza por ver os charutos de fumaça como se bombas tivessem sido lançadas. Na sala de trabalho, a chefe paciente e três colegas. Eram assim, cinco colegas de trabalho.

Na ampulheta, viu cair mais grãos de areia. Sonia, sem acento mesmo, sua chefe – de chefe virou amiga e professora. Ensinou os passos do processo administrativo e os atalhos para aprender aquele novo mundo que era a Receita. E os colegas? Estes se tornaram conhecidos. Depois, amigos. O Sérgio corrigia o português falho dos despachos; a Maria José se tornou a fiscal do fiscal para minimizar os erros de interpretação da dura lei; o Washington foi o bom coração e a alegria que diminuía a pressão do dia a dia de quando ainda não se sabe exatamente como é o trabalho para o Estado. Mais que isso, sonhos de um, esperanças de outro, saudades da terra natal, as venturas e desventuras dos filhos de cada um. Assim, no dia a dia, dividiam-se as expectativas com relação aos futuros, de cada um e dos filhos. Comprovava-se: não mais colegas de trabalho, agora amigos.

Veio a remoção. De Porto Velho para Porto Alegre. Saiu com pressa. Uma pressa errada que só descobriu depois. Na cidade do sul, sentiu saudade da vida de Porto Velho.



Não que a vida em Porto Alegre não fosse boa. Mas a saudade é assim – não mede o que temos, apenas verifica o que se teve. Ali, André começou no CAC, foi para o Secat, pulou para a Superintendência e foi conhecendo pessoas que iam compartilhando mais conhecimentos e permitindo que a carreira se desenvolvesse.

Com o tempo, o respeito profissional acabava o aproximando dos que o cercavam. Se antes apenas comentavam sobre processos, passaram a pescar juntos; com outro, trocava CD de música clássica e livros; falava sobre filosofia ou da vida ou dos livros ou dos amores da juventude, das decepções profissionais, da esperança de uma carreira mais forte, pois havia colegas de todos os tipos e formações – e quem duvida que não se aprenda com a diversidade? Vez por outra, ficava irado com as loucuras de uns tantos que o cercavam. Da ira, anestesiada pelos anos, não conseguia ficar sem rir. Ainda mais que pensava que aqueles insanos não tinham lá tanta maldade – eram docemente loucos (é claro que era bem melhor quando não estavam em sua sala...).

O tempo passa e, de Porto Alegre, um dia chegou a hora de ir para a fronteira oeste. Acompanhamento de cônjuge – é assim que consta no pedido de remoção. A 640 km a oeste, estava Uruguaiana. Deixou novamente amigos. Levou histórias colhidas da vida e do trabalho de cada um. Um jantar de despedida e olhou os rostos conhecidos e não teve pressa para ir embora. Iria porque sua família estava diante de uma nova conquista. Agora já aprendera a lição com Porto Velho: olhar com carinho onde se está, pois quando se deixa uma cidade, amigos ficam longe – e a tal da saudade brota.

Em Uruguaiana, na nova sala, novas atribuições, novos chefes e um novo futuro. Outro passo para a novidade. Assim foi. De uma sala no Chocolatão – o apelido carinhoso do prédio da Receita em Porto Alegre – para o agitado Porto Seco de Uruguaiana.

Caminhões entrando e saindo – de alguma forma, talvez mágica, tudo funcionando bem, entre fumaça e buzinas. Apreensões na estrada, gente saindo e entrando no Brasil na área de controle integrado –, aquele português mal falado dos argentinos combinando-se com o espanhol descabelado dos brasileiros. Mesmo longe, as notícias chegam – não só as ondas de boatos sobre tudo e todos, mas aquelas que realmente importam: uma querida amiga que teve um filho; o filho de outro que passou na faculdade; um que publicou um livro de sucesso; outro que se aposentou e foi estudar literatura; outro que começou a estudar piano; um outro ainda que começou a velejar; e tantos sonhos e fatos que dão sentido e colorido à nossa existência. Nessa hora, sabemos que viver é mais que realizar. Viver é também acompanhar a vida dos que queremos bem. É sorrir com as vitórias de seus amigos e sofrer com as perdas deles.

Na nova cidade, mais uma vez, o ambiente de trabalho dava sentido ao passar do tempo. Uns tantos amigos dando sentido ao dia a dia. O sorriso de uma colega; os relatos (quase relatórios) infinitos de outro; a melancolia dos saudosos; as reclamações dos emburrados; a alegria quase pueril de alguns. Tudo se misturando entre si, entre



despachantes e transportistas apressados. No final, mais sonhos, mais histórias, mais aprendizado. Mais amigos.

O tempo mais uma vez passou. Mais uma remoção veio. Mais amigos se espalharam pelo Brasil.

Quando penso, no momento de escrever para todos os que fui conhecendo, valorizando e admirando – naqueles momentos de certa melancolia e gostosa saudade –, tenho certeza que compreendo porque se chama repartição o local em que trabalhamos: **REPARTIÇÃO É REPARTIR.**



MENÇÃO HONROSA

O CASAMENTO DO LEÃO COM A DONA PREVIDÊNCIA
(A história da Unificação)

Paulo Régis Arcanjo Paulino
SRRF 3ª Divic-Fortaleza/CE

O CASAMENTO DO LEÃO COM A DONA PREVIDÊNCIA (A história da Unificação)

Desde que o mundo é mundo
Ninguém quer ficar solteiro
Solidão é bicho ruim
Casamento é um festeiro
Dizem ser uma prisão
Que só tem complicação
Mas tudo atrás de companheiro.

É um monte de casório
Tem de tudo quanto é jeito
Tem aqueles por amor
E tem casamento feito
Outros são por acidente
Ou com gente diferente
Só querendo o mesmo leito.

Casamento é união
Esse é o maior segredo
Pois juntando duas forças
Da vida tira o azedo
E apesar da confusão
Da guerra de opinião
Arrefece o nosso medo.

Também sofrem as empresas
Desse mal da solidão
Do mercado são cobradas
Maior participação
Então é uma correria
Em busca de parceria
Só querendo uma fusão.
Nem governo escapou
Dessa onda de junção
Um projeto muito antigo
Retornou pra votação
Pois unificar o fisco
Era um plano muito arisco
Mas continha inovação.



Imagine que o Leão
Da Receita Federal
Inventaram de juntá-lo
À Previdência Social
Assim arrecadar mais
De uma forma eficaz
Num só calamengau!

Não correram facilmente
Os proclames da junção
Por medida provisória
Perdeu sua aplicação
Demorou, mas veio a lei
E os amigos do rei
Aprovaram a fusão.

Casamento arranjado
Tem o seu complicador
Cada um com sua história
Cada um com seu andor
E quando vem autoridade
Muda em lei realidade:
Imagine o estupor!

E foi tanto do buchicho
A favor ou negativo
Fora e dentro das receitas
Todos tinham seu motivo
“Melhor pro contribuinte”
“Pra carreira um requinte”
Sabe lá quem ficar vivo!
Estando o papel passado
Começou a convivência
O momento foi difícil
Exigida paciência
Mas o profissionalismo
Superou o ceticismo
Na Receita e Previdência.



A mistura foi aos poucos
Respeitaram-se as diferenças
Espaço, gente e processos
As listas muito extensas
Só muita capacidade
Sorver tanta novidade
As dúvidas eram imensas.

Outlook virou Notes
Ao Safis juntou Safira
Cnaf e Ação Fiscal
Querem afinar a mira
Que venham os batimentos
Com mais de mil cruzamentos
Cuidado que isso pira!

Uma ruma de processos
Tudo foi pro inventário
Do Sipps para o Comprot
Pode é inventar armário
Se branquinho ou azulzinho
São tratados com carinho
Tudo agora é fazendário.

DCTF e GFIP
Monstros de informação
No Sief ou no Águia
Sabe tudo o Leão
Fica doido o funcionário
Cada vez mais numerário
Olha a arrecadação!!!
Duas famílias distintas
Tiveram que se juntar
Gente é troço complicado
Todos devem concordar
Ouvir: “Lá isso é assim”
Ou “Aqui isso é ruim”
Deu vontade de brigar.



Muitas regras diferentes
Geravam um mal-estar
Tinha sempre uma pendenga
Pra se administrar
Tanta da burocracia
Lá vem corregedoria
Êita! o bicho vai pegar!

Foi difícil no começo
Uma casa, duas leis
Ora manda o Seu PAF
Ora reza IN 03
Nessa guerra de palpite
Só mandando pra Disit
Pra ver de quem é a vez.

O sucesso da fusão
Se deve ao profissional
Cada um fez sua parte
Recompensa no final
Sinto só por uma ala
Cujo talento nem se fala
Fez a família parcial.

Feito um ano de vida
Consolida a RFB
Juntou o potencial
Da SRF e SRP
Muito ainda pra arrumar
Com certeza vai bombar
E ao país oferecer.



Relatos Escritos

9

HISTÓRIAS CLASSIFICADAS

A EMPRESA ERA... BEM... UMA COISA DE LOUCO

Ênio Roberto
OC- COAEF

Ano de 1985. Eu trabalhava na Divisão de Fiscalização Externa da Delegacia da Receita Federal de Brasília-DF e, naquela manhã, estávamos participando de uma reunião, na qual foram distribuídas as Fichas Multifuncionais, juntamente com os principais dados das empresas a serem, por nós, fiscalizadas.

Após pesquisar os dados adicionais que seriam interessantes para o início da fiscalização, incluindo a correta localização da empresa no Distrito Federal, partimos, eu e outro auditor, pois naquela época trabalhávamos sempre em duplas.

A empresa a ser fiscalizada localizava-se no Núcleo Bandeirante (uma das cidades satélites da capital) e para lá nos dirigimos.

Localizamos o endereço com relativa facilidade, só que portas e portões do recinto estavam fechados com correntes e cadeados. Indagamos no comércio das proximidades para saber se naquele local funcionava a empresa, da qual informamos o nome e o que produzia. Entretanto, apenas conseguimos a informação de que funcionou por alguns anos a citada empresa no local referido; mas, já há alguns meses, estava fechada e sem movimento aparente.

Quando preparávamos para sair, um senhor de meia idade entrou no estabelecimento. Duas das pessoas com as quais conversávamos indicou-o dizendo: ele é o contador que cuidava dos papéis da empresa.

Um pouco assustado por ser citado e indicado logo ao entrar no recinto, o Sr. Vitor (o contador) perguntou-nos do que se tratava. Apresentamos nossas credenciais e ele se prontificou em colaborar. Para nós, encontrar o contador responsável pela empresa, naquela situação, era quase tão ou mais importante do que encontrá-la funcionando, mas sem algum responsável pelas informações necessárias.

O Sr. Vitor colaborou bastante. Encaminhou-nos ao seu escritório que ficava a uns trinta passos dali. Subimos uma longa escada e chegamos numa espécie de mezanino. Fiquei imaginando: um lugar bastante seguro para quem não quer ser importunado ou, sendo chefe, vigiar com facilidade o trabalho dos seus funcionários. O contador indagou sobre o que precisávamos; fizemos um breve relato dos DARF que estavam com recolhimentos atrasados, em discordância com a DIRF apresentada pela empresa.

O contador perguntou-nos se poderia fazer um resumo rápido dos últimos



acontecimentos na empresa; pois, apesar de não justificar o atraso nos recolhimentos da empresa no período, serviriam ao menos para esclarecer-nos a sua real situação e a de seu proprietário. Concordamos e ele passou a discorrer uma série de infortúnios.

Contou-nos que a mulher do Sr. Aquiles, dono da empresa, logo quando a situação financeira do casal estava mais complicada, pediu o divórcio.

Os problemas financeiros, somados ao pedido de divórcio e mais alguma tendência a problemas psíquicos, obrigaram a família de Aquiles a interná-lo por três vezes em instituições psiquiátricas diferentes, sempre no propósito de proporcionar o tratamento mais adequado ao quadro do seu desequilíbrio.

Enquanto isso, o que ninguém poderia prever aconteceu: o seu único sócio deu um rombo na empresa, deixou dívidas, levou quase todo o dinheiro e... desapareceu.

A metade desses acontecimentos, praticamente, destruiria um indivíduo comum, mas o proprietário resistiu com todas as suas forças; tinha o apoio dos familiares e continuou lutando bravamente pelo equilíbrio das economias, o pagamento dos credores, tratamentos, exames laboratoriais, médicos, medicamentos, internações e tudo mais.

Ouvimos atentamente a narração do contador, o Sr. Vitor, e, em um ponto da conversa, meu colega perguntou:

- Onde está o Sr. Aquiles?
- Ele está internado.
- E quando ele volta? - pergunta feita olhando instintivamente para a porta.
- Ah! Ele só volta daqui a vinte dias - disse o contador.

Ouvindo as explicações que o Sr. Vitor, o contador, imaginava serem necessárias no caso dos tributos em atraso, vencemos a etapa preliminar daquela reunião.

Pedimos os livros necessários para o batimento das informações que trazíamos com as escrituradas pela empresa. Verificamos toda a documentação de praxe. Pedimos notas fiscais e comprovantes necessários naquele momento. Redigimos o Termo de Início de Fiscalização, assinamos e colhemos a assinatura do contador (como o único representante da empresa, presente), que ficou com uma das vias.

Passados os vinte dias, acessei o sistema da arrecadação para o CNPJ da empresa e constatei que não tinha entrado nenhum pagamento. Telefonei então para o contador que me informou da chegada do proprietário. Pediu-me o endereço do meu trabalho e disse que o Sr. Aquiles fazia questão de ir pessoalmente à Receita Federal para “acertar tudo”, no dia seguinte por volta das 15 horas. Disse que estaríamos esperando por ele, e informei, inclusive, o andar e o número da sala.

Logo ao desligar o telefone, falei ao meu colega de equipe e a vários outros colegas na sala de fiscalização sobre o assunto.

Apareceu de repente, na porta da sala, uma pessoa um pouco estranha. Seus cabelos estavam, no mínimo, despenteados. Suas roupas pareciam limpas, só que um pouco desleixadas. O colarinho tinha uma parte embutida para dentro da camisa, que estava um pouco para dentro e um pouco para fora das calças. E trazia embaixo do braço



esquerdo uma caixa de papelão, duas vezes mais que uma caixa de sapatos.

A porta estava aberta, como era de costume. Mesmo assim, ele bateu para chamar a atenção de alguém que pudesse atendê-lo.

Um colega que estava mais próximo disse:

– O que o senhor deseja?

– Meu nome é Aquiles. Minha firma está sendo fiscalizada pelo Dr. Ênio e eu preciso falar com ele.

Quando ouvi o seu nome, mesmo nunca o tendo visto antes, julguei pelas aparências que, certamente, ele ainda não estava muito bem. Fiz sinal para o colega para que o encaminhasse à minha mesa. Enquanto isso, chamei o colega de equipe que estava na mesa ao lado para participar da conversa.

O senhor Aquiles chegou até a minha mesa e nos cumprimentamos. Pedi-lhe que se sentasse, mas ele, com voz um pouco rouca, disse que não, que estava com um pouco de pressa e só tinha vindo pagar o que devia para a Receita Federal. Imediatamente, após dizer isso, começou a puxar as fitas que estavam coladas àquela misteriosa caixa. Após abri-la, começou a despejar o seu conteúdo em cima da minha mesa com alguns solavancos para que ficasse completamente vazia.

Eram pacotes de dinheiro que ele e seu contador calcularam que daria para quitar o débito com a Receita.

Pedi que ele parasse com aquilo porque não era eu quem receberia o pagamento, mas sim o Banco, à vista do documento de arrecadação, um DARF.

Tarde demais, o dinheiro estava todo espalhado em pequenos pacotes por toda a mesa.

Os colegas da sala olharam assustados para aquela cena e se entreolhavam na procura de uma explicação; mas, sem conseguir entender nada, apenas se calaram naquele momento.

Eu e meu colega pedimos para o Sr. Aquiles segurar novamente a caixa e fomos colocando de volta todos os pacotes. Peguei o seu Processo, e pedimos para ele nos acompanhar até a Divisão de Arrecadação (um andar abaixo). Explicamos o caso para um colega que tinha acesso aos valores atualizados de dívidas tributárias e Informamos o CNPJ. Ele o localizou e calculou tudo, incluindo os acréscimos legais. Perguntou-me se o contribuinte ia pagar naquela mesma data. Respondi que sim, nesta mesma data, nesta mesma hora, no Banco do Brasil, na Agência da Delegacia da Receita Federal, aqui neste prédio. Eu queria ver este Processo encerrado o quanto antes, e o meu colega da mesma forma.

Já quanto ao contribuinte, não sei ao certo, mas até parece que se divertia um pouco, porque, por todo esse tempo, ele apresentava um brilho diferente no olhar. Os olhos um pouco arregalados exibiam a capacidade de passar de um objeto focado para outro da mesma forma que fazemos no uso de uma lupa, ou seja, sem piscar e de forma lenta, até mesmo preguiçosa. Na boca, apresentava um quase constante sorriso, mas,



apenas perceptível em um dos cantos da face.

De posse do documento de arrecadação (DARF) e juntamente com o contribuinte com sua caixa debaixo do braço, fomos, eu e meu colega, até o Banco do Brasil, onde falei com o gerente que, prontamente, chamou um funcionário que o ajudou a contar o dinheiro; levou o documento (DARF) até o caixa, registrou o recebimento e entregou uma via para o contribuinte.

O Sr. Aquiles tomou o cafezinho oferecido pelo gerente, agradeceu, virou-se para mim e meu colega, e abanou a mão dizendo:

– Tchau!

Respondemos da mesma forma.

Afastou-se e foi embora. Certamente, pleno de satisfação pelo dever tributário cumprido. Estava quite com a Receita Federal.



A INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF 568/2005 E A IMPLANTAÇÃO DO CADASTRO SINCRONIZADO

Luiz Carlos de Araújo
DRF Manaus/AM

Para contar detalhes sobre a elaboração da Instrução Normativa (IN) SRF 568/2005 (a qual oficializou a implantação do Cadastro Sincronizado), incluindo definições técnicas e debates em reuniões, seria possível escrever um livro de 500 páginas. Porém, essa seria uma obra enfadonha. Aqui, vamos acompanhar, sobretudo, a história de pessoas que idealizaram e ajudaram a construir um país melhor.

É preciso entender primeiro o que é a IN SRF 568/2005 e o que é o Cadastro Sincronizado. Essa IN foi uma grande reforma da legislação do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), e algumas de suas várias inovações (hoje ainda vigentes) viabilizaram o início da integração da Receita Federal com Secretarias de Fazenda para legalizar a abertura de empresas e realizar atualizações cadastrais de forma mais simplificada (com o Cadastro Sincronizado, a inscrição no CNPJ acarreta automaticamente o registro no órgão de fiscalização que tem convênio com a Receita Federal).

Esta história poderia começar com o Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT) de julho de 2004 ou mesmo antes, com as primeiras reuniões entre representantes da Secretaria da Receita Federal (SRF) e da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo para realização do trabalho conjunto. No entanto, é mais interessante, já no princípio, lembrar um servidor público, um auditor fiscal da Receita Federal: Alexandre Guilherme Guimarães de Andrade. Ele fez a primeira minuta daquilo que viria a ser um ato normativo tão importante, tão inovador, que deveria ser considerado um feito histórico. Ainda mais, buscou em todo o país colaboradores para aperfeiçoar as regras do CNPJ. Alexandre era o chefe da Divisão de Administração de Cadastros (Dicad), a qual fazia parte da Coordenação Geral de Administração Tributária (Corat). Além de ser um profissional atento às necessidades e tendências do serviço público, ele é um homem que fala com desenvoltura sobre vários assuntos, tais como, catolicismo e aviões. Em nossas conversas, viajávamos juntos a contemplar as maravilhosas paisagens da cultura.

De julho de 2004 até setembro de 2005, eu o substituí na chefia da Dicad. A partir das sugestões dele, em março de 2005, começamos a ter reuniões em Brasília para



elaborar o texto final da norma. Ao mesmo tempo, ocorriam encontros no Rio de Janeiro relativos a definições tecnológicas e a outros detalhes operacionais para implantação dos novos tipos de procedimentos (esses encontros eram coordenados pelo colega Heli Sasaki, assessor do então coordenador-geral de Administração Tributária, e Michiaki Hashimura, hoje subsecretário de Arrecadação e Atendimento).

O Cadastro Sincronizado, principal assunto da IN, começaria com a integração da SRF com as Secretarias de Fazenda dos Estados da Bahia e de São Paulo. Então, houve a participação de funcionários desses dois órgãos e também de colegas da Receita que trabalhavam nesses estados. Estive mais envolvido na elaboração do ato legal, mas participei também de algumas reuniões no Rio. Servidores da Coordenação-Geral do Sistema de Tributação (Cosit), da Coordenação-Geral de Política Tributária (Copat) e outros servidores da Corat participaram das reuniões em Brasília. Convidados por mim, participaram dois auditores que eram muito conceituados pelos conhecimentos que tinham sobre CNPJ: Humberto Lotti, da superintendência da 10ª Região Fiscal (Rio Grande do Sul), e João Wanderley, da Delegacia da Receita Federal de Recife.

As minutas elaboradas eram enviadas para todas as Superintendências da SRF, para serem divulgadas para todas as unidades. Assim, servidores em todo o órgão tinham a possibilidade de apresentar críticas e sugestões. Sempre que uma proposta não era acatada (seja, por exemplo, por ser ilegal ou por confrontar outro ponto essencial do próprio texto), eu enviava um e-mail para a Superintendência que a remeteu, para justificar a rejeição. Foram seis meses de debates até a publicação da Instrução Normativa.

O Projeto Cadastro Sincronizado fazia parte de um conjunto de ações de integração dos órgãos de fiscalização, previsto no ENAT de 2004 e coordenado por um Comitê Gestor e por uma Comissão Executiva. Essa última era presidida pelo auditor fiscal André Salvi (atual coordenador-geral de Gestão de Cadastros), colega que se destaca pela calma e ponderação. Em reuniões tempestuosas, no meio do mar do confronto de opiniões, ele conduzia a nau do trabalho a aprazível porto.

Nas reuniões no Rio, eu tinha a oportunidade de rever amigos. Entre eles, havia o técnico da Receita Federal (cargo hoje denominado analista-tributário), Haroldo Nigri, representante da Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação (Cotec) no projeto, famoso pelo seu bom humor. Após longas jornadas de tarefas, ele indicava bares para nos descontrairmos, contava piadas e renovava os ânimos, tal qual oásis no deserto do Saara. Antes da existência da Dicad (criada em 2001), Haroldo já era o responsável por definições referentes ao programa de computador utilizado para inscrição, atualizações e baixa no cadastro.

Outro amigo que eu tinha a oportunidade de rever era o técnico da Receita Federal, Sílio Barreto. Simples e com personalidade transparente feito um lago cristalino, ele procurava melhorar o atendimento ao contribuinte e contribuiu para tornar mais claras as mensagens disponibilizadas na Internet nas respostas aos pedidos relativos ao



CNPJ. E temos que ressaltar, naturalmente, o grandioso trabalho (inclusive em termos quantitativos, pelo número de horas de esforço ininterrupto) da equipe do Serpro (empresa que presta serviços de informática à Receita Federal), chefiada por José Wilson Pereira Pinto, que foi nossa anfitriã, no prédio localizado no Jardim Botânico (no próprio terreno do parque). Lá, podíamos ver pequenos macacos brincando em uma árvore e, ao sairmos para almoçar, tínhamos a esplêndida vista do Cristo Redentor a abençoar nossa empreitada em prol da sociedade. Mesmo nos intervalos, por vezes, conversávamos sobre o trabalho, mas de modo bem humorado.

Em um passeio pelo parque, Eduardo, da Secretaria de Fazenda de São Paulo, falou para Maurício, da Secretaria de Fazenda da Bahia: “Maurício, você viu a palavra que colocaram na IN para se referir ao inscrito no CNPJ? Entidade! Ora, isso na Bahia é outra coisa!”. Ainda assim, mantivemos o vocábulo (que até hoje permanece), e vale também, inclusive, para os centros de candomblé de Salvador.

Foram muitas as colaborações na elaboração da Instrução Normativa; não é possível lembrar todas, mas é fundamental destacar algumas. Marcos Vinícios Tapajós, da Cosit, foi o responsável por coordenar a organização formal do texto (divisão de artigos, incisos, parágrafos e outros detalhes de redação). Eu e José Maurício Águia (também da Cosit) ajudamos o Marcos Vinícios na revisão final da minuta encaminhada ao Gabinete da SRF. João Wanderley elaborou o anexo que disciplina os documentos a serem apresentados pelos contribuintes de acordo com o tipo de solicitação. José Carlos Britto, da DRF de Vitória da Conquista (Bahia), elaborou grande parte do capítulo referente às obrigações de inscrição no CNPJ. Eu gostaria de recordar com detalhes (mas, lamentavelmente, não consigo) todas as intervenções de todos os colegas.

Foram muitas as colaborações, tanto nas reuniões como por meio de mensagens eletrônicas. Por mais que me esforçasse, eu acabaria esquecendo alguns (o que é lastimável). De todo modo, presto minha homenagem: à Alexandra Gruginski, da Corat; à Sônia Pegas e à Cely Morgado, ambas da Superintendência da 8ª Região Fiscal (São Paulo); à Zuneide Saraiva, da Superintendência da 2ª Região Fiscal (Norte menos Tocantins); e à Ivânia Marli Wendpap, da 9ª Região Fiscal (Paraná e Santa Catarina).

No Gabinete da Secretaria da Receita Federal, as principais autoridades do órgão e seus assessores podiam ainda vetar partes da minuta que enviamos (e depois eu não teria mais tempo para explicar o motivo, caso alguma sugestão não fosse aceita). Quanto a isso, havia um suspense. Uma das principais dúvidas se referia a uma proposta de Humberto Lotti: a baixa de ofício (a ser feita automaticamente pelo sistema eletrônico) das inscrições de todas as pessoas jurídicas que não funcionassem há mais de cinco anos. Essa inovação era apoiada por mim e por diversos outros servidores. João Wanderley era um dos que a defendiam com maior entusiasmo. Além de tirar de foco diversas inscrições



sem interesse tributário e de facilitar o arquivamento de grande quantidade de processos em todo o país, haveria a vantagem de permitir que pessoas humildes resgassem a autoestima. Batalhadores que abriram microempresas, mas não tiveram sucesso e, por falta de informação, não tomaram as providências necessárias para a baixa no CNPJ, o que os levou a serem cobrados a entregar declarações, as quais, por sua vez, gerariam multas quando apresentadas com atraso, seriam beneficiados.

Na Instrução Normativa publicada no dia 12 de setembro de 2005, foi mantido quase tudo da minuta elaborada pelo grupo do qual participei. A proposta de Lotti foi vetada: havia dúvida quanto à legalidade, tendo em vista que muitas empresas que não funcionavam há mais de cinco anos estavam em situação cadastral inapta, tendo em vista que as regras básicas são disciplinadas em lei. No entanto, a ideia foi lançada e foi considerada pertinente e importante por autoridades do Gabinete. E, a partir da Lei 11.941/2009, ela começaria a ser implantada (ainda que com um texto diferente do que constava na minuta da IN).

O Cadastro Sincronizado começou a funcionar na Bahia. No Estado de São Paulo, começou em março de 2006 (antes, houve dificuldades na área tecnológica). Mudei para Manaus; tenho hoje funções diferentes das que exerci em Brasília. Sinto saudades daqueles companheiros tão valorosos e modestos, embora conscientes da relevância ímpar da missão desempenhada.



A TRAVESSIA

Cleide Lelis

ALF Porto de Santos/SP

Porto de Santos. Três de dezembro de 1996. Retornava do almoço e, acompanhada de dois colegas – Milton Luiz Simões e José Luiz Guedes Gomes Moraes –, aguardava, no píer do Armazém 35, a chegada da barca da CODESP que nos levaria (e os demais usuários), às 14 horas, ao Terminal de Contêineres (TECON), no Guarujá. Entretanto, por problemas mecânicos, o veículo da estatal fora substituído por outro de uma empresa particular que, em horários diferenciados, também executava o percurso. Embarcamos e atravessamos normalmente.

Chegando ao destino, a embarcação atracou de proa (comum para ela), diferentemente das da CODESP, que encostavam de lado, com toda a segurança.

O Milton desembarcou primeiro. A seguir, preparei-me para descer. Mas, ao colocar o pé do lado de fora, inclinando levemente o corpo, algumas ondas formadas por um rebocador que passava naquela direção, a pouca distância, balançaram lateralmente a barca, arremessando-me na água.

O Milton, a quem eu confidenciara em travessia anterior que, ao entrar nas barcas, sempre olhava onde estavam guardados os coletes salva-vidas, porque não sabia nadar, gritou:

– Ela não sabe nadar!

Afundei. Aflita, pedi a Deus que me ajudasse e, no mesmo momento, dois anjos – o colega José Luiz, e o funcionário da CODESP, Alexsandro Lisboa Vieira – mergulharam para me salvar.

Quando me tiraram do fundo do mar, eu estava em estado de choque.

Mas não esmoreci. Encontrei forças para voltar a casa, em Santos, tomar banho, trocar de roupa e retornar ao TECON (sempre na mesma barca do acidente) para continuar o trabalho iniciado no período da manhã, porque o senso de responsabilidade sobrepujou o susto.



ACONTECEU EM TOLEDO

*Marcelo Márcio de Oliveira**DRF Cascavel/PR*

O tema Educação Fiscal é realmente apaixonante.

Qualquer um que tenha contato, mesmo que superficial, não consegue ficar alheio ao fato de que ela é um caminho para a construção de uma sociedade eticamente responsável e comprometida com as futuras gerações.

A foto acima foi feita durante um evento de disseminação da Educação Fiscal aos alunos dos cursos de Economia e Secretariado Executivo da Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo-PR, mais precisamente às 20 horas e 37 minutos, ou seja, pouco mais de uma hora após o início dos trabalhos.

Alguns poderão comentar a pouca presença de público; outros, sobre a baixa qualidade da foto. Mas, muitas vezes, o que de melhor se pode observar é justamente o que a foto NÃO pôde mostrar.

Dessa vez, não havia o frio paralisante que marcara os eventos da semana anterior. Naquele instante, estavam presentes 57 dos 64 possíveis alunos convidados. Também, não havia, nesse momento, energia elétrica disponível no campus e as únicas luzes do auditório eram emanadas por esparsos celulares que tentavam, sem sucesso, afastar a escuridão. A fotografia foi feita, tão somente com o uso do flash.

Nesse momento, já se contava pelo menos uma hora de palestra sem luz. Minha apresentação durou 45 minutos dos quais só os cinco primeiros contaram com iluminação. Minha fala foi seguida pela do Sr. João Macoris, então delegado da Receita Estadual do Paraná em Cascavel; depois, pela do professor Weimar Freire da Rocha Junior, vice-presidente do Observatório Social de Toledo.

Ao final, foram duas palestras das quais só os primeiros cinco minutos e os últimos dez contaram com iluminação.

É o que consciência e cidadania propaladas pela Educação Fiscal podem fazer: iluminar mentes e aquecer corações.

Ganha a universidade que tem alunos que respeitam o mandato que conquistaram de uma instituição pública. Ganham as organizações que, brevemente receberão em seu seio, profissionais ciosos de sua responsabilidade ética. Ganha a sociedade que incorpora cidadãos políticos e socialmente responsáveis.

Ganham as futuras gerações que herdarão uma nação fortalecida pelo trabalho e exemplo desses alunos a quem falei sem poder ver e que me ouviram sem me enxergar.

O flash da câmara pôde revelar de forma imperfeita seus rostos, mas só o tempo poderá revelar a transformação que jovens como esses, certamente, realizarão no seio de nossa sociedade.

Isso é Educação Fiscal.



HISTÓRIAS DE TRABALHO DA RFB

*Antônio Feltrim**Aposentado*

Em uma das cidades da jurisdição da DRF – Ponta Grossa-PR, eu, que era chefe de grupo, e o Quintilho A. Piné, que era auditor fiscal recém-nomeado, fiscalizávamos uma serraria. Além dessa empresa, os donos, que eram irmãos, possuíam também um supermercado.

Começamos a trabalhar, examinamos tudo, e tudo estava na mais perfeita ordem. Resolvi, então, enquanto o Piné fazia outro serviço, examinar os livros de Entrada da serraria e constatei que, todos os anos, os sócios da madeireira – que eram três ou quatro irmãos – vendiam pinheiros para a madeireira. Eles eram proprietários de terras com pinheiros em suas declarações físicas e vendiam essas árvores para a própria serraria todos os anos. Desconfiei que essas vendas eram para “esquentar” o dinheiro que sonegavam no supermercado.

Antes de prestar concurso para o Ministério da Fazenda – eu e o Laerte Bittencourt fomos os únicos aprovados, em Ponta Grossa, no concurso C.609, promovido pelo DASP, homologado em 22-03-1964, para a classe “A” de Agente Fiscal do Imposto de Consumo, do MF –, trabalhei, antes de formado, como contador nas Indústrias Vergani Ltda e na serraria com pinhais em Goioxim, na época distrito de Guarapuava-PR; então, entendia um pouco de madeiras e pinheiros e sabia, mais ou menos, o tempo que os troncos dessas árvores demoravam para apodrecer.

Decidi, com o Piné, ir conhecer os pinheiros “erados” na mata da empresa. Compramos botas de borracha no próprio supermercado deles, os fiscalizados, e falei com um dos sócios, que era o responsável pela serraria. Ele aquiesceu, e fomos, certa manhã, bem cedo, até a serraria que ficava a uns 70/80 km de distância, estrada de terra.

Chegando à serraria, o homem designou um guia para nos conduzir ao mato e lá conhecer os famosos pinheiros maduros, “erados”, de 200 anos ou mais. A visita foi excelente. Conhecemos muitos pinheiros, mas não vimos nenhum tronco de pinheiro. Comentei com o guia que tudo estava inteiro e ao que ele respondeu: “Tronco não pode



ter, pois eles não cortam os pinheiros próprios, compram só dos outros”. Era o que estava faltando.

Vimos a mata, almoçamos bem, comendo uma frango bem feito, com arroz, feijão e verduras. À noite, no hotel, contei a trama ao Piné. Ele ficou muito admirado com a minha astúcia, mormente, ao saber que os troncos dos pinheiros levam de 10 a 15 anos para apodrecerem segundo os guias.

Então, descobri porque não existiam troncos e também porque aquelas Notas de Entradas, registradas na contabilidade, eram “frias”. Serviam para custo no IR e, o que era melhor, para “esquentar” as vendas que faziam sem Notas de Saída no supermercado.

Fizemos o Auto de Infração, e os homens pagaram sem discutir.



ASSALTO DURANTE O TRABALHO FISCAL NA GRANDE PORTO ALEGRE-RS

Celestino Tadeu
SRRF 10ª Dipol P.Alegre/RS

No final do outono de 2002, por volta das 11h30 de uma manhã de sol radiante, estávamos, uma colega auditora fiscal (Elma Lorena Fraga Dutra) e eu, chegando, no Município de Cachoeirinha (na Grande Porto Alegre-RS), em uma empresa, apenas para apanhar duas pilhas de documentos que já haviam sido previamente solicitadas pela colega.

Inicialmente, ela preferiu permanecer na sua camionete *Scenic* e solicitou que eu fosse apanhar os documentos, não sem antes efetuar a conferência do material todo com a relação que ela havia deixado na empresa.

Eu desci, entrei na recepção e lá estavam as duas enormes pilhas juntas com a respectiva lista dos documentos. Como a Ação Fiscal era da colega e eu tinha ido somente ajudar, pois não tinha muito conhecimento dos tais documentos e da respectiva relação; voltei ao veículo e pedi que ela fosse conferir o material que estava sendo disponibilizado pelo contribuinte.

A colega entrou na empresa e eu fiquei para trás, com as chaves para fechar o seu veículo.

Quando estou atravessando a rua, nesse ínterim, chega a gerente da empresa em seu *Kadett*, juntamente com sua irmã e o marido dela; e, repentinamente, não sei de onde, aparecem dois jovens, cada um com uma pistola na mão. Um anuncia o assalto e põe a pistola no queixo da jovem que é irmã da gerente.

Como eu estava de casaco, para demonstrar que não faria nenhuma tentativa de reação, abri os braços, procurei manter a tranquilidade e segui pedindo calma aos dois assaltantes, pois, naquele momento, qualquer movimento errado de nossa parte poderia ser fatal.

O primeiro a fugir foi o "valente" jovem cunhado da gerente da empresa, deixando a sua mulher sob a mira da pistola de um deles, enquanto o outro apontava a sua pistola para mim e para a gerente da empresa. Nesse entremeio, ela, apavorada, joga sobre o capô do *Kadett* a sua bolsa, na qual trazia R\$ 20.000,00 em espécie.

Os assaltantes, de posse do dinheiro, soltam a irmã e a gerente; ambas fogem para



dentro da empresa, batem o portão de ferro e escondem-se atrás do muro de alvenaria de cerca de dois metros de altura.

E fico eu, no meio da rua, sozinho, sob a mira das duas brilhantes e reluzentes pistolas. Lindas, muito lindas, por sinal, e que brilhavam em minha direção sob os fortes raios do sol!!!

Só me restou manter a calma e esperar longos segundos para ver o que aconteceria!!! Não me restava outra alternativa, pois eu já me considerava um sujeito "bi" assaltado. (em março de 1985, fora assaltado e sequestrado). Àquela altura do campeonato, viagem de porta-malas, para mim, até seria normal, pois foi o que já acontecera comigo lá em 1985, sem contar os tiros dos quais escapei nessa situação passada!!!

Aí, então, finalmente, rompe-se o silêncio e um dos assaltantes me diz: “Entrega a chave do teu carro!”.

Eu fiquei algum instante me negaceando e meio que tentei demovê-los da ideia, pois não queria entregar a *Scenic* da colega para eles fugirem.

Eles haviam chegado a pé e, por sinal, logo que surgiram, no início do assalto, apareceram de forma tão ou mais rápida do que um raio.

Por razões óbvias, como o poder de convencimento e persuasão dos dois assaltantes, naturalmente, era maior do que o meu, acabei entregando as chaves e, enquanto eles se dirigiam ao veículo para fugir, corri para trás do *Kadett* da gerente da empresa e me preparei para deitar no chão, temendo ser alvo de algum tiro disparado pelos assaltantes.

De repente, um anjo do lado de dentro grita: “O Celestino ficou na rua!”. Abre-se o portão. Eu me joga para dentro, me escondo atrás do muro e passo a chave no bendito portão de ferro!!!

Ufa, que sufoco!!!

Fim do assalto e aí, pavor na minha colega, pavor nos funcionários da empresa e eu, felizmente, por já ter passado por experiência anterior, consegui me manter mais calmo.

Logo após, as providências legais: Delegacia de Polícia, registro do respectivo Boletim de Ocorrência.

E, por fim, o carro da colega, que, por sinal, tinha seguro total, foi encontrado numa vila da zona norte da periferia de Porto Alegre.

Graças a Deus, final feliz!!!



BASE CANDIRU – ENFRENTANDO ADVERSIDADES

Magali Nicolau
DRF Santarem/PA

Este relato é para você que acha que o trabalho na Receita Federal é um trabalho burocrático exercido por funcionários, confortavelmente instalados em salas refrigeradas. Você agora vai conhecer a Base Candiru, que era um posto de fiscalização localizado no Rio Amazonas, às proximidades da cidade de Óbidos, no Estado do Pará.

Base Candiru – o posto de fiscalização resultou de um convênio celebrado entre a Receita Federal, Polícia Federal, Ibama e Secretaria da Receita Estadual do Pará. O objetivo era concentrar a fiscalização realizada pelos órgãos em um único local, localizado estrategicamente no Rio Amazonas, limite da Zona Franca de Manaus. O alvo seriam os barcos, que, na Amazônia, representam a principal via de circulação de mercadorias e transporte para a população.

Instalações Fiscais – o conjunto batizado de Base Candiru e popularizado como “BASE” era composto de duas balsas presas por correntes fixadas ao leito do rio por poitas, que sustentavam as correntes de atracação e que possuíam um duplo papel: além de impedir o deslocamento do conjunto, serviam para ajustar o seu nível ao do rio, sendo recolhidas na época da seca e soltas na época das enchentes.

Uma das balsas funcionava como atracadouro das embarcações e abrigava uma antena de rádio e um depósito. A outra, de dois pavimentos, continha uma despensa, cozinha, área de atendimento, escritórios dos órgãos conveniados e os banheiros masculino e feminino. No piso superior, ficavam os alojamentos masculino e feminino.

O posto era dotado de telefone, água encanada, luz elétrica e rede lógica. De um ponto fixado na margem do rio, em local elevado para não ser inundado na época das enchentes, saíam os cabos de energia da rede lógica e os canos d'água que se conectavam às balsas. A atração era feita com uma folga para que não se rompessem em decorrência das oscilações provocadas pelos ventos e marés, que deslocavam as balsas constantemente.

Formas de acesso – exclusivamente por barco, uma vez que o posto ficava no meio do rio.

Força de trabalho – cada órgão conveniado possuía sua escala de trabalho, provendo a Base de acordo com sua conveniência: uns substituíam as equipes de 15 em 15



dias, outros, de 30 em 30. Variava também o número de funcionários de cada órgão.

De maneira fixa, ficavam três terceirizados responsáveis pela limpeza e pelo preparo da alimentação. Eles residiam em Óbidos e cumpriam horário de trabalho normal, a única diferença é que chegavam ao local de trabalho de barco.

Regulamento interno – não eram permitidas bebidas alcoólicas nem o acesso de pessoas estranhas ao serviço. A despesa com alimentação era rateada pelos funcionários; eram pagas quando no final da estada de cada um. Como lazer, havia uma televisão e um aparelho de DVD.

Rotinas de fiscalização – ao se aproximarem da Base, as embarcações se comunicavam por rádio informando a que distância se encontravam, a sua origem e o seu destino, assim como a existência de passageiros e a natureza da carga que transportavam. Após esse relato, eram orientadas a fazer a atracação para serem fiscalizadas ou autorizadas a prosseguir viagem.

Quando as embarcações atracavam, os funcionários em serviço entravam nela e efetuavam o trabalho de acordo com a sua esfera de atuação: a SEFA verificava a regularidade das mercadorias nacionais; a RF verificava as importadas; e a PF efetuava a fiscalização voltada para a busca de drogas de passageiros estrangeiros, além de fazer a segurança de todos os que se encontravam em serviço no posto.

Feitas as apresentações, o próximo passo a fazer era o relato da experiência vivida nesse singular local de trabalho.

O mês era janeiro, e o ano 2005. Como o maior volume de trabalho ocorria ao cair da tarde, a equipe já se preparava para atender as embarcações quando recebeu uma comunicação por rádio da Capitania dos Portos, que prevenia a Base sobre a aproximação de um fortíssimo temporal que já havia provocado enormes estragos na cidade de Manaus, destelhando casas, provocando inundações, desabamentos e, principalmente, causado avarias e o afundamento de inúmeras embarcações.

A equipe, então, reforçou as correntes de atração e consultou os que se encontravam no local (mais ou menos 10 pessoas) se desejavam deixar a Base e retornar após a passagem do temporal. Ninguém quis desembarcar.

Passada, aproximadamente, uma hora do alerta, achávamos que o temporal tinha tomado outro rumo, pois não havia sequer uma brisa, e o rio parecia um espelho. Utilizávamos constantemente o rádio para obter informações com as embarcações que se aproximam da Base e só ouvíamos relatos de calmaria. Numa dessas conversas, o marítimo informou sobre o começo de uma ventania e encerrou a comunicação dizendo que ia procurar abrigo, pois a situação estava muito perigosa. Ficamos, então, num grande suspense, todos olhando o rio, imaginando o que viria.

Então, como se alguém tivesse repentinamente ligado um ventilador, desabou sobre nós uma tremenda ventania, acompanhada de uma chuva torrencial, que passou a varrer a área de atendimento que era coberta, mas não tinha parede, somente portas de acrílico. Para piorar a situação, faltou luz. Todos nós procuramos nos abrigar na cozinha, que era onde ficava a porta que dava acesso às lanchas que faziam o transporte de



funcionários.

A balsa balançava muito e mal conseguíamos nos manter de pé. As louças começaram a cair das prateleiras, e o medo tomou conta de todos. Uns rezavam, outros discutiam o que fazer. Ficou decidido que teríamos que deixar a Base, pois achávamos que as correntes de sustentação não suportariam por muito tempo. Todos nós colocamos os coletes, mas logo descobrimos que não seria possível utilizarmos as lanchas, pois elas e a balsa balançavam demais, não tínhamos como fazer o embarque com segurança. Veio, então, a solução assustadora: teríamos que nos jogar no rio e tentar segurar no cabo que ligava a Base à praia e, ao mesmo tempo, nos deslocarmos, tentando chegar à margem. Se não conseguíssemos, seríamos arrastados pela correnteza.

Enquanto criávamos coragem para pular na água, tão repentinamente como começou, o vento, simplesmente, parou. Respiramos aliviados e começamos a inventariar os estragos.

Recentemente, o Fantástico exibiu uma reportagem sobre os estragos causados pelo temporal na floresta. Em busca no site do programa, recuperei as informações e reproduzo alguns trechos a seguir:

Fonte: www.fantastico.globo.com/jornalismo. Título: Tempestade na Amazônia derrubou meio bilhão de árvores.

“O fenômeno devastador aconteceu em 2005. E ainda hoje dá pra ver parte da destruição que ele provocou.”

Esta semana, revistas científicas publicaram um estudo de pesquisadores brasileiros e americanos que prova que o impacto do temporal na floresta foi muito maior do que se podia imaginar.

Em 16 de janeiro de 2005, nuvens de chuva formaram uma linha de tempestade de mais de mil quilômetros de comprimento, que começou a cruzar a Amazônia a partir da fronteira com a Bolívia até o oceano Atlântico. “Essa linha de tempestade caminhou a 50km/h, 60km/h, 70km/h e demorou dois dias para atravessar a Bacia Amazônica” – explicou o meteorologista Carlos Nobre.

As nuvens carregadas de chuva provocaram ventos fortes, responsáveis por um fenômeno destruidor. “Os meteorologistas denominam esses ventos que saem dessas tempestades e chegam à superfície como – em inglês – downburst, que quer dizer: o vento que desce e explode na superfície”, conta Carlos Nobre.

“O downburst é formado em nuvens altas, até 20 quilômetros da superfície. Um vento forte e frio desce muito rápido, pode passar de 100km/h. Em 2005, na Amazônia, chegou a 140km/h, uma velocidade nunca antes registrada na região, que seria suficiente para formar um tornado. Assim que toca o chão, o vento sobe e causa a chamada explosão” – acrescenta o meteorologista.

E eu estava lá, embarcada na Base Candiru, fazendo a fiscalização dos barcos.



CASARÃO MALBURG – UMA HISTÓRIA PRESERVADA PELA
RECEITA FEDERAL
ou
A HISTÓRIA DE COMO A RECEITA FOI PARAR NO CASARÃO

Rúbia Bittencourt

DRF Itajaí/SC

A primeira vez que nos encontramos de verdade foi em janeiro de 1982. Ele, o casarão da família Malburg, já era um “senhor” aposentado e eu uma estudante de arquitetura, tirando fotos das antigas construções da cidade, descobrindo a história erguida por homens que aqui chegaram há muito tempo. Ao mirar com minha câmera aquele casarão, admirei os detalhes e belezas que antes não havia percebido, embora nós tivéssemos nascido na mesma cidade. Aquela foto, ainda a guardo comigo e, por vezes, olho-a como se aquele fosse o momento presente e, hoje, o futuro, 28 anos depois.

Eu disse que o casarão estava aposentado, mas acho que a palavra certa naquele momento era abandonado. Era em uma época que eu não imaginava que a minha trajetória ia se cruzar novamente com a dele 10 anos depois, em 1992 (quando eu já era servidora pública). E aconteceu da melhor maneira possível: ele completamente restaurado, imponente e belo, adequado aos novos tempos e, mais do que isso, também adaptado às novas tecnologias, como instalação de equipamento de informática e de climatização. Mas, naquele ano em que a unidade da Receita Federal em Itajaí finalmente recebeu pronta a obra e se transferiu de um local alugado para o casarão e o Anexo (um prédio de quatro pavimentos), a história do casarão Malburg ainda não era conhecida a fundo, pelo menos não por mim.

Mais dez anos se passaram e, como nada resiste muito ao tempo, chegou a hora de nova restauração, ou melhor, uma revitalização para o querido Malburg, e dessa vez, a minha participação direta seria inevitável: já estava envolvida com outras obras e projetos da Receita, portanto era natural também me ocupar com a reforma do prédio, pois era meu local de trabalho.

Assim, ao fazer o Programa de Necessidades e tomar conhecimento dos projetos antigos, fotos e artigos, descobri uma série de informações sobre a história do casarão (algumas chocantes), que se misturava com a história da família que ali viveu e, por fim, também com parte da história de Itajaí.

Itajaí foi fundada em 1823. Com o progresso econômico e com a riqueza oriunda do porto, como grande atividade econômica, iniciou-se a construção de edifícios



comerciais e residenciais, muitos sob a influência arquitetônica alemã. Grandes empresas comerciais importadoras e exportadoras foram fundadas por imigrantes alemães e seus descendentes, como a Cia Malburg S/A(1860). A casa Malburg foi construída no centro onde a cidade iniciou sua expansão comercial, no início do século XIX, junto à capela e à praça, na mesma rua do atual casarão, só que de outro lado.

Mas a história do casarão começou em 1858, quando Nicolau Malburg, ainda jovem, veio da Alemanha para o Brasil. Inicialmente, foi professor, depois, comerciante. Casou com Catarina Handchenn e formou uma família com sete filhos; foi muito próspero nos negócios e era estimado e respeitado, inclusive politicamente, mas ficou gravemente enfermo e faleceu em 1887 no Rio de Janeiro, mais ou menos aos 50 anos.

Conta Visconde de Taunay, em suas Memórias, que conheceu Nicolau desde 1876, e que, meses antes de falecer, estando no Rio de Janeiro, ele “deu todas as providências pra que lhe embalsamassem o corpo e o transportassem para Itajaí, ajustando os preços, como se tratasse de outrem, de simples cliente, de quem recebera essa encomenda”. “Quero, dizia com emoção, dormir no seio de minha verdadeira pátria.”

O terceiro filho, também chamado Nicolau, assumiu a casa, mas faleceu muito cedo, deixando dois filhos, Alice e Nicolau. Então a matriarca Catarina ficou à frente dos negócios até o filho mais novo, Bruno Ferdinand, completar seus estudos na Alemanha. Ele havia sido mandado para lá aos 10 anos para fazer medicina, mas, sofrendo uma queda, ficou com a vista prejudicada; então, desistiu e fez um curso de farmácia, retornando ao Brasil aos 21 anos. Casou-se com Elizabeth Maria Reiser, no dia 19 de abril de 1898, e tiveram doze filhos. A primeira casa deles foi construída na frente da casa dos pais do Bruno, no outro lado da Rua Pedro Ferreira, onde está hoje o casarão. Depois de alguns anos, resolveram construir uma casa maior, sendo a primeira demolida; a família mudou-se para a casa da avó de Catarina durante a construção.

Bruno Ferdinand Malburg, sua esposa e nove filhos mudaram para a nova casa em 1914; lá, ainda tiveram mais três filhos. Era um imóvel imponente e uma das mais belas casas de Itajaí, com três pavimentos, em estilo eclético, caracterizado pela profusão de ornamentos da cimalha e dos frontões.

Pode-se dizer que a concepção do projeto do arquiteto alemão Reinhold Roenick provém do estilo hanseático, ou seja, do tipo utilizado pelos comerciantes da Alemanha e norte da Europa. No entanto, Bruno Malburg pouco usufruiu da nova morada, pois veio a falecer em 1918, aos 43 anos de idade.

Mas o casarão continuou servindo de residência até 1937, quando então se tornou a sede da Cia Malburg S/A, transformando-se uma empresa de grande porte, constituída de indústrias, casa comercial e frota de navios que importava mercadorias, transportando, principalmente, entre Itajaí e Rio de Janeiro. Só que nem sempre os negócios foram bem, por vários motivos; e, na década de 60, a Companhia abriu falência.

Vale a pena registrar que, ainda na época da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o casarão foi ocupado para a instalação do Hotel Straenzel. Seu proprietário sofreu as agruras da perseguição aos 5ª Coluna. Depois, foi alugado para escritórios, e ali se



instalou uma companhia de seguros, o Funrural, um escritório de engenharia e outros. O primeiro e segundo pavimentos também foram alugados para residência. Em 1971, a Cia Malburg, em vista de sua falência e de seu débito com a Fazenda Nacional e de sua impossibilidade para saldar a dívida, deu o casarão como pagamento.

Assim, o tempo foi passando e o Casarão Malburg foi perdendo seu aspecto imponente e de relevância no cenário do município, pois aquela parte da cidade, antes a principal, tornou-se a parte antiga e decadente, ficando o centro comercial essencialmente mais próximo da igreja matriz, a algumas quadras dali.

Então, praticamente abandonado, já na década de 1980, o casarão sofreu um incêndio violento na parte superior, que só não foi consumido totalmente pelas chamas, devido ao pronto atendimento dos bombeiros. Foi realmente um período negro e parecia o fim de uma história de beleza e prosperidade de uma época. Suas paredes e aberturas estavam envelhecidas; estava inabitável e até correndo o risco de desabamento, pois grande parte da estrutura do telhado havia sido consumida pelo fogo.

Ainda em 1983, foi criada a “Comissão pró-reconstrução do Casarão de Malburg”, com a participação de intelectuais, artistas plásticos, estudantes e moradores da cidade que, com apoio da imprensa local, empenharam-se em sensibilizar as autoridades (municipal e estadual) para a situação em que se encontrava o imóvel, com a expectativa de preservá-lo para a memória da cidade. No dia 22 de julho de 1987, os jornais noticiavam: o casarão vai ser restaurado.

As informações falavam a respeito de uma reunião no dia anterior envolvendo autoridades federais, o prefeito de Itajaí, membros da Comissão Municipal de Cultura e representantes de outros segmentos da comunidade local envolvidos com a questão, e firmaram, finalmente, um convênio que viabilizaria a restauração do prédio.

As obras se iniciaram em novembro do mesmo ano, com prazo de 18 meses para a sua conclusão. Continuando, ainda informavam que “após a restauração, que manterá fiel as características de estilo da construção original do prédio, ele será utilizado como Delegacia da Receita Federal. Poucas mudanças ocorrerão no seu interior, sendo apenas mudado o sistema de água e de eletricidade. Também será acoplado ao prédio, novo sistema de purificação de ar”.

Outro jornal ainda declarou: “A deliberação da Receita Federal representa o desfecho favorável de uma companhia comunitária iniciada pela Associação Comercial e Industrial de Itajaí e Prefeitura, através da Comissão Municipal de Cultura, há cerca de um ano. Mas o palacete Malburg começou a ser motivo de preocupação maior há cerca de seis meses, quando teve parte de sua estrutura superior interna danificada, passando a oferecer iminência de desabamento”.

Na verdade, somente em 6 de outubro de 1989 foi assinado um protocolo de intenções entre a União Federal e o Município de Itajaí. Na cláusula quarta, rezava que “O Ministério da Fazenda compromete-se a recuperar o casarão que está edificado no terreno, dentro das características arquitetônicas da referida edificação”.

Assim, em 1992, foram concluídas as obras de restauração e o casarão pôde ser



completamente recuperado, por meio do trabalho de pesquisa arquitetônica e histórica.

Atualmente, a casa está viva e participativa na comunidade e abriga a Delegacia da Receita Federal (o Gabinete e a Seção de Programação e Logística). Ao seu lado, foi construído outro prédio, de linhas modernas, formando um conjunto harmonioso, justamente por não interferir no entorno do Casarão Malburg, que pode ser visto das ruas de frente e de trás da praça e também do rio, para quem está na cidade vizinha de Navegantes ou atravessando o ferry-boat.

Em 2001, o imóvel foi tombado por Decreto Estadual nº 3.460(23/11/01). O tombamento de imóveis é prática internacional de proteção de bens de valor cultural e significa o reconhecimento do valor histórico, artístico, etnográfico ou paisagístico do bem que deve ser preservado.

Hoje, podemos apreciar a beleza e a solidez desse prédio ímpar. Os itajaienses, ao contemplá-lo, entram em contato com uma de suas primeiras identidades arquitetônicas, com sua história e têm preservado a sua memória. É um imóvel que deixou de pertencer somente ao passado e está incorporado à vida das pessoas, um elo entre as gerações que já se foram e as futuras.



CINDERELA – UMA VERSÃO ADUANEIRA

*Walter Furmann**SRRF 9ª Direp Curitiba/PR*

Nas barreiras de repressão, acontecem instantes de grande tensão e movimentação, seguidos de períodos de absoluta paz, silêncio e solidão. Por mais estranho que pareça, existe magia nesses momentos.

Numa noite de um dia qualquer de semana de um passado não tão distante e depois de horas de trabalho intenso na barreira, podia-se ouvir as estrelas, não fossem os grilos e os pouquíssimos veículos que passavam pelo local. Os últimos ônibus de linha regular eram aguardados com expectativa para que a barreira pudesse ser desativada.

Naquela noite encantada, que fazia lembrar as belas histórias da infância, o aduaneiro sinalizou e o ônibus hesitante parou. O fiscal entrou, falou boa noite ao motorista, percorreu todo o corredor, examinou bagagens e fez algumas perguntas aos poucos passageiros. Até pôde brincar com o menino que estava sentado em um dos primeiros bancos.

A lua, as estrelas e o restante da equipe aguardavam lá fora. Todos estavam cansados e até o motor daquele ônibus estava exausto. Aqueles agentes ansiosos esperavam o momento de retornar para suas casas e seus amores e de aproveitar suas vidas.

Então, o motor daquele veículo, em um último suspiro, parou e o que restou foi apenas o coro dos grilos e o cintilar dos astros. O aduaneiro havia achado uma bolsa comum de nylon, daquelas pretas que são chamadas, carinhosamente, de contêiner.

De sacoleiro, é claro. Aquela unidade de carga não estava repleta de mercadorias como de costume. Sem alarme, porém rápida e discretamente, foi verificado o conteúdo da sacola sem dono.

Aquela bolsa não continha nada de fascinante, a não ser droga. E droga é sempre desagradável, até no nome; porém nada poderia quebrar o encanto daquela noite inesquecível.

Como de costume, o ônibus foi trancado e a autoridade policial chamada para realizar a investigação necessária.

No interior da sacola, além da droga, havia também uma calça social masculina usada.

O motorista foi chamado para esclarecer sobre quem entrara no ônibus com



aquela bolsa, pois conduzia poucos passageiros. Depois de algum esforço, o motorista lembrou-se de que um senhor de meia idade havia ingressado no coletivo com aquela bolsa escura. Havia apenas três indivíduos com essa característica naquele veículo e foram conduzidos até um local reservado.

Aqueles federais se lembraram da bela história de Cinderela, do sapatinho de cristal e resolveram repetir o seu epílogo. Agora não mais com o sapatinho, mas com a calça social usada. A calça, então, foi entregue ao primeiro, que, com bom humor e sem nada perguntar, tentou vestir, mas a bendita não passou sequer nas canelas, sendo dispensado. O segundo nada disse, experimentando a calça que, ao final, não fechou na cintura e lhe parecia uma bermuda. O terceiro homem, resmungando e visivelmente irritado, vestiu rapidamente a calça que deslizou e se encaixou perfeitamente ao seu corpo como uma luva. Até a marca de uso do joelho da calça coincidiu com aquele joelho feio e pontudo. Então, os fiscais disseram:

– O senhor está preso em flagrante, tem direito a um telefonema e blá, blá, blá...

E naquela sedutora noite, como num conto de fadas, o homem não foi escolhido por ter experimentado um sapatinho de cristal e viver ao lado de uma linda princesa num magnífico castelo; mas, sim, por ter sido escolhido por fiscais não tão bonitos e pelo próprio destino que o surpreendeu, apanhando-o pelas calças, para pagar pelo seu crime no xilindró.

Depois disso, surgiram testemunhas e provas que culminaram com a confissão do criminoso.



DESOVA DE NAVIO FRANCÊS – AÇÃO CINEMATOGRAFICA

*Plácido Mello**Aposentado*

Nazzari, encarregado da Turma Especial de Repressão, recebera uma informação de que haveria uma desova do navio francês atracado em frente ao Posto 6. Não se sabia se ocorreria na Baía de Santos ou dentro do canal.

Ao debatermos a estratégia de ação, Marco Antônio, colega nascido em Santos, ponderou que naquele dia o vento sudoeste já começava a se manifestar e que nenhuma pequena embarcação se atreveria a navegar em mar aberto. Provavelmente, a jogada seria no canal de acesso. Ficou combinado, então, que iríamos nos posicionar próximo ao Entreposto de Pesca.

Um morador do local contatado, embora muito temeroso, permitiu que ficassemos escondidos no bambuzal de seu terreno. Já no esconderijo, vimos o navio passar à nossa frente. De binóculo, observávamos que uma lancha parecia vir em nossa direção. Ao se aproximar da margem, dela saltaram dois elementos com uma corda nas mãos.

Nazzari alertou: “Já vamos agir, mas só após o desembarque de todos os volumes”. Estávamos há uns vinte metros do local da desova.

Chegado o momento, saímos disparados. Os dois indivíduos fugiram desaparecendo no matagal. Osvaldo Campos, vendo um volume a bordo, pulou rápido na lancha que já era manobrada para se mandar. Em terra, segurávamos a corda na tentativa de impedir sua fuga, sem êxito. Osvaldo se jogou no mar agarrado ao volume, sendo por nós recolhido.

Embora cumprimentado pela ação afoita, foi também censurado, pois correria sério risco, o contrabandista poderia estar armado.

Na Guardamoria, os volumes foram abertos. O conteúdo era perfume francês de várias marcas.



MESA DE BOTECO

*João Bosco Guimarães**DRF Uberlândia/MG*

Permita-me, caro leitor, chamá-lo de colega. Essa é a expressão mais adequada, pois me dirijo a você, companheiro de trabalho da Receita Federal do Brasil continental, lotado de norte a sul, de leste a oeste, do Oiapoque ao Chuí, de São Sebastião a Ponta Porã, na condição de auditor quase aposentado, para contar uns causos, que, a princípio, eu mesmo os considero sem relevância técnica, mas que poderão levá-lo a uma reflexão do desenrolar do trabalho cotidiano.

Pressinto que, quando começar a contar, o colega, de repente, poderá dar risadas, colocar-se em uma posição superior e dizer que isso não passa de uma falta de juízo. Concordo. Se você, de antemão, assim pensou, ótimo, acertou em cheio. Contudo, devo acrescentar que tais fatos ocorreram não só por falta de juízo, mas, sobretudo, por falta de reparo. Razão pela qual você deve continuar a leitura.

Na condição de pré-aposentado, não quero mais ouvir esses causos, portanto não participo mais da mesa, ocuparei outra e, de preferência, uma em que meus colegas não veem, pois só assim, de longe, só pelos gestos deles, posso contar ou fazer comentários do que falam. Há anos, os casos são repetidos e hoje está propício porque na mesa haverá plateia, outros que não são auditores, portanto, eles procurarão, de todo o modo, se precaver para não incorrer em quebra de sigilo fiscal e, para tanto, buscarão nomes de pessoas e locais fictícios, dados imprecisos. Sem contar que, como já disseram: “Quem conta um conto aumenta um ponto” e, ao contar, às vezes, darão desbragadas risadas e, outras vezes, as darão de forma reflexiva, meio sem graça, expressando “mea culpa” pelas burradas que deram. E por que repetem a contação desses casos? Adianta-lhe que não é para contar vantagens. As circunstâncias havidas são marcantes e quer queira, quer não, a atitude tomada está ligada ao íntimo, à formação pessoal de cada um.

Então, enquanto tecia o preâmbulo, o pessoal chegou, observe, ocupou a mesa mais ao canto, na parte menos movimentada, o lugar mais discreto. Essa noite promete. Eu, como lhe disse, acho que essa mesa onde estou, localizada no mezanino, é o ponto ideal para narrar os acontecimentos. Que fique bem claro, não ocupo lugar de uma câmera



oculta e tampouco de um microfone, embora no transcorrer das horas, haverá momento em que, porque falam mais alto, você os ouvirá e comparará a fala deles com a minha que, de tão igual, imaginará que transgredido as regras da privacidade e me muno de um aparelho de escuta. Em absoluto. Como gostam de dizer as crianças aplicadas: “Essas histórias, sei de cor e salteado”.

Estão nos procedimentos iniciais. Fazem o primeiro pedido, cerveja, naturalmente e, enquanto o garçom não vem, procuram adequar melhor os corpos às cadeiras; checam se estão com os cartões de crédito nas carteiras, conferem as horas, escolhem o lugar ideal para deixar o celular. Com a primeira cerveja, aquele que não bebe sem beliscar, pega o cardápio, dá uma olhada e faz a sugestão: carne de sol, frango à passarinho, salada mista e, no final, pela ordem de preferência, acabam consumindo de tudo que foi sugerido.

Os primeiros minutos são dispensados aos assuntos problemáticos de família e de serviço. Uma vez exauridos, alguém se aventura num caso. Esses, normalmente, surgem com os ganchos, quero dizer, um caso puxa outro. Então... à conversa.

Neste momento, quem fala é o Manoel.

– Escuta, por favor, escuta, quando eu trabalhava lá em Mundo Novo...

– Ei, Manoel, por favor, de novo não, esta história da alfândega e da lambreta é velha, já está ultrapassada, conta outra; a propósito, lambreta...

Quem fez essa provocação foi o Miralvan. Sem graça por sinal, tão sem graça, quanto o nome: Mi-ral-van. Mas ele, como todos, tem uma grande virtude, reconhece que não sabe contar piada, mas provoca a pessoa certa. Enquanto Manoel organiza na mente as piadas da tarde, Miralvan conta uma proeza deles quando Manoel fora seu supervisor; a propósito, o ponto de partida do gosto dele pela investigação fiscal.

Conta Miralvan:

– Eu tô pra ver outro mais esperto que o Manoel! Mas também quer o quê com essa pinta de Charles Bronson? Não há mulher que resista. Em menos de meia hora, demos por fiscalizado um contribuinte. Não é de ver que com uma boa lâbia, a secretária pôs em suas mãos o caixa-dois?!

Quem já conhece essa historia batida e rebatida, não faz pouco caso, escuta, pois sabe que vai chegar a hora de contar a dele. E, inegavelmente, essa história tem a sua importância, a sua psicologia. Manoel apostava no inusitado. Naquele dia, enquanto Miralvan se absolvía na análise documental, ele conversava com a secretária do contador. Manso que só, conversa, sorri, pega na mão, no braço e deixa espaço para um belo abraço. Ao folhear papéis aqui e ali, Miralvan, perspicaz, não demorou muito para encontrar um robusto caixa-dois (planilha de notas fiscais de apresentação de serviços não contabilizadas). Miralvan chamou Manoel. Ele fez que leu o documento e, sem dizer uma só palavra, voltou à mesa da secretária e disse:

– Meu bem, me faz um favor; onde eu encontro essa planilha dos anos seguintes?



Solícita, a secretária lhe entregou a pasta que continha o movimento de mais de cinco anos.

Vai você me dizer: blá-blá-blá, isso não acontece mais. Será? A partir desse dia, pasmem, a escrita contábil deixou de ter relevância para Miralvan, aqueles livros de capa dura não passavam de escrita ficcional. Miralvan encerra seu relato com uma observação.

Vamos escutá-lo:

– Agora, meu irmão, se você não tem a cancha do Manoel, não se arrisque não, essa atitude pode ser enquadrada como assédio moral e se a secretária, ou quem quer que seja descobrir o seu objetivo, pode até falar, mas vai achar você muito presunçoso.

~~//~~

Miralvan ia relatar mais um fato acontecido com ele para justificar o seu conselho, foi interrompido, mas pode ficar calmo, na hora que der espaço, ele volta a falar. Foi interrompido por Juliano, com uma pergunta geral:

– Vocês viram a loucura que o Formoso fez? Tomou a arma do bandido, conversou com ele, devolveu a arma, ordenou que ele se evadisse do local e o bandido obedeceu; mas, ao se distanciar, já sentado na moto do companheiro que lhe dava apoio, se virou e atirou nele. Por pouco Formoso não morre. Foi salvo graças à entradinha do padrão da Cemig, onde ele se escondeu.

– Loucura ou lucidez? - contrapõe Antônio Carlos.

Formoso, sabidamente, tem as suas convicções por ter agido assim e, antes de dar opinião, mais alguns esclarecimentos sobre a pessoa dele. Esclareço melhor o caso.

Estava ele em trabalho, fazia apreensão de cigarros contrabandeados em um estabelecimento comercial da periferia, quando ele e o proprietário foram surpreendidos por um assaltante. Postado ao lado dele, o bandido ordenou que o comerciante lhe desse todo o dinheiro do caixa e que Formoso lhe entregasse a pasta, que continha documentos fiscais, e a carteira com o brasão. Temendo ser confundido com um policial, Formoso partiu para o ataque, aplicou-lhe um golpe de desarme e retirou-lhe a arma.

Apostando na aflição do bandido e ao mesmo tempo raciocinando sobre os desdobramentos da ação, achou por bem devolvê-la com a condição de que sumisse do local.

Sobre Formoso, quero dizer que pessoa mais íntegra não há. Aposentou-se. Foi sargento do Exército, instrutor de tiro, agiu com segurança profissional, mas se sentiu nu quanto à segurança institucional.

Não vamos nos alongar nessa explanação. Bem sabemos que o próprio porte de arma pessoal ainda é meio nebuloso. Falou em arma, tem muita gente nossa que não escuta, torce o nariz.

~~//~~

O debate sobre a atitude de Formoso se acirra, os ânimos exaltam: sim, contra, certo, errado e, como não se chega a um acordo, o assunto morre. Depois de todos, ao



mesmo tempo, sorverem copos de cerveja, o assunto recomeça. E na mesma linha.

Ninguém ali está para aprofundar nas questões do Imposto de Renda. Esse assunto, frio por sinal, fica na repartição. As questões que ali importam são as que dizem respeito à integridade física, ao modus operandi, ao comportamento intuitivo, porque treinamento mesmo não alcança essas questões. Quem recomeça o assunto, sorrindo muito por sinal, como se o caso fosse extremamente engraçado, é Joaquim, que conta o caso do Gê, a abreviação amigável do nome do Geraldo.

– Por falar em arma, conto a história do Gê; essa é boa!

Todos se põem à escuta, ou fazem que escutam. Há apenas sutis manifestações de exaustão como no assunto anterior. Joaquim está embalado.

Certa feita, Gê foi designado para fiscalizar uma empresa, numa cidade que fica na divisa de Goiás, terra de gente brava. Gê chegou na empresa, anunciou, se apresentou e foi aos finalmente:

– Estou aqui para dar o termo de início de fiscalização na sua empresa.

O contribuinte, muito calmo, abriu a gaveta, pegou uma agenda, em seguida, uma régua e, finalmente, um revólver 38 e os colocou sobre a mesa, ao lado dele.

Gê, ex-sargento experimentado do Exército, calmo, muito calmo mesmo, do mesmo modo, abriu a pasta dele, tirou a agenda, um caderno de rascunho, uma régua, o revólver e, do mesmo modo, os colocou sobre a mesa, ao lado dele.

– Onde é que o senhor quer que eu assine? – pergunta o contribuinte.

– Aqui – indica Gê.

O contribuinte assina, guarda a caneta e, por fim, o revólver.

Gê recolhe o Termo, guarda a agenda, o caderno de rascunho e, por fim, o revólver 38.

– O senhor toma café? – pergunta o contribuinte.

– Sem açúcar – responde Gê.

Depois de um bom café acompanhado de um bom bate-papo, ambos se despediram desejando, mutuamente, felicidades!

~~//~~

É, parece até que a nossa instituição é um exército em forma. A bem da verdade, em meados de 1980, primórdios de 1990, sim. Muitos militares de carreira trocaram o Exército pela Receita Federal. No início da carreira, o Gê tinha uma postura por muitos incompreendida, motivo de chacota até. Uma vez, empossado e na fiscalização externa, mandou fazer uma placa de mesa com os dizeres: “Dr. Gê – Fiscal de Tributos Federais”; e, a trabalho, se na mesa da repartição ou na mesa da empresa sob ação fiscal, ele a dispunha de modo bem visível. Gê tinha orgulho de ser fiscal, valorizava a autoridade fiscal assim como muitos de nós, a única diferença é que ele não tinha vergonha de se expressar. E veja só aonde chegamos. Hoje, o próprio Sindicato dos Auditores cuidou de confeccionar uma placa para cada um dos associados. Para quê? Raciocina!



~~//~~

– Eu acho, Joaquim, que tanto as leis tributárias quanto as leis do funcionalismo público são bem claras em relação às atribuições, mas que de tão claras acabam por trazer problemas para a repartição. Fala-se em bom senso em todo lugar, mas o único lugar que não vejo a expressão bom senso é na legislação, olha a situação do Marcondes.

– Essa é boa, Marcelo! Prossiga – estimula Joaquim. A moral dessa história equivale a um ditado. Prossiga, prossiga, Marcelo.

– Vocês sabem que o Marcondes gosta de tomar “umas” né? Então! Ele me contou que um sábado desses, estava indo para o sítio com a esposa e filhos. Na rodovia, ao passar por um Posto Policial, viu uns três ônibus, desses que vêm com muamba do Paraguai, sendo fiscalizados pela Polícia. Havia muitos passageiros e eles aparentavam agitados, os policiais também, digamos. Ele sentiu que aquele ambiente estava embaraçado. Imediatamente, pensou em parar e se dirigir ao chefe daquela operação; mas, devido às condições em que se desenrolava, achou por bem seguir viagem para o sítio.

Lá chegou, tomou umas latinhas e, transcorridas três horas, voltou. Sítio e posto policial eram perto da cidade. Na volta, advinha... os mesmos ônibus, passageiros e policiais estavam lá, e agora havia uma movimentação de carga enorme, ora para dentro do ônibus, ora para o pátio. Ah! Eu não sei se foi por causa do reboiço, da “loira” ou se da tal de “autoridade fiscal”, Marcondes parou seu carro e lá se infiltrou. Ao ver uma camioneta sair do local carregada de peças de computador, sacou seu brasão e se apresentou a um policial.

– Senhor, eu sou fiscal. Por que aquela camioneta carregada de eletrônicos está se evadindo do local?

– Hi! Sujou! – disse o policial. Eu vou chamar o meu chefe.

Três minutos foi o tempo que o Marcondes permaneceu no pátio à espera do chefe da operação. Três minutos fora o tempo de ele raciocinar sobre a enrascada em que havia se metido. Saiu dali com um agente que ia em busca de reforço. Entrou no carro, apertou o pé no acelerador e, na rodovia de volta a casa, pôde ver à sua frente a camioneta carregada de mercadoria e ver ainda quando ela saiu do asfalto e pegou uma estrada vicinal. De certo, o condutor achava que estava sendo perseguido.

Aquela abordagem policial chegou a termo e o que resultou dela foi encaminhado para a repartição. Não se deu notícia da passagem daquela autoridade fiscal, naquele posto. O ditado que o caso encerra... deixo-o por sua conta.

Não há dúvida, na maioria dos casos, há que prevalecer o bom senso. E é categórico que o álcool com certas coisas ou ações não combina; há, inclusive, uma mistura que produziu até um ditado: “álcool e direção não combinam”. As estatísticas estão aí para comprovar que o índice de acidentes com morte é alto, altíssimo, a bem



dizer. Outra mistura que não combina é álcool e posição. Quando misturados, autoridade se reduz à “touridade”. Tá pensando o quê, eu sou “touridade”.

~~//~~

– Marcelo, eu tenho uma historinha parecida com a do Marcondes, essa que você acabou de contar aconteceu comigo e, falo sério, não tenho vergonha de contar. Para ser sincero, foi uma grande lição. Ouçam todos, por favor.

Quem entra na história é Toninho, um bom companheiro, muito produtivo e sincero. Vou repetir uma frase de sua fala para ficar bem claro que quando dele falo bem, não faço retoques à sua imagem. A propósito, embora fuja um pouco do assunto, gostaria de fazer uma provocação: alguém já notou que a atual era do photoshop, quase 100% dos fotografados aparecem mais novos na fotografia no mínimo uns vinte anos? Mas, como dizia, para confirmar a imagem de Toninho, não tem retoques; vou repetir apenas uma frase de sua primeira fala, é a seguinte: “Aconteceu comigo e, falo sério, não tenho vergonha de contar”.

Ouçamos o Toninho. Devido aos desdobramentos, a fala dele pode ficar longa e cansativa, mas o caso é importante porque implica a questão da “touridade”.

– Eu já contei mil vezes o que aconteceu comigo, mas faço questão de repetir. Ah! Se arrependimento matasse...

Toninho prossegue:

– Escuta! Igual ao Marcondes, eu também vinha do sítio, era dia de Natal, seis horas da tarde quando, na chegada da cidade, já na pista marginal, um ciclista entrou na minha frente. Pisei rápido no freio e gritei: matei! Saí do carro meio atordoado e logo os curiosos apareceram iguais pernilongos no pântano. Eis que me aparece um senhor, aparentava ter uns 50 anos, e se identificou como policial civil e pediu meus documentos.

Embora tivesse bebido, percebi que o cidadão estava alterado. Ao ver a carteira dele, com um brasão, não resisti. Entrei no carro, retirei do porta-luvas a minha carteira de brasão e, de peito aberto, disse:

– Carteira por carteira, eu também tenho a minha, de pelica, tem brasão, é bonita e ainda por cima, Federal.

– Sabe o que o policial inativo fez? Nem leu a minha carteira. Pegou-a de solavanco de minhas mãos e disse:

– Sua carteira está presa.

– Como presa? Eu quero a minha carteira agora. O senhor não tem autoridade para apreendê-la!

– Isso é o que o Senhooooooooor pensa. Tenho “otoridade” sim.

– Não tem.

– Tenho. Vamos ver isso na Delegacia.

Eu não falei, mas pensei: “Hi, sujou!” Olha que cena, ou que sina, sei lá. Se antes foi o colega Marcondes que sujou o ambiente do policial, agora era um policial e, ainda



por cima, aposentado, que poderia sujar o meu Natal. Imagine a cena: um acidentado, um carro atravessado na pista, um aglomerado de gente e duas “otoridade” a baterem boca na rua. Quando percebi o desdobramento daquela situação ridícula - meio alterado, carteira apreendida por um policial aposentado muito mais alterado ainda, condução para delegacia, mediação do delegado de plantão, corporativismo etc. e depois a repercussão no meu trabalho - , acalmei os ânimos, afastei-me para a esquina e de lá, educadamente, chamei o policial.

– Senhor Fernandes, por favor, eu lhe peço; devolva a minha carteira, afinal, se somos autoridades, pra que discutirmos? Faça o que o senhor acha que deve ser feito, chama a patrulha, apreenda os documentos do carro, o carro, mas, devolva a minha carteira.

Ao se dar por satisfeito com a minha humilhação, devolveu-me a bendita carteira que quase me protagonizara uma situação ridícula. O Zé da Tributação seria o primeiro a dizer: “Bem feito, quem mandou você dar carteiraada no guarda”. E, para o Zé, seria irrelevante se o policial era da ativa ou não, se era a sua função ou não, o que abominava era a tal de “carteirada”. Rigorosamente, não abominava; na verdade, ele não perdia uma oportunidade de um motejo.

De qualquer modo, o final da história até foi interessante. Na espera do guincho que demorava, conversa vai, conversa vem, eu e o policial nos aproximamos a ponto de ele me emprestar o carro ao lhe manifestar a minha preocupação de ter que ir em casa informar o acontecido. Que sufoco! Carteirada? Nunca mais!

~/~/~/

Finalmente, Miralvan achou um espaço para falar. Lembra-se de que ele fora interrompido? Antecipar-lhe-ei! Conto a história para lhe poupar o esforço da escuta, deixo a seu cargo apenas a atenção aos diálogos, de certo modo, exaltados. Embora já tenha dito que Miralvam é meio sem graça, essa não é a razão pela qual assumo em parte o seu lugar. Repito, apenas para poupar-lhe o esforço da escuta.

Só, no escritório da empresa, Miralvan deixou de lado a documentação oficial e pôs-se a vasculhar o paralelo – lembra-se? Miralvan foi discípulo de Manoel. Agira naturalmente; armários, gavetas de mesas, caixas, enfim, tudo o que havia a sua volta ele vasculhava, analisava e o que fosse de seu interesse recolhia ou anotava. Em resumo, depois de duas semanas, auto de infração pronto, restava apenas a ciência ao contribuinte. Ao cientificá-lo, fez as explanações de praxe sobre a matéria tributária e antes de o contribuinte assinar, pôs-se a devolver a documentação. Devolve-lhe livros, extratos bancários, contratos e, de repente, devolve uma folha com anotações e, ato contínuo, toma-a de volta da mão do contribuinte e diz:

- Ao diálogo!

Miralvan é quem diz:

– Essa não!



O contribuinte, por nome de Marzano, experiente, vivido, fizera uma leitura rápida naquelas anotações de punho do Miralvan e percebeu que aqueles apontamentos eram de sua movimentação paralela.

– Como não, é meu sim! Eu sou velho, mas sou gagá, não!

– Calma, senhor Marzano.

– Calma nada, agora que o senhor já falou, eu vou assinar isso aí e é com uma caneta diferente.

Marzano pegou sua bolsa de mão e bateu com toda força na mesa. Pelo baque, Miralvan pôde perceber que era o aço do revólver, uma caneta que escreve vermelho. E antes que ele a tirasse para fora, Miralvan, clemente, disse:

– Calma, senhor Marzano, deixa disso, o senhor tem filho.

– Meus filhos não precisam de mim, estão criados.

– O senhor tem netos...

– Meus netos são de responsabilidade do meu genro.

– Calma, calma, senhor Marzano, se o senhor não quiser, não precisa assinar isso não, deixa de bobagem.

Miralvan, vacilante, falava e se afastava da mesa que estava e, já distante dele um metro mais ou menos, Marzano de súbito se acalma:

– Ok! Me dá a caneta. Onde você quer que eu assine?

– Se não quiser, não precisa assinar, senhor Marzano.

– Agora é eu que quero.

Senhor Marzano, calmamente, assinou aquele camalhaço de papel e, no final, pensativo, olha para o trêmulo Miralvan e diz:

– E agora!

– E agora o quê? – perguntou Miralvan.

– Você não vai fazer nada comigo, pela forma que te tratei?

– Não, nada. O senhor assinou, num assinou? Assinou, tá assinado. É só.

Estavam em uma agência, em uma sala próxima à do Agente. Ele ouviu tudo. O chifre fedeu, rescendeu, porém, ele disse que não percebera.

Ufa! Graças a Deus que o senhor Marzano optou pela clássica caneta, do contrário essa história não teria registro.

~~//~~

Quebro a promessa e faço um breve comentário opinativo.

Era uma situação deveras extremamente delicada. Como já deve ter notado, gosto muito do advérbio de intensidade. Ocorre que a situação o pede. Senão, vejamos. A realidade é que o senhor Marzano se sentiu violado na sua intimidade empresarial. Jamais podia imaginar que terceiros teriam acesso a dados tão particulares, tão íntimos, uma vez



totalmente devassados, estava disposto a tudo; idoso, não levava mais desaforo para casa.

Menos mal! Exaltado, acalmou-se e, no final, meio sem graça, achava que devia ser punido. De fato, houve desacato à autoridade fiscal, mas, certo ou errado, o bom senso imperou e Miralvan deixou de lado o desacato. Ah! Antes que me esqueça, a dupla Marzano e Miralvan não é por acaso, assim não o é João e José, Leandro e Leonardo e por aí afora.

~~//~~

– Ô, Miralvan, eu acho que você forçou a barra um pouquinho, essa história da caneta de aço que escreve vermelho é meio exagerada, não?

– Concordo, Antônio Carlos, força de expressão, mas de fato era um revólver.

– Ô, Jaime, pra encerrar esse bate-papo, conta logo a sua, aquela que fez você ficar humilde. Humilde... até parece...

Interrompo a conversa deles, a essa hora, animada, entre tiradas e gargalhadas, para um breve contraponto entre a empáfia e a humildade. Eu sei, você sabe, tem colega que assume uma enorme empáfia só porque é fiscal. A propósito, a empáfia não é postura exclusiva de fiscal. Esse fenômeno ocorre com boa parte daqueles que galgam uma posição, seja no público ou no privado: juiz, delegado, gerentes, supervisores etc. Jaime descobriu que a humildade, no caso da fiscalização, encurta o caminho para valer. Funciona, mais ou menos, de acordo com a filosofia do mineirinho – “o mineirinho come quieto” – filosofia essa que, de certo, nascera em boteco. Devido ao clima de final de festa, acho melhor eu mesmo contar a história do Jaime e, se não a conto melhor do que ele, asseguro-lhe que contarei sem acréscimos de “erres”, esses “erres” inoportunos que aparecem quando se beberica um pouco mais.

Estava ele na empresa. O gerente lhe disponibilizou uma mesa em um ambiente aclimatado bem próximo da máquina xerox, para ser mais exato, num mezanino.

Primeiro, segundo, e, no terceiro dia, já meio encabulado com o ambiente, perguntou ao gerente o motivo pelo qual eles sempre tiravam cópias das notas de dólares que recebiam. A empresa exportava eletrodomésticos.

– Questão de segurança, – respondeu o gerente. Xerocamos e anotamos a procedência, caso haja alguma nota falsa, corremos atrás de quem nos passou.

– Marca com o número da nota fiscal? – perguntou o colega Jaime.

– Sim, sim, às vezes, – disse o gerente, meio engasgado, que, desconversando se dirigiu para a sala dele e em seguida para a do patrão.

Ora, ora! Exportações fraudulentas, não havia dúvida. Meia hora depois, o gerente retornou ao mezanino.

– Senhor Jaime, peço desculpas, mas estamos precisando dessa mesa; a funcionária que a ocupa, acaba de chegar do médico. Lá embaixo, no porão, tem uma mesa desocupada e bem mais tranquila, ótima para o senhor trabalhar...

– Tudo bem!



Jaime arrumou os papéis, fechou a pasta e acompanhou o gerente. Deixaram o mezanino aclimantado e foram parar em um porão totalmente abafado. Contrariado, no ato, Jaime interpelou o acompanhante que não parava de falar das boas condições da sala:

– O senhor é quem vai me desculpar, aqui eu não trabalho, vou fazer a relação da documentação que quero e o senhor providencia o envio dela à repartição para mim.

– Acalme, senhor Jaime. Aqui é tranquilo, o senhor vai gostar.

Jaime retrucou ríspido:

– O senhor está me provocando? Acha mesmo que aqui é lugar de auditor- fiscal do Tesouro Nacional trabalhar?

– Está bem, então, só hoje. Amanhã o senhor volta para o mezanino.

Jaime concordou. Imaginou que logo providenciariam a mudança da xerox, por sinal, enorme, um trambolho. Disse tudo bem, sentou-se à mesa e o gerente, mais uma vez, quis acalmá-lo com mais um “fique à vontade”.

E como Jaime ficou! Vinte minutos depois – só –, começou a vasculhar o porão e, de repente, deparou-se com uma caixa de papelão repleta de notas fiscais de entradas de vários anos, com indicação: “Devolvidas pelo contador”. Imediatamente, voltou ao mezanino, pediu ao gerente todos os livros de registro de entrada. Adivinhe? Batata!!!

A expressão “batata” tem o mesmo significado de “inhambu na capanga”, “mel na chupeta”, “de mão beijada”, essas expressões populares para qualificar conquistas astutas, sem muito esforço, portanto.

Batata! Eram notas fiscais de eletrodomésticos à margem da fiscalização, expurgo da contabilidade oficial. Jaime trabalhou por mais uma hora e foi embora, pronto para rodar o auto.

~/~/~/

Bem, senhores e senhoras, já passa das 21h. Antes da conta, tem a saideira e quem a pede é o Gê. Ele, como de costume, não espera a conta que definitivamente se fecha lá pelas 21h30. De cabeça, faz a prévia, deixa uma nota de cinquenta e vai embora.

Eu, com a incumbência de relatar esse encontro, seria o último a sair desse boteco. Quem sabe ainda acontece um fato novo a ser acrescentado. Os botecos são lugares ideais para as ideias. Já disseram que as grandes decisões políticas nasceram em torno de uma mesa de boteco. Romances, então, brotaram a esmo, há clássicos que cheiram a álcool e nem por isso comprometem ou comprometeram a humanidade, pelo contrário.

Além da criação, o boteco é também um espaço da purgação, esses causos aqui relatados, uns à beira do ridículo, jamais viriam à tona fora do entorno de uma mesa de boteco.

É certo que uns goles de cerveja destravam a língua; mas, como em tudo, o segredo é ter bom senso. Uma vez trazidos à tona, têm a finalidade de evitar futuros casos embaraçosos. As boas saídas, ou tiradas, neles contidas, são frutos da intuição, as más, do despreparo. Não há um treinamento específico nessa área, o que ocorre é um juízo



próprio embasado na própria vivência. Por exemplo, o risco para o agente em autuar um bandido em milhões de reais é bem menos do que o agente dilapidar um patrimônio conservador familiar, ainda que construído na sonegação; a soberba é a menor distância entre um termo de início de fiscalização e a certidão de óbito; a simplicidade, por extensão, simplifica o trabalho; enfim, esses e outros aforismos são construídos muitas vezes em mesas de botecos, não há, pois, uma disciplina para tal.

O último já se foi, é Marcelo. Aliás, todos se foram contentes e satisfeitos. Agora vou eu. Já teci considerações a respeito dessa mesa de boteco; mas, sem alongar muito, gostaria de acrescentar um pedido. Entenda mesa de boteco a própria e por extensão qualquer mesa em qualquer lugar, quando uma turma, em torno dela, se encontra para conversar e pouco importa se regada a álcool ou não, porque tão ou mais estimulante do que o álcool é a própria conversa. Ao relatar esses casos, espero ter contribuído para o aprimoramento da relação fisco-contribuinte. Boa noite!

Lá vai noite adentro, o narrador. Eu não sei por quê; mas gosto dele.

Ocorre-me que ele assobia uma música cujo verso é mais ou menos assim: “Quem gosta de mim sou eu...”

Boa noite, narrador!



MINHA AGENDA LARANJA

Abigail Aparecida dos Santos

OC - COAEF

Na história da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, uma data marcante é 02 de maio de 2007 e creio que não preciso explicar as razões. Mas, há algo que considero importante destacar: foi nesse dia que a história profissional dos servidores oriundos da Secretaria da Receita Previdenciária – SRP, foi inserida na cultura organizacional da criada RFB.

Assim, a RFB tem parte de sua história formada nos órgãos do Ministério da Previdência Social e é esse momento do passado que vou resgatar para contar para vocês.

A minha história nos órgãos federais que compõem a Previdência Social iniciou em 29 de abril de 2004 no Instituto Nacional do Seguro Social e foi marcada por grandes datas: algumas foram importantes institucionalmente e produziram grandes mudanças na minha estrutura de trabalho; outras datas foram dias comuns para a organização, mas me trouxeram um sentimento pessoal único em relação ao mundo que me cerca. Para as primeiras datas, é fácil encontrar registro em medidas provisórias, leis ou documentos divulgados na imprensa. Mas, os fatos que envolvem as segundas datas estão guardados na minha memória ou, no máximo, eu os conto nos encontros de almoço com colegas de trabalho, que ocorrem quase todos os dias, desde meu ingresso no governo federal.

Um desses dias destaques na minha memória e do qual me lembro de muitos detalhes foi 23 de dezembro de 2005, sexta-feira. Esse foi um dia ensolarado e tinha no ar um clima de festa. No domingo seguinte seria Natal e o prédio do INSS já estava esvaziado; muitos servidores já tinham saído de recesso ou de férias. Eu iria viajar no dia seguinte para minha terrinha; passaria o Natal e o recesso de fim de ano em casa. O ano de 2006 estava chegando e naquele dia lembro que eu estava nostálgica e pensava sobre o que me acontecera desde abril de 2004.

Lembro que eu olhava constantemente em volta do meu espaço de trabalho: era uma sala grande, com umas 15 estações de trabalho, uma impressora grande ao final da sala, um armário com muitos processos e a sala dos chefes separada por divisória de vidro. Naquele fim de ano, tínhamos convocado muitos servidores de regionais para, em mutirão, ajudarem no despacho de processos acumulados no setor. Por isso, havia pilhas



desses processos nos balcões da sala, organizadas para facilitar o encaminhamento para outros lugares.

Meu sentimento naquele dia era de pura nostalgia: recordações do que tinha me acontecido desde quando chegara a Brasília, há um ano e seis meses, para trabalhar no Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, sem saber por quanto tempo permaneceria em terras candangas. Naquele fim de ano, o órgão em que eu trabalhava, que já não era mais o INSS, passava por um novo recomeço na sua estrutura organizacional. Começar de novo exige muita força e esses recomeços já estavam se tornando constantes. Naquela véspera de Natal de 2005, eu ainda não sabia, mas muitas outras grandes transformações no ambiente de trabalho ainda estavam por vir.

Esses vários começar de novo tiveram início em outubro de 2004 quando foi criada a Secretaria da Receita Previdenciária e, de repente, eu não trabalhava mais no INSS, mesmo continuando no mesmo prédio, andar e sala. Foi uma mudança significativa: mudaram-se os dirigentes e a estrutura organizacional, realizaram-se adequações em sistemas, atos normativos e procedimentos. Muita energia foi necessária no final de 2004 e início do ano seguinte.

Quando eu pensava que tudo tinha chegado ao seu lugar, vem a segunda grande mudança 10 meses depois de realizada a primeira. Em julho de 2005, por uma Medida Provisória, eu me tornara servidora da recém-criada Receita Federal do Brasil: recomeçava outra mudança e haja energia para virar a direção. Mais uma vez são mudados: estrutura, dirigentes, sistemas, normas e... vamos em frente.

Agora, já acostumada a recomeçar, estava mais preparada quando chegou a terceira grande mudança ocorrida um pouco antes daquela véspera do Natal de 2005. Em 21 de novembro, um Ato Declaratório do Congresso Nacional faz saber o fim da recém-criada Secretaria e eu retornava a ser servidora da Secretaria de Receita Previdenciária e, de novo, mudam-se: estrutura, dirigentes, sistemas, atos normativos e procedimentos.

Era nesse contexto histórico que eu vivia aquele 23 de dezembro de 2005, véspera de Natal. Fui almoçar com colegas de trabalho diferentes daqueles que eram minha companhia diária. Éramos somente mulheres à mesa, entre elas a Secretária Adjunta, e o encontro foi realizado no Restaurante La Gioconda. Acho que até hoje nunca tive outra oportunidade de estar à mesa com essas pessoas em um almoço.

Lembro do lugar, da toalha branca e vermelha na mesa, das conversas triviais e um dos assuntos abordados era quem estaria trabalhando na semana seguinte. Quem trabalha no governo federal sabe que, no final de ano, os servidores se revezam: uma parte folga na semana do Natal e outra na semana do Réveillon. Somente uma das presentes, a coordenadora da minha área, trabalharia naquela semana seguinte, de 26 a 30 de dezembro de 2005. Essa informação parecia tão trivial naquele almoço, mas fez muita



diferença depois.

No final da tarde daquela sexta-feira, 23 de dezembro de 2005, véspera de Natal, aumentava aquele clima de feriadão que fica no ar. Eu hesitava em ir embora, mas a propulsão ocorreu quando lembrei que iria de ônibus, porque aproveitei o recesso para deixar meu carro na revisão. Da janela da minha sala, 8º andar no Setor de Autarquia Sul de Brasília, eu via o ponto de ônibus e a cidade praticamente vazia. Lembrei-me de uma chuva intensa e repentina que ocorrera uns dias antes e que inundou as ruas de Brasília e a garagem do prédio do INSS, deixando alguns carros boiando. O carro da minha colega Gabi ficou boiando e teve que ir direto para lavagem do estofado.

Eu desliguei o computador e andava pelo corredor já vazio em direção ao elevador, quando me lembrei da minha agenda. Eu tinha uma agenda-fichário laranja, do tipo que adolescente adora e, para fazer par, tinha uma bolsa de lápis e caneta da mesma cor. Na agenda, havia registro de reuniões que eu participara e contatos colecionados nos quase dois anos de trabalho. Parei com intenção de retornar para pegar a agenda laranja, mas pensei: que nada, ela estará no mesmo lugar quando eu voltar. Parti para o meu recesso de fim de ano e muita coisa mudou.

Na terça-feira, dia 27 de dezembro de 2005, já em Itabirito, acordei muito tarde e liguei para a oficina mecânica para saber o valor do orçamento do meu carro. O mecânico me atendeu dizendo:

- Ah, você é a moça do prédio que pegou fogo?

Eu respondi que não era eu e ele insistiu:

- É você mesma!

O mecânico tinha me deixado na porta do prédio na sexta-feira anterior. Ele continuou a dizer:

- Não viu os jornais?!

Desliguei o telefone sem dar importância ao suposto incêndio no prédio do meu trabalho. Mas, mesmo assim liguei a televisão (ainda não era viciada no Google sabe tudo) e já estava começando o jornal da tarde da Globo com a chamada: Incêndio destrói prédio do INSS em Brasília. Eu olhei as imagens das chamas na televisão sem ter a real percepção do estrago.

Resolvi ligar para Alessandra, uma colega que eu sabia que trabalhava naquela semana do recesso para perguntar:

- Alê, será que dá para você pegar a minha agenda?!

Ela me respondeu que do 4º andar para cima do prédio era tudo cinzas e que os bombeiros não autorizavam a entrada de ninguém. Ela continuou dizendo:

- Mesmo assim, os computadores viraram ferros retorcidos, imagine a sua agenda!!!

Aos poucos fui me lembrando do que perdi com minha agenda e, em seguida, do meu computador destruído e das informações e arquivos que eu não tinha cópia. E



aquelas pilhas de processos?! Tudo queimado! Como eu recomeria na semana seguinte sem sala, sem mesa, sem computador, sem os arquivos com informações acumuladas nos dois anos de trabalho?!

A minha coordenadora presente no almoço daquela sexta-feira, 23 de dezembro, trabalhou muito naquela semana do meu recesso: compôs um grupo para, emergencialmente, cuidar do patrimônio queimado e conseguir espaço de trabalho para alojar todos os servidores que retornariam na segunda-feira seguinte.

Um carro foi retirado da garagem do prédio queimado, pelos motoristas da Previdência e, é claro que este veículo não era de ninguém menos que o da Gabi.

Eu sabia que seria mais um recomeço para todos nós, mas, depois de tantos recomeços, já tínhamos o expertise. Assim, comprei uma nova agenda; dessa vez, cor-de-rosa pink e voltei ao trabalho na semana seguinte.



MISSÕES POSSÍVEIS, MAS RECHEADAS DE EMOÇÃO

Ênio Roberto
OC -COAEF

Ano de 1984. Estava eu em minha primeira missão fora da minha base de trabalho, em outra Região Fiscal. Pouca ou quase nenhuma experiência anterior, no que concerne, principalmente, a morar em uma casa de madeira rústica, sair com a Polícia Federal para reconhecimentos de áreas passíveis de ocorrências de fatos que exigissem ações deles e nossa, da Receita Federal, fazer refeições em restaurante comunitário junto com outras autoridades e muitos garimpeiros.

Isso mesmo. Eu estava fazendo a fiscalização do IUM – Imposto Único sobre Minerais – por um período de 30 dias no Garimpo de Serra Pelada no Estado do Pará.

Um colega que trabalhava comigo na Coordenação de Assuntos Especiais fora designado para uma missão de relevada importância, no período de um mês. Como não podia ir, teria que indicar um colega bastante responsável, que empreendesse essa missão com elevado nível de profissionalismo e lisura de procedimentos. Assim sendo, pensou em mim para ir no seu lugar. Então ele me disse:

- Você aceita este trabalho?

Nunca fui de rejeitar trabalhos novos, mas, confesso que fiquei um tanto apreensivo ao lhe perguntar onde seria realizado. E ele me respondeu:

– Em Serra Pelada.

Mas, lembro que se mostrou bastante compreensivo com o meu susto, pois me deu quinze minutos para responder sim ou não.

Ainda brinquei, perguntando-lhe se eu tinha direito a um telefonema.

Liguei para minha casa e contei da “oportunidade” que me estava sendo oferecida. Argumentei com minha esposa sobre as possíveis vantagens que a aceitação desse trabalho poderia oferecer e que à época, realmente acreditava, como por exemplo, ser convidado para fiscalizar empresas em “cidades” melhores.

Minha esposa, após perguntar alguns detalhes que seriam oferecidos para a minha viagem, tais como meios de transporte, local de estadia e segurança em geral, preferiu não opinar e deixou para mim a responsabilidade da aceitação, sempre lembrando que tínhamos quatro filhos e que um simples seguro de vida não substitui nunca a presença do pai.

Nesse diálogo, gastei doze minutos dos quinze a que tinha direito para resolver o



assunto.

Liguei para o meu colega e disse que eu concordava em ir, que ele estava autorizado a colocar o meu nome em substituição do seu, e que eu estava aguardando a Portaria de deslocamento, passagens, diárias, suprimento de fundo e o que fosse possível conhecer sobre o trabalho a ser realizado e as condições que o local me reservava. Isso é o que eu considerava básico. Mas parece que apenas eu considerava isso o “básico”.

Chegando o dia da viagem, saí de Brasília, bem cedo, num Foker da TAM, avião pequeno, que só chegou a Marabá bem próximo das 18 horas. Entretanto, pequeno mesmo era o avião que fez a linha Marabá/Serra Pelada, que voava como um pássaro... explico, de tanto sacolejar, parecia BATER as asas.

Naquele entardecer ventava muito, trovejava. Uma tempestade se aproximava e relâmpagos cortavam o céu até a linha do horizonte, mas o piloto do monomotor tentava tranquilizar-nos dizendo que era comum para ele decolar com o tempo assim, que a aeronave, que mais parecia um aviãozinho, era bastante segura e que ele tinha muitas (não especificou quantas) horas de voo. Assim decolamos.

Lá pelo meio da viagem, as nuvens pareciam mais escuras e densas, o vento assoviava bem mais forte e era impossível não perceber a crescente tensão no semblante de cada um dos quatro passageiros restantes... Brincadeira, éramos apenas quatro desde o início da decolagem, mesmo porque não caberia mais nenhum, já que o avião trazia na fuselagem dois botijões de gás, alguns galões de querosene e algumas mercadorias igualmente inflamáveis, mas de extrema necessidade para os moradores do garimpo, dizia o piloto.

Ao lado do piloto, vinha sentando um índio, segurando um punhado de afiadas flechas. Cada vez que o avião sofria um movimento maior de vazio (que nos aviões maiores chamamos turbulência), as tais flechas se aproximavam perigosamente da minha cabeça. Pedi então ao piloto que pedisse ao índio, na língua dele, que, por favor, colocasse as flechas no chão para evitar um possível acidente. O piloto respondeu que eu mesmo podia fazer diretamente o pedido porque o índio falava nossa língua. Assim, aquele índio que não tinha pronunciado, desde o embarque, nenhuma palavra, se desculpou pela sua distração, concordou que, principalmente pelos “solavancos” provocados pela tempestade, as flechas naquela posição poderiam provocar ferimentos em alguém.

Colocou-as no chão, pediu desculpas e “calmamente” voltamos a prestar atenção na tempestade do lado de fora.

Em dado momento, quando tudo à frente parecia muito escuro e aterrador, e poucos clarões entre algumas nuvens negras nos permitiam ainda vislumbrar vagamente a direção e a altitude em que estávamos voando, percebi que o piloto estava fazendo uma manobra que eu, talvez por falta de experiência, não entendi.

Perguntei-lhe então:

- Estamos voltando?

E ele respondeu:



- Não, estamos apenas driblando a tempestade.

Assim, várias manobras depois, estávamos descendo e fomos avisados que estávamos chegando em Serra Pelada. Confesso que eu não via nenhum aeroporto ali, e o avião tocou o solo em uma velocidade consideravelmente alta. Ninguém dizia nem comentava absolutamente nada, mas, quando o avião parou, não resisti à curiosidade e perguntei:

- E então? Fizemos um pouso de emergência?

Ao que o piloto calmamente respondeu:

- Não! Pousamos normalmente como faço todos os dias.

Mas percebendo a indignação de todos (menos do índio, já acostumado ao trecho), esclareceu:

- Serra Pelada não possui aeroporto, assim pousamos sempre neste trecho de estrada de terra.

Bom, afinal, estávamos vivos e, como diz um ditado popular: “Tudo está bem, quando termina bem!”... Só que estávamos apenas começando. Sem saber o que nos esperava até a conclusão da nossa missão, podíamos, entretanto, antever que, no final, enfrentaríamos uma aventura semelhante na volta para Marabá, ou seja, a mesma rota, o mesmo piloto, o mesmo avião e, por que não, talvez até o mesmo índio com suas perigosas flechas.



MOMENTOS ENGRAÇADOS DO CAC - I

Fabíola Maria
DRF Fortaleza/CE

Trabalho no CAC da DRF de Fortaleza. Aconteceu um fato engraçado em um dos meus atendimentos. A senha chamada naquele momento se referia a CPF. Chegou uma senhora, com um documento em mãos, extremamente revoltada. Convidei-a para se sentar, mas ela não aceitou, tamanha era a indignação. Balançando o papel, começou dizendo:

- Olha aqui, minha filha. Isso não é maneira de tratar uma pessoa distinta, honesta como eu. Me chamaram de CARA.

Eu a olhava admirada sem entender seu protesto. Pedi então para ver o conteúdo do documento. Vejam só: era uma solicitação de comparecimento à Receita Federal para regularização do CPF, nela o tratamento utilizado era: “Cara Sra. Fulano de Tal”. Ela entendeu que estávamos dando-lhe um tratamento grosseiro. É como se disséssemos: “Oi, CARA”, você deixou de fazer...

Eu, para tranquilizá-la, disse:

- Não, senhora, aqui nós a estamos tratando como “Caríssima Senhora”, “Ilustríssima Senhora”.

Procurei enaltecê-la o mais que pude. Ela entendeu, ficou meio encabulada e deu um leve sorriso. Então, relaxou e sentou-se feliz para o atendimento.

Precisamos usar tratamento ainda mais delicado com o contribuinte, principalmente os mais humildes!!!



MOMENTOS ENGRAÇADOS DO CAC – II

*Fabiola Maria**DRF Fortaleza/CE*

O fato a seguir aconteceu com a Ismar, colega do SERPRO, lotada no CAC da Delegacia de Fortaleza.

Ela fora escalada para trabalhar por uma semana na triagem, distribuindo senhas para atendimento. Lá chegou um senhor, bem humilde, solicitando uma senha para determinado serviço. Ismar entregou-lhe a senha e informou que ele deveria aguardar a chamada do código constante na senha, no monitor, e apontou para a televisão. Tudo certo.

No dia seguinte, lá estava o mesmo contribuinte procurando a Ismar para fazer uma reclamação:

- Minha senhora, fiquei de olho na televisão e minha senha não foi chamada! Depois que saí daqui, ao meio dia, assisti a todos os programas na TV. E o que é pior, à noite, fui obrigado a ver novela das 6, o Jornal Local, a novela das 7, o Jornal Nacional, a novela das 9 e nada de me chamarem. E aí?

Ismar não se conteve e riu. Mas, com a maior paciência, explicou melhor onde ele deveria aguardar atendimento e conseguiu com a chefia uma senha prioritária.

Parece mentira, não é mesmo? O homem esperava ser chamado em casa, bem sentado e com direito a tudo!!!



NA JAULA DO LEÃO

*Alcione Sortica**Aposentado*

Primeiros anos da década de 1970. O processamento de dados ensaiava os primeiros passos na novel Receita Federal. Em Porto Alegre, onde anteriormente funcionava a antiga Alfândega, um grupo revisava as declarações de Imposto de Renda Pessoa Física, solicitando comprovantes aos contribuintes, que enxameavam nervosos, sós ou acompanhados dos respectivos causídicos, para cumprirem as dolorosas exigências fiscais.

No vetusto prédio de dois andares, com a fachada decorada pela estátua do deus Atlas forcejando para equilibrar nos ombros o globo terrestre, a seção encarregada dos trabalhos se achava instalada no segundo piso, com acesso pela infundável escada ou por um elevador com porta pantográfica, geralmente emperrada, ora no térreo, ora no segundo piso ou, geralmente, estacionado entre os dois.

Certa feita, do burburinho do centro, adentrou um senhor idoso, suarento e, já corria o zíper da pasta para de lá sacar os documentos solicitados. Olhou o elevador estático, confundido com os gradeados de ferro que o prendiam, lembrando uma jaula, e apertou o botão diversas vezes tentando destrancar a geringonça. Não conseguindo resultado positivo, dirigiu-se logo para a escada, plena de degraus, pois os prédios antigos não poupavam espaços, e foi subindo, com passos apressados, dentro das circunstâncias que o organismo, debilitado pela idade, mas acelerado pela adrenalina e nervosismo, conseguia aguentar.

Lá no topo, correu até o balcão, um monte de documentos na mão levantada, vermelho igual beterraba, o coração batucando. E a voz não saía, apenas sons roucos emanados pela boca.

Uma funcionária solicita, percebendo a tragédia que se delineava no ar, saiu de detrás do balcão e o acorreu logo com uma cadeira, tentando acomodar o desinfeliz. Este se sentou e jogou o corpo para trás, em um arquejamento só. O encosto do desgastado móvel desprendeceu-se e o azarado foi ao chão, a cabeça de encontro ao piso, papéis esvoaçando para todo o lado. Ai sim, quase deu os doces.



Nas cenas seguintes, um pequeno comício de funcionários tentava reavivar o acidentado. Abanos, copos d'água, álcool – do mimeógrafo – para inalar, palavras de ânimo, meninas nervosas com as mãozinhas cruzadas no peito!!!

Depois de restaurado, a funcionária, que ali estivera desde o início, recolheu os documentos; e o idoso, exibindo um decorativo galo na careca, foi tranquilizado e despachado. Não precisava se preocupar. Estava tudo certo.

Hora da saída. Alguém apertou o encapetado botão e a engehoca subiu lentamente, abrindo as portas em um convite rangente. E não faltou o comentário maldoso, solto no ar: “Esse tareco queria era matar o pobre velho”.



NOITE DE REPRESSÃO NA DELEGACIA DA
RECEITA FEDERAL EM LAGES-SC

Jani Carlos Martins

DRF Lages/SC

Este fato aconteceu na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Lages-SC, era uma noite muito fria dessa região serrana.

A nossa Delegacia estava fazendo repressão ao contrabando e descaminhos na BR-116, próximo de nossa cidade. Eis que já era alta madrugada, quando surgiu um ônibus de uma empresa local da região.

O ônibus estava cheio de mercadorias e muambeiros. Uma equipe solicitou que todos que tivessem mercadoria nos bagageiros pegassem suas bagagens de mão e, em seguida, pegassem as mercadorias que estavam no interior dos bagageiros para a conferência delas.

Aí que aconteceu o fato inusitado:

O delegado de nossa Delegacia me convidou para subir no interior do ônibus para revistar as bagagens de mão. Tudo estava correndo normalmente até que o delegado chegou a um casal de “laranja” (pessoas que trazem mercadorias para outras pessoas) e perguntou para o primeiro sacoleiro:

- O que tem no interior da sacola?
- Ora, tem um monitor de computador e um gabinete.

O delegado pegou a sacola, abriu o zíper e o fechou e, depois, perguntou para o segundo sacoleiro:

- O que você tem no interior da sacola?
- Na minha sacola, tem uma impressora e um teclado de computador.

O delegado pegou a sacola, abriu o zíper, fechou-o e disse:

– Seu Carlos, vem cá, por um favor. Pegue o CPF, a Cédula de Identidade e o endereço deles; tenho que enviar para o “Paraguai” estas sacolas, pois as mercadorias no interior delas não têm nada a ver com o que eles compraram. Iremos trocar as mercadorias no “Paraguai” e enviar aos seus endereços.

Foi enviado em um Auto de Infração.



O ATENDENTE E O NENÊ

Valmir Paulino Benício

DRF Poços de Caldas/MG

No ambiente de atendimento, não é difícil ocorrerem momentos de tensão e destemperos. Casos de discussões e confrontos são inúmeros. Por isso, lembramos um caso sublime pela ternura que envolveu o episódio.

O atendente Valmir Paulino Benício atendia a uma mãe com uma linda criança no colo. A criança devia ter uns dois anos de idade e parecia observar o atendente. Que estaria pensando uma criança dessa idade, naquele ambiente tão diferente? Muitas pessoas, computadores, movimentação. E, conversando com a mãe dela, um atendente simpático, conversador e de sorriso farto.

Pois bem, curiosamente, a criança não parava de fitar o atendente durante todo o atendimento. Ele percebeu, mas continuou atendendo normalmente. Até chegou a comentar algo sobre a criança que chamava a atenção por parecer bem meiga.

Não é que de repente, em meio a uma explicação técnica e árida, uma cena tocante aconteceu: a criança, que fitava o atendente, abriu os braços para ele como que pedindo colo.

Talvez aquele atendente nunca esqueça esse pequeno episódio que se contrapõe a muitos outros não tão agradáveis.

Como deixar de atender aqueles bracinhos estendidos para ele?

Sim, o atendente acabou pegando aquela criança bonita e meiga e concluiu o atendimento com ela em seu colo diante de um público entre maravilhado e curioso, mas que, certamente, nunca vira cena tão inusitada.



O CAC E A COMUNICAÇÃO

Sidney Vaz Duarte

DRF Uberlândia/MG

Em 2000, quando, na oportunidade, eu exercia a função de chefe do CAC, aconteceu um fato pitoresco de falha de comunicação.

Um colega, inclusive com fortes características de liderança, politizado, preocupado com questões de cidadania e inclusão social, hábil com as palavras e professor universitário chamou, por meio do SAGA, o próximo contribuinte a ser atendido.

Apresentou-se um senhor muito simples, um verdadeiro matuto. Não me recordo se o problema era com seu CPF ou se era questão de inventário. Só lembro que o atendente entusiasmado e com o afã de esclarecer detalhadamente o assunto para aquele simples senhor, começou a dar uma aula sobre o assunto. Falou, gesticulou, sorriu e tergiversou amplamente sobre o assunto.

Notando que, pelo tipo de serviço solicitado na senha do SAGA, o tempo despendido no atendimento excedia em muito a média para aquela demanda, procurei me inteirar dos motivos e me aproximei.

Notei a eloquência do atendente e a atenção petrificada daquele senhor. A certa altura, uns quarenta minutos depois do início do atendimento, o senhor coçou a cabeça e disse:

– Seu dotô, eu num tenho estudo!!! O sinhô falô muito bonito, mas eu num entendi nadinha!!! Dá pro sinhô colocá tudo isso no paper, por favor?

Moral da história: “Devemos sempre falar a linguagem e o vocabulário apropriado ao nível do interlocutor”.



O CHOCOLATÃO CONTA A SUA HISTÓRIA

Celestino Tadeu

SRRF 10ª Dipol P.Alegre/RS

O edifício sede do Ministério da Fazenda em Porto Alegre-RS é conhecido vulgarmente como “Chocolatão” pela predominância de cores escuras de seus vidros externos e de painéis na cor terracota, próxima da cor de chocolate, em grande parte das suas fachadas. As obras se iniciaram com a execução das fundações que foram feitas ao longo do ano de 1974, enquanto a estrutura do prédio em concreto armado começou a ser erguida no último trimestre do mesmo ano.

Na época, o então chamado “Rio” Guaíba (atualmente Lago Guaíba) vinha até cerca de 4 metros da fachada posterior do Chocolatão e, quando tinha vento sul muito forte, a água invadia o canteiro da obra, quase entrando na nossa atual garagem. Lembro ainda das ondas fortes provocadas pelo vento chegando a bater próximo dos pilares do prédio.

Toda a região do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, dos prédios do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, da Justiça Federal e da Avenida Beira Rio foi aterrada com areia do próprio rio que foi dragada com o uso de uma máquina que aspirava água e areia do leito do Guaíba.

As fundações do prédio têm profundidades que variam de 10 a 11 metros e foram todas executadas com escavação manual, mesmo sendo o prédio muito próximo do rio.

O tipo de fundação executado no prédio chama-se “tubulão a ar comprimido”. Esse sistema consiste em um processo inicial de escavação manual a céu aberto em forma de círculo, com a colocação de anéis, ou tubos de concreto, de diâmetro entre 1,20 e 1,50 metros por 1,00 metro de comprimento, até que a água do lençol freático comece a surgir dentro do buraco escavado. Até chegar a esse ponto, em geral, eram colocados dois desses anéis, ou módulos, que iam deslizando solo abaixo por consequência de seu próprio peso, devido à ação da gravidade. A partir daí, como já estávamos cavando abaixo do nível do



rio, começava então a surgir a infiltração da água. Para poder continuar escavando nessas condições, só tinha um jeito: compensar a pressão externa da água, que estava começando a entrar no buraco já escavado, com a aplicação de uma pressão interior igual ou maior do que a pressão exercida pela água do rio. Para tanto, durante o período em que os operários trabalhavam lá embaixo, em geral, já a partir do segundo módulo, ou anel, de concreto, era instalada uma campânula hermeticamente fechada mediante a sua fixação com parafusos e material vedante na cabeça do anel ao nível do solo. Posteriormente, era procedida a elevação progressiva da pressão interna, que era obtida e mantida com a utilização de compressores a óleo estacionários que ficavam no nível do solo. Essa campânula tinha uma câmara intermediária com duas portas, para fazer a transição da pressão elevada do ambiente interior (buraco da escavação), para a pressão atmosférica normal do exterior.

Assim, a pressão interna de trabalho para os operários era igual ou maior que o dobro da pressão natural do nível do solo, para compensar a pressão da água do rio, para que os operários pudessem fazer escavação que, como já referido, foi toda executada manualmente. Em condições tão adversas, umidade, lodo, pressão interna no local escavado bastante elevada, os operários trabalhavam no máximo 4 horas por dia. E mais, aqui no Rio Grande do Sul, não havia gente “especializada” para tal trabalho. Todos os “cavoqueiros” precisaram ser trazidos do Rio de Janeiro e de outros locais onde a construtora já tinha executado tal tipo de fundação. Nós, aqui no Rio Grande do Sul, os batizamos de “candangos”, pois eram pessoas de baixa qualificação profissional e sua única atividade era a de fazer escavação para os tais tubulões. Logo que se encerraram as escavações, eles retornam às suas origens.

Após atingir a profundidade desejada, sempre com a colocação sucessiva de anéis de concreto para evitar o desmoronamento do solo durante a escavação, era feito um alargamento em forma de tronco de um cone na base da escavação. Em seguida, todo miolo dos sucessivos anéis era concretado, ficando toda a parte escavada preenchida e, assim, o tubulão completamente maciço.

Um fato pitoresco aconteceu com a primeira das duas centrais de água gelada que estava sendo içada para o 13º andar. Quando chegou lá pelo 8º ou 9º andar, o guindaste não resistiu, os cabos começaram a se desenrolar e a máquina começou a descer para o solo; o tambor onde estavam enrolados os cabos foi arrancado fora da estrutura do equipamento e a máquina, a partir daí, caiu em queda livre. Na queda, no momento em que o guindaste não resistiu mais à velocidade de desenrolamento do cabo, o tambor, em movimento de descida, quebrou um vidro no 7º andar, na fachada dos fundos, sendo que a central de água gelada afundou no solo cerca de 50 centímetros.



Curiosamente, a empresa contratada para erguer os equipamentos, apesar de possuir em seu nome a palavra “vertical”, segundo um de seus encarregados, não tinha experiência nesse serviço de içamento – só tinha kow how em transporte de cargas na horizontal!!!

Durante as diversas etapas da obra, trabalharam várias outras empresas, além da construtora responsável pela execução total da obra, que foi a ECISA – Engenharia, Comércio e Indústria S.A, do Rio de Janeiro. O efetivo chegou a atingir, no período do pico do andamento da obra, o número de 600 trabalhadores.

Em fins de 1976, a obra estava praticamente pronta.

Nos primeiros dias de 1977, foram executados os pequenos serviços que ainda restavam e foram instaladas as paredes divisórias do prédio, que passou a ser ocupado efetivamente a partir de 1978.



O JURISTA

José Amaro
DRF Campinas/SP

Em abril de 1990, a grande maioria dos consulentes que procurava o Plantão Fiscal da DRF-Campinas estava traumatizada, querendo informações apenas sobre como conseguir liberar, pelo menos em parte, os seus cruzados novos que tinham sido bloqueados, um mês antes, pelo tristemente inesquecível Plano Collor.

Foi quando se sentou a minha mesa um cidadão, trajando um vistoso terno engomado, e a informação que buscava era bem diferente das dúvidas e das lamentações daquela multidão aflita: ele queria saber qual o código de ocupação que deveria colocar na sua declaração do Imposto de Renda.

Preparado para dar uma informação curta e rápida, indaguei-lhe qual era a sua atividade. Ele, prontamente, me respondeu:

– Sou jurista.

Aliviado por ser uma dúvida bem simples e por variar do assunto predominante naqueles plantões, só lhe fiz outra pergunta, de confirmação, para ter certeza de que estava informando a ele o código de ocupação exato:

– O senhor é advogado?

Com muita perplexidade, quase incrédulo, eu o ouvi responder:

– Não, não, eu empresto dinheiro a juros...

Até hoje, ainda não encontrei no manual do IRPF o código para tal atividade!



- O AUSENTE SECRETO -
HISTÓRIA OCORRIDA EM TRABALHO DE REPRESSÃO
AO CONTRABANDO

Odilon de Mello Filho

DRF Ponta Grossa/PR

As operações de combate ao contrabando sempre foram aguardadas com grande expectativa dentro da nossa delegacia, porquanto, além do entusiasmo que o trabalho proporcionava aos funcionários, quase sempre ocorria algum fato pitoresco, e, às vezes, hilariante, que servia de comentário por vários dias.

Um desses fatos guardo até hoje em minha memória, pois a pessoa diretamente envolvida é minha amiga. Pessoa serena, calma e tranquila; nunca eu a vi agitada, ao longo de mais de trinta de anos de convivência.

Estávamos em pleno desenvolvimento de uma operação de combate ao contrabando em um posto da Polícia Rodoviária Federal no pé da Serra da Esperança, perto da cidade de Guarapuava, no Estado do Paraná, e, como ocorre em tal circunstância, o alvoroço é grande, motivado por diversos fatores que caracterizam esse trabalho. O movimento de automóveis, caminhões, ônibus, pessoas, como não deveria deixar de ser, agita o cenário.

Assim, como trabalhávamos em equipe, mais precisamente em duplas, revezávamos na vistoria dos veículos. Os mais visados eram os ônibus, principalmente de turismo, devido às excursões promovidas para a compra de mercadorias na cidade Del Leste, no vizinho país do Paraguai.

O fato em si, não cheguei a presenciar; aliás, nenhum integrante daquela operação presenciou, pois o acontecido veio à tona somente porque o próprio colega protagonista da ação nos relatou.

Segundo ele, estava vistoriando o bagageiro de um ônibus, o qual não continha muita mercadoria. A quantidade maior de bolsas, caixas e malas estava no fundo do compartimento. Sendo assim, o nosso colega se viu obrigado a agachar-se e deslocar-se até o fundo do veículo para melhor vistoriar um determinado volume. Ocupado com a tarefa e intrigado com os vários produtos dentro da caixa, começou uma análise mais minuciosa dos invólucros.

Nesse ínterim, o seu companheiro, não demonstrando muito interesse em



vistoriar o veículo e ignorando a presença do colega no interior do bagageiro, mandou o condutor do veículo fechar o compartimento e seguir viagem. Obedecendo a determinação expressa do funcionário, o motorista imediatamente cerrou as portas e seguiu o seu destino.

Estupefato e pegado de surpresa, o nosso colega se viu de repente à mercê da sorte, pois, além da escuridão, das bolsas, do barulho do radar e do motor do ônibus, a situação não era nada agradável. O que fazer?

Tentando manter a calma, ele se ajeitou entre as malas e, de costas, começou a bater os pés no teto do bagageiro, torcendo para que alguém dentro do ônibus ouvisse.

Passados vários minutos, cansado e já sem esperança, o nosso amigo aos poucos foi se conformando, pois com todo aquele barulho, quem iria escutar as batidas do seu pé? E, afinal, para onde estaria indo aquele ônibus? Que situação!

Enquanto isso, no Posto da Polícia Rodoviária, os trabalhos continuavam a todo vapor; afinal, o movimento era grande e, como a equipe era composta por várias pessoas, ninguém notou a ausência do colega.

Sem precisar quanto tempo passou naquele desespero, o nosso protagonista, em um último esforço, passou a bater mais forte no teto do bagageiro, até que, finalmente, o veículo parou e, em meio à surpresa geral, os passageiros avistaram o nosso inditoso (azarado) colega.

O condutor do coletivo, chocado com o fato, relatou que em nenhum momento ouviu as batidas, porém, um dos passageiros percebeu que havia algo estranho acontecendo embaixo do assoalho do veículo. Avisado, o motorista imediatamente parou o ônibus.

Providenciado o retorno por meio de outro ônibus que vinha em sentido contrário, o nosso colega aportou novamente no local do trabalho, sem que ninguém percebesse.

Somente quando do término dos trabalhos e do retorno para a nossa cidade é que ele narrou o acontecido.

O drama vivido na ocasião pelo nosso amigo só ele pode avaliar, porém essa história acontecida nos idos dos anos de 1990 ficará para sempre marcada, pois, se não fosse por ele próprio, ninguém saberia do fato.



O DIA EM QUE A RECEITA PAROU...

Elisabeth Nunes
DRF Lagoa Vermelha/RS

Não me lembro bem o dia
Só sei que ainda era magia
Trabalhando na Receita...
Era tudo o que eu queria!

Era um dia ensolarado
No começo da manhã
Bem dispostos e faceiros
Orgulhosos! E como não?

Eu e meu marido
Recém-chegados na Receita
Depois de muito estudar
A alegria estava feita!

Nesse clima de alegria
Comentávamos o belo dia
Junto com os nossos colegas
E o que a rádio dizia.

Pois os sem-terra estavam à solta
Bem provável por ali
Seria o Banco do Brasil
Que iriam invadir.



Era o que mais se ouvia,
Pois esticar a dívida queriam
Pressionando os “mandachuva”
Do jeito que eles sabiam.

E então um vozerio
Logo de longe se ouviu
Nós e a pequena cidade
Percebemos a realidade
Do que estava por vir.

E apreensivos ficamos
Naqueles minutos eternos
Pois na rua passariam
Mas ainda se acreditava
Que para o banco eles iriam...

“Fecha a porta!”
“Não fecha! Estão chegando.”
“Agora deixa.”
“Quebrá-la mesmo eles vão
Se quiserem a Receita.”

E não tardou o acontecimento
De que nos vimos surpreendidos
Os sem-terra sem delonga
Da Receita tomaram conta.

“Desliguem tudo e fiquem quietinhos
Isso tudo aqui é nosso
Por um dia ou uma semana ficaremos
Até conseguirmos nosso propósito.”



E assim ficamos ali
Com medo, mudos, sentados
Pois com crianças no regaço
Pedacos de pau e debochados
Eles eram os reis do pedaço.

A polícia lá fora ficou
Só de olho esperando
Enquanto isso nosso café
Cadeiras, banheiro e sabão
Passavam de mão em mão.

E então estupefatos vimos
O inusitado acontecer
Um colega lutar por uma cadeira
Com um sem-terra sem noção
Não bastava o espaço
Queriam nos deixar no chão!

Nosso medo aumentou
Não sabíamos o que fazer
Ninguém chegava pra nos salvar
Daquela turba agitada
Que a cada minuto,
Mais à vontade ficava.

E assim ficamos horas
Os contribuintes nem se atreveram
A chegar para uma consulta
Só um contador tentou
Mas logo desistiu da luta.



Só sei que no fim das contas
Já perto do fim do dia
Os sem-terra e o governo
Acordados pareciam
Pois a turma foi se evadindo
E a agência ficou vazia.

Fora o susto nos semblantes
A garrafa, o sabonete e o café
Tudo no local ficou de pé
Mas nem de longe queríamos saber
De sem-terra e o que ele quer.

Só pensávamos que tudo saiu bem
Dos males o menor
Queríamos mesmo ir pra casa
Contar que, apesar desse capítulo
Nossa história prosseguia
Na Receita Federal
Com a aquela mesma magia.

Pois as famílias se fazem
Não só pelo sangue ou moradia
Mas também pelas lutas e histórias
Que juntos os seus atores vivem a cada dia.



O APRENDIZ DE CONTADOR E UM INSÓLITO DOCUMENTO

Marchezan Albuquerque

DRF Floriano/PI

Segunda-feira ensolarada. Manhã tranquila de agosto na Agência de São Raimundo Nonato, sul do Piauí. Oito horas e cinco minutos. O SAGA apita, inaugurando mais uma saga diária de atendimento. Senha CPF 1.

Uma senhora de meia idade, acompanhada de um senhor grisalho, dirige-se ao balcão contíguo ao meu. A colega atendente recebe-a com um caloroso bom dia. Pela conversa, entendo que a mulher é herdeira de uns pedaços de terra, em algum lugar que, a princípio, não consegui captar bem. O homem era seu irmão. Necessitavam inscrever o nome de seu falecido pai no Cadastro de Pessoas Físicas, para poderem dar início ao processo de inventário das propriedades.

De posse da papelada, a colega começa a preencher a FCPF – Ficha Cadastral de Pessoa Física –, quando se dá conta de que nenhum dos documentos apresentados trazia a informação da data de nascimento do falecido. A herdeira, lépida e desesperadamente, vira, revira os papéis e nada de encontrar a informação.

– Pelo que me lembro, papai nasceu em abril de 1912.

– Minha senhora – interpela a paciente colega, – nós vamos precisar de um documento que ateste essa informação. Sem isso, nada feito.

– Não pode colocar sem a data?

– Hum... hum... não!

– Não sei, não sei... Como é que eu vou fazer? Talvez...

Pensou a herdeira por alguns segundos, olhou para um lado e outro, consultou o irmão. Seu olhar não conseguia ocultar uma certa frustração. Finalmente, teve a ideia genial:

– Já sei, tá resolvido... Eu tenho um documento em casa que, sem dúvida nenhuma, vai provar a idade dele. Por fim, rematou, resignada:

– O problema é que sou de Campo Alegre e é distante.

– Se não houver problema, a senhora pode vir outro dia.

– É... é o jeito, nesta semana venho aqui de novo.

– Estamos aguardando - completou gentilmente a colega.

Sem perder muito tempo, a mulher juntou os papéis e saiu com o passo firme e a



determinação de quem encontrara finalmente a solução para o seu problema.

Passados alguns dias, lá estava ela, novamente. Papelada em baixo do braço, semblante decidido, confiante de que agora, sim, resolveria tudo. Apito do SAGA. Ela vem ao meu balcão.

– Não fui eu quem chamei. Dirija-se, por favor, ao balcão da colega ao lado – digo, de pronto, sem imaginar quanto transtorno estava evitando com essa simples frase.

O SAGA apita de novo. Agora sou eu. Os chamados do SAGA escondem, às vezes, mistérios profundos, surpresas inimagináveis, experiências singulares. Lá vamos nós.

– Eu vim trazer uns DBEs – informa um rapaz de seus não mais que 20 anos, que, enquanto analiso os documentos, diz que trabalha para um contador e está também pretendendo começar um curso técnico de contabilidade.

Paralelamente, no guichê ao meu lado direito, a senhora, sacando toda a documentação que trazia, dirige-se à colega.

– Pronto; agora tá tudo certinho. Já pode fazer o cadastro tranquilamente.

– E o documento com a data de nascimento?

Ela vira-se para o irmão, que mais uma vez a acompanhava:

– Cadê, Zezinho, o documento lá?

O homem, sem delongas, entrega-lhe o que de longe me pareceu uma fotografia. E era...

– Pronto, tá aqui a prova da idade de papai... A foto do túmulo dele, veja direitinho que tem a data de nascimento... Demerval Nunes Carneiro, nascido em 28 de junho de 1910 e falecido em 14 de janeiro de 1985.

– Isso nós não podemos aceitar – exclamou a colega, pega de surpresa com o insólito documento.

– Ah, não? – irritou-se a contribuinte, já elevando a voz. Assim não dá, tem que aceitar. Só tem esse documento aí, e preciso terminar isso pra começar o inventário das terras.

– Infelizmente, senhora, não podemos.

– Isso é uma injustiça! Não pode fazer uma coisa dessas... A gente vem de longe...

Percebendo que o clima já estava um tanto tenso, pedi licença ao rapaz que eu atendia, para tentar ajudar a solucionar o caso. Eis que, repentinamente, o aprendiz de contador também se levanta e se dirige à exasperada e cada vez mais aflita senhora:

– Posso ver a documentação?

E, tentando impostar a voz e passar credibilidade:

– Sou contador e posso orientá-la.

– Pois não, responde ela, solícita e confiante na ajuda daquele "profissional".

– É – retorna o nosso aprendiz, depois de alguns segundos de análise.

– É de fato um documento fidedigno...

– É... Pode até ser, mas aqui nós não aceitamos esse tipo de documento – pondera a atendente, com singular paciência.



O "contador", percebendo a gafe que cometera, tenta preservar seu prestígio:

– Claro que não podem aceitar, claro que não... Essa cópia é muito antiga... E além de tudo não está autenticada pelo cartório.

– Não – interpelei eu. Não é isso. Posso explicar... para abrir o inventário do de cujus...

– Não – interrompe-me subitamente a mulher. O nome dele não é Decujo, é Demerval... Demerval Nunes Carneiro.

– Não, a senhora não entendeu...

Por cima das minhas palavras e ante a revolta da mulher, o jovem aprendiz retoma a palavra, com a empáfia de quem estudou a fundo o assunto.

– A meu ver, não tem problema esse documento não estar autenticado. Algum servidor da Receita pode ir conferir o original, no cemitério, e autenticar a cópia – disse olhando fixamente para mim.

– Não, eu não! Tô fora! – respondo rápido, diante da estranha proposta.

Diante do turbilhão de informações, a herdeira assevera:

– É muita burocracia, muito papel. A única coisa que eu quero é assumir logo essas terras...

– Não se preocupe, isso é batata! Tome o cartãozinho do meu escritório. Me ligue à tarde – retruca o aprendiz de contador e, tornando a sentar junto ao guichê, dirige-se a mim:

– E aí, vai ou não vai conferir o original?

– Do túmulo?!!!

– Não, homem! Dos DBEs que lhe entreguei. Tem que conferir os Contratos Sociais. Estou apressado.

– Ah sim, vou terminar de ver agora – respondi, retornando a minha estação de trabalho.

Rapidamente, a colega tratou de desfazer toda a confusão armada pelo excêntrico aprendiz de contador, diante da herdeira que, aos poucos, se acalmou, recolheu os papéis e a fotografia e prometeu que, em breve, voltaria à agência com algum documento mais "oficial".

Enquanto ela se retirava, o moço, já sentado à minha frente, ainda encontrou tempo de filosofar:

– É como eu costumo dizer: o homem não pode morrer sem ter um filho, escrever um livro, plantar uma árvore... e tirar seu cartão de CPF.



PRIMEIRO FERIADO

Luiz Fernando Antunes
DRF Santos/SP

Para muitos, o que vou relatar aqui pode parecer estranho e inverossímil. Confesso que, para mim, passados já tantos anos, ainda parece. Mas aconteceu. E, até hoje, recordo-me com alegria e com uma pontinha de inocente nostalgia.

Foi assim. Fiz o concurso para o então cargo de Técnico do Tesouro Nacional (TTN) em meados de 1992. Após o curso de formação, tomei posse, por opção, na Delegacia da Receita Federal em Santos-SP, naquela época, conjunta com a Alfândega do Porto de Santos.

Fiquei hospedado em um apartamento de temporada, emprestado de um parente de minha esposa, na Ponta da Praia e todos os dias me dirigia à Alfândega para trabalhar.

Sendo carioca e morando há quatro anos em Campinas, tudo para mim era novidade: a cidade, o trabalho, os costumes, a vida pública. Vinha de uma experiência como empresário (lojista) no Rio de Janeiro e, depois de formado, atuei em agências de publicidade em São Paulo e do ramo de turismo em Campinas.

Em suma, não havia trabalhado no serviço público até então e, tampouco, minha recente esposa, que também era formada em Propaganda & Marketing.

Entrando na Alfândega de Santos, fui lotado na então DIVFIS, segmento Tributos Internos. Éramos 32 fiscais na divisão, cinco TTNs e três meninas do SERPRO. Rapidamente, me interei no trabalho e na seção e fiz amizades, algumas que ainda hoje perduram.

Pois bem, chegou o mês de outubro e eu estava bem adiantado na cidade, procurando moradia fixa e com minha esposa já trabalhando em uma agência de publicidade local.

Dia 27, uma terça-feira, despedi-me de todos ao fim do dia com o tradicional: “Até amanhã”. Uma das meninas do SERPRO, gaúcha muito gozadora, respondeu com um “Bom feriado!”. Ri da piada dela e fui para casa, como sempre fazia.

No dia seguinte, 28 de outubro, uma bela e ensolarada quarta-feira, acordei cedo, vesti-me apropriadamente, tomei meu café da manhã, levei minha esposa à agência, como de costume, e dirigi-me à Alfândega. Quando lá cheguei, a primeira coisa que me chamou a atenção foi o excesso de vagas livres no estacionamento em frente ao prédio.

Na hora que chegava, raramente tinha dificuldades em estacionar, mas aquele dia estava diferente: havia vagas demais! Àquela hora, havia somente dois ou três automóveis



estacionados.

“Curioso” – pensei. “Será que cheguei cedo demais?”

Consultei o relógio e vi que a hora era justa. Estacionei o carro e me dirigi à ampla escadaria da entrada, geralmente já apinhada de despachantes aduaneiros e seus ajudantes passando e recebendo instruções pelo rádio. Nada. Vazia.

“Muito esquisito” – ponderei. Realmente incomum...”

Vi a grande porta principal e estava... fechada!

“Gente, o que aconteceu?”

Bati no vidro entre as grades e o guarda de segurança apareceu. Eu já o conhecia.

– Bom dia! – disse, radiante.

– Bom dia! – ele me respondeu sem o mesmo entusiasmo, pelo vidro entreaberto.

– Sim?

– Ué, vim trabalhar... Por que tudo está fechado?

Ele me olhou de alto até embaixo e achei que estava ainda mais admirado do que eu. Talvez tenha lhe passado também um lampejo de indecisão, mas acabou por abrir a porta.

Puxei meu crachá, pendurei no pescoço e entrei triunfante. Tudo escuro. Ninguém no amplo salão. Uma fraca luz vinda do fundo evidenciava alguma atividade.

– Você que ir ao banco? – ele perguntou.

Achei estranha aquela observação, mas tomei como uma interpelação amigável da parte dele.

– Não, não agora – respondi também amistosamente. Talvez na hora do almoço.

Agora vou para minha seção.

– Mas não tem ninguém lá – disse ele, ainda mais confuso.

– Como assim? Ainda não chegou ninguém? – retruquei.

– Não. E acho que nem vem ninguém – ele disse, fechando a porta. Não hoje.

– E por que não? Por acaso hoje não é quarta-feira? – perguntei, já conjeturando se não havia dormido demais e acordado no sábado.

– Sim, hoje é quarta-feira, mas é feriado... – disse ele relutante.

– Ah, ah, sei... Você também! E me lembrei daquela colega do SERPRO me desejando “bom feriado” ontem. Mas mesmo assim, fiz uma breve passagem mental pelos dias cívicos: Sete de Setembro já foi; Quinze de Novembro ainda vem. Não, não há nada neste meio. Nem o feriado da cidade, que eu já sei que é em janeiro...

– O senhor vai subir assim mesmo? – disse o guarda, atropelando meus pensamentos.

– Então, vou acompanhá-lo, pois não há ascensorista hoje e as luzes estão desligadas.

– Sim, claro. Vim trabalhar – firmei confiante.

– Ok! Aguarde só um instante.

Ele então saiu e me deixou ali sozinho, a fim de chamar outro segurança para ficar na porta, não sem antes ainda dar uma olhadinha para trás para ver se eu era mesmo real...



Logo ele voltou com outro guarda que me cumprimentou discretamente com um aceno de cabeça. Fez um gesto resignado de “vamos” e se dirigiu às escadarias.

Eram três lances generosos de escada naquele prédio histórico da Alfândega. Nossos passos ecoavam nos degraus de mármore centenários, coloridos pelos reflexos dos magníficos vitrais das paredes, iluminados pelo sol da manhã.

Não falávamos nada e tudo para mim era estranho e mágico. Nunca havia visto aqueles caminhos tão vazios e tão soturnos.

Após aquele calvário, chegamos enfim ao terceiro andar, totalmente às escuras. Ele foi ao quadro de luz, acendeu toda aquela ala e, finalmente, disse:

– Aí está.

Cheguei até o balcão retrátil, totalmente vazio, e segurei-o para levantá-lo, até se descortinar minha conhecida seção, totalmente deserta.

Um lampejo de razão me fez voltar e olhar estupefato pela primeira vez o meu guardião...

– Mas... O que acontece?

– Eu te falei. É feriado hoje – ele respondeu calmamente. Ninguém vem trabalhar.

Ainda segurando o balcão, olhei novamente as mesas vazias, as máquinas desligadas, uma estranha sensação de contemplar a distância toda a agitação diária, agora inexistente.

É um sonho, pensei. Acho que ainda não acordei...

– Então... O senhor vai querer mesmo trabalhar hoje? Ele finalmente me tirou do torpor.

– Feriado... Feriado de quê? – balbuciei.

– Ora, feriado de vocês. Dia do 'trabalhador' público, eu acho.

– Feriado na Alfândega? – tentei.

– Penso que sim. Feriado na Alfândega, da Prefeitura, desse povo todo...

É verdade que ainda não conseguia entender nada, mas não podia ir contra as evidências que estavam na minha frente. Ninguém estava ali. Cheguei a pensar que, bem, pelo menos eu tenho uma testemunha que eu quis trabalhar hoje. Eu vim, os outros que não vieram!

– Vamos embora – falei para o guarda. Eu não vou ficar.

Ele fez uma contida expressão de alívio. Tratou de ir rapidamente ao quadro de luz e desligar tudo. Descemos até o saguão em silêncio e, já na porta, me despedi dele, agradecendo.

– Bom, então, até amanhã – falei, tentando ser o mais natural possível.

Ele finalmente sorriu, enquanto abria a porta de saída para mim, e disse:

– Amanhã não, que é minha folga. É o meu feriado!” – e riu largamente.

Saí confuso, peguei o carro e me dirigi para casa.

Troquei de roupa e fui andar na praia. Caminhando, cheguei até a barraca de areia da UNAFISCO em tempo ainda de aproveitar – aprender e comemorar definitivamente –

o Dia do Servidor Público!

Quando cheguei mais tarde em casa, ainda tive que explicar e convencer minha esposa desse novo feriado que surgiu inesperadamente em minha vida profissional.

E até hoje, em todo 28 de outubro, recordo-me com saudade daquele primeiro ano na Receita Federal.

Hoje estamos em outro prédio, outros tempos, mas aquele mesmo guarda de segurança ainda está conosco. Ainda bem que ele não se lembra dessa vergonha que passei... Ou lembra?!!!



SHOW DE ATENDIMENTO

*Valmir Paulino Benício**DRF Poços de Caldas/MG*

Certa vez, no CAC de São Bernardo do Campo, o atendente Jorge Evandro de Oliveira se deparou com a seguinte situação – um contribuinte irritado com uma cobrança parecia estar disposto a criar tensão no atendimento a qualquer custo.

Não lembramos exatamente o problema apresentado pelo contribuinte, mas é certo que ele não se conformava com a cobrança, estava notadamente aborrecido e deixava claro que queria impor seu inconformismo, recorrendo, inclusive, à intimidação, tentativa de humilhação e depreciação a todas as questões envolvidas e presentes ali – atendimento, governo, sistema tributário, serviço público, funcionário público.

O atendente novato não tinha ainda muita experiência no atendimento, e fez com que todos os colegas ficassem aflitos com os desdobramentos daquela situação que tinha tudo para se tornar uma tensa discussão com final bem desagradável.

Inexplicavelmente, não foi o que se viu.

De um lado, em diversos momentos, um contribuinte procurando causar instabilidade no atendente, com nervosismo, com voz alta, com comentários depreciativos e com bravatas. Do outro, um atendente que, incrivelmente, mantinha a mesma postura. Não sabíamos se ele estava sendo envolvido pela intimidação, se a postura contida era uma forma de defesa ou se ele realmente estava sabendo exatamente o que estava ocorrendo e tinha tudo sob controle. Mas o fato é que todos ao redor já estavam irritados e indignados com as considerações do contribuinte. Parecia que a qualquer momento a coisa ia estourar.

Incrivelmente, o atendente em nenhum momento se deixou envolver pelas provocações e repetia sempre no mesmo tom: “Sim, senhor, eu entendo; mas, infelizmente, é o que diz a legislação e é o que senhor terá que fazer.”

Essa situação se repetiu por várias vezes – as provocações do contribuinte e o rebate sereno do atendente: “Sim, senhor, eu entendo, mas...”

O debate se prolongou por vários minutos e a tensão geral crescia.

Mas como se disse, inexplicavelmente, a postura de Jorge não mudava: “É verdade, senhor, eu lamento; mas temos que cumprir a legislação”.



Bem, enfim, ao final, o próprio contribuinte se rendeu – ou desistiu da provocação ou se acalmou – e reconheceu o mérito do atendente se desculpando.

Quando o contribuinte se retirou, todos se levantaram e foram cumprimentar Jorge.

Eu mesmo não me contive e, assim que me liberei do meu atendimento, fui até ele: “MEUS PARABÉNS, cara, sou seu fã! Você deu um show de atendimento!”.

E Jorge nem parecia deslumbrado. Como se não tivesse feito nada demais. “PARABÉNS MAIS UMA VEZ, JORGE! Abraços ao pessoal de Tramandaí que ganhou um superfuncionário!”.



TOCANDO EM FRENTE

Karla de Queirós

SRRF 6ª Demac B.Horizonte/MG

Tendo tomado conhecimento do concurso “Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil”, pensei em vários acontecimentos desde que entrei nesta casa: alguns engraçados, outros tristes, alguns por mim presenciados, outros relatados por colegas. Pensei em escrever sobre todos eles, mas não teria tempo para isso.

Pensei, então, em uma história que é mais de vida do que de trabalho. Hesitei, mas concluí que o trabalho faz parte de nossa vida, bem como nossas experiências de vida têm uma influência muito grande em nosso trabalho. Hesitei, ainda, pois a história escolhida poderia não ser considerada uma “História de Trabalho da RFB”, já que a Receita aparece no relato, quando já estou quase na metade dele... Novamente, concluí que, como sempre, ouço os administradores da casa repetirem que são os servidores que fazem a instituição, então são as histórias dos servidores que fazem a história da instituição.

A história que começo a escrever no próximo parágrafo é um relato verídico. Resolvi escrevê-la, pois já a contei para várias pessoas e, sempre que a conto, sinto que toco quem me ouviu, bem como quem me ouviu me toca. Essa troca de emoções e de experiências de vida nos ensina muita coisa, nos une, nos eleva espiritualmente. Espero trocar emoções e experiências de vida com quem agora me lê.

Tenho cinquenta e dois anos incompletos, nasci em Formiga, Minas Gerais, mas posso me considerar de Belo Horizonte, pois para cá me mudei aos quatro anos de idade.

Faço parte de uma geração que, para receber uma boa educação, tinha que estudar em escola pública. Sim, aos mais jovens que me leem, as melhores escolas de minha época de estudante do Ensino Fundamental eram as públicas.

Fiz o curso primário no Instituto de Educação e o ginásio, até o terceiro ano (hoje, sétima série), no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais. O equivalente à oitava série e o segundo grau, eu os fiz em uma excelente escola particular em Londres, para onde me mudei logo após completar quatorze anos de idade, pois meu pai fora designado para trabalhar na agência britânica do Banco do Brasil.

Na capital inglesa, por sermos estrangeiras, minhas duas irmãs e eu não conseguimos vaga nas boas escolas públicas, as que preparam os estudantes para a universidade. Chegamos a estudar em escola pública, mas em uma daquelas que não



prepara o aluno para ingresso em cursos superiores e sim para a vida prática. O seu nível era bem inferior ao que tínhamos nas escolas aqui do Brasil, que nada custavam aos meus pais. O receio de que, quando de nossa volta ao nosso país, não conseguíssemos passar no vestibular fez com que eles, dedicados e conscienciosos, decidissem investir em nossa boa educação, pagando caro por ela. A escola nos oferecia, além das matérias previstas em currículos regulares, aulas de diversos instrumentos musicais e de inúmeras línguas estrangeiras. Como já estudava piano, tradição em minha terra natal, em minha família e era uma grande paixão, continuei o seu aprendizado. O inglês havia se tornado o meu português, a língua de todos os dias e, como já estava acostumada a estudar duas línguas estrangeiras no Brasil, continuei, no colégio londrino, com o francês e escolhi um novo idioma, o alemão.

Morando quatro anos e pouco na Europa, tivemos oportunidades maravilhosas: assistíamos ao que havia de melhor em matéria de teatro, música, dança, artes em geral, bem como viajavamos com frequência a passeio e para cursos de férias, pois as distâncias no velho mundo são pequenas, quando comparadas às de nosso país, e as facilidades para estudantes, desde aquela época, já eram várias.

Na volta ao Brasil, em um mês de fevereiro, fiz três meses de cursinho e prestei o vestibular, do meio do ano, para o curso de Engenharia Civil, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Paralelamente a esse curso, fui professora de inglês, particular e em algumas instituições, e continuei a estudar o francês e o alemão. O piano, passei a tocá-lo só nas horas vagas, o que faço até hoje, com grande satisfação e até mesmo como uma terapia.

Namorados, tive um italiano e dois brasileiros, quando morei na Inglaterra. De volta ao Brasil, saí com alguns rapazes, tendo tido como namorado firme e, depois, noivo, aquele que veio a ser o meu marido, o grande amor de minha vida.

Meu amor não quis esperar minha formatura e, durante meu curso, nos casamos, tivemos nossa primeira filha, fiz estágio em uma construtora e, depois, concurso para o Banco do Brasil. Queria ajudá-lo financeiramente, mas queria ter tempo para criar meus filhos com muita dedicação. O Banco me proporcionava ambas as coisas, devido à jornada de apenas seis horas diárias. Meu filho chegou três anos e meio depois da primogênita.

Nos meus cinco primeiros anos como bancária, trabalhei em três setores do Centro de Computação e no Departamento de Engenharia, época em que pude exercer minha profissão nessa empresa de economia mista, uma grande escola, que é o Banco do Brasil. Nos sete anos seguintes, trabalhei com câmbio e comércio exterior, época em que pude oferecer ao Banco os conhecimentos em língua estrangeira que ele, indiretamente, por meio de meu pai, me proporcionara no exterior.

Foi com cinco anos de Banco também que, tendo as empresas de engenharia de meu sogro sofrido com problemas familiares, com sua separação de minha sogra, e não mais oferecido oportunidade de emprego ao meu marido, que nelas trabalhara desde os seus quatorze anos de idade, até se tornar um excepcional engenheiro civil, muito



inteligente, criativo e dedicado a estudar e aprender sempre, resolvi incentivá-lo a montar seu próprio negócio.

Como eu não ocupava cargo comissionado no Banco do Brasil, justamente para poder trabalhar apenas seis horas à tarde, enquanto meus filhos iam para a escola, e, pela manhã, acompanhá-los em suas atividades extras (natação, futebol, balé, música, inglês), logo me dispus a compor a sociedade da empresa que meu amor decidira fundar, para oferecer serviços de consultoria, cálculo e projetos na área de energia solar, assunto que já vinha estudando havia muito tempo, verdadeiro cientista que ele era. Eu, por acumular muitas funções (mãe, esposa, bancária e dona de casa), só me dedicava à nova empresa algumas horas à noite e parte do fim de semana. Ajudei a montá-la e, apenas em nível teórico, estudei e aprendi muito sobre energias renováveis, em especial, energia solar e conservação de energia.

Eu estava completando onze anos de Banco, quando meu marido resolveu abrir uma pequena fábrica de equipamento solar, que pudesse atender aos projetos de nossa empresa de consultoria, já que ele era muito exigente e achava que a qualidade dos sistemas oferecidos pelas fábricas que estavam no mercado àquela época deixava a desejar.

Um ano depois, com ambas as empresas indo bem, gerando empregos diretos e indiretos, remunerando bem nossos colaboradores, apoiando projetos sociais e atuando em um mercado que se preocupava com questões ambientais e desenvolvimento sustentável, além de nos proporcionarem condições de oferecer aos nossos filhos uma boa educação e um bom padrão de vida, meu marido sugeriu que eu me inscrevesse no plano de demissão voluntária que o Banco do Brasil acabara de lançar.

Com a indenização que recebi, investimos em maquinário novo para a fábrica, em informática para as duas firmas e compramos dois lotes, onde construiríamos nossa casa “ecologicamente idealizada”.

Os oito anos seguintes à minha saída do Banco do Brasil foram não só de muito trabalho – pois ter empresa em um país em que a economia surpreende a todos, todos os dias, não é fácil –, mas também de muita qualidade de vida, pois, sendo os donos do nosso negócio, podíamos fazer o nosso horário, programar férias com os filhos e fazer viagens nacionais e internacionais, que uniam a participação em congressos, seminários e lazer. Enfim, começávamos a colher bons frutos do que semeamos com amor e responsabilidade, buscando constantemente ser éticos em nossas ações pessoais e profissionais.

Com a morte de seu pai, meu marido tomou conhecimento de fatos que muito o decepcionaram e muito o magoaram. Começou a buscar, insistentemente, as razões que seu pai teria tido para agir como agiu.

O meu amor, homem alegre, sempre de pé às seis da manhã, empolgado com o trabalho à frente do computador, calculando e projetando inovações à frente da fábrica e nas obras dos inúmeros clientes, pai e marido carinhoso e presente, amigo que divertia os amigos de qualquer roda, entristeceu-se, adoeceu e partiu, um ano depois de



diagnosticado um câncer, que tinha como fator de risco o uso de medicamentos em grande quantidade, na infância e na adolescência, para combater a asma, que ele só venceu mesmo, nadando muito e vindo a ser campeão de natação do Minas Tênis Clube, mas que, muitos médicos já afirmam, pode ter sido desencadeado por sofrimento emocional.

Como nossas empresas eram pequenas e dependiam de nossa atuação direta, principalmente da de meu marido, começaram a diminuir o seu ritmo, por ele estar muito doente e por eu ter passado a dedicar todo o meu tempo para cuidar dele, buscando sua recuperação e o retorno à nossa rotina, sempre tão feliz.

Longe dele e dos filhos, eu chorava e me permitia sentir que estava perdendo o chão, que tudo dentro de mim estava desabando... Mas ter Deus sempre presente – e Deus, para mim, é amor, é doação, é tolerância, é solidariedade, é alegria, é esperança, é confiança, é desprendimento, enfim, é tudo o que leva ao nosso bem e ao bem de todos ao nosso redor –, ajudou-me a enfrentar a caminhada carregando essa cruz tão pesada.

Lutamos bravamente e vivemos um período de muito crescimento espiritual, mas ele acabou nos deixando antes de completar cinquenta anos. Sua hora chegara. Quem somos nós para contestar os desígnios superiores?

Minha filha estava no meio de um curso de Direito e meu filho estava se preparando para o vestibular de Engenharia Química. Sofreram muito também, mas, juntos, como três cordas de um violino que perdeu a quarta, conseguimos fazer de nossas vidas uma melodia executada com harmonia. Afinal, se o violino de Paganini continuou emitindo sons maravilhosos com apenas uma corda, é claro que, com três, continuaríamos TOCANDO EM FRENTE.

Sem condições emocionais e técnicas para continuar com as empresas, mas ciente de que tinha que acabar de educar meus filhos, e queria muito isso, resolvi estudar para concurso público. Sempre admirei o trabalho dos Auditores Fiscais da Receita Federal e decidi que era para ocupar esse cargo que eu estudaria.

Meu amor nos deixou em um mês de outubro. Em janeiro, matriculei-me em um cursinho, mas aquele foi um ano difícil: estava muito abalada, ainda chorava com frequência, estava cuidando do inventário, do fechamento de uma empresa e da suspensão das atividades da outra. Tive também que vender o que restara do pequeno patrimônio que construímos até então e de que começamos a lançar mão no início da doença de meu marido para nos gerar renda que, mais tarde, teve que ser complementada com a ajuda da família, por ser insuficiente para a manutenção dos estudos dos dois filhos. Mesmo tendo-nos reestruturado, cortando despesas e aprendido a viver com bem menos do que de costume, aceitamos com alegria a ajuda que nos foi oferecida.

Havia uma previsão de concurso para o final daquele ano, mas ele não aconteceu.

O ano seguinte foi mais leve, com a maior parte dos problemas resolvida. Pude então me dedicar ao estudo das onze matérias, seguindo o edital do último concurso oferecido. Em outubro desse ano, em plena vigência da medida provisória que unificava a Receita Federal com a Receita Previdenciária, saiu o edital do concurso, que ocorreria em



dezembro, cinquenta dias depois.

Pensando na unificação das Receitas, a Receita também pensou em um auditor fiscal “unificado”, ou seja, o concurso buscava auditores fiscais que pudessem atuar nas áreas de auditoria e fiscalização de tributos internos, na área aduaneira e na área previdenciária.

Foi assim que, já razoavelmente bem preparada em onze matérias, assisti ao corte de duas e acréscimo de cinco, todas, novidade para mim. Esperava que, com a publicação do edital, pudesse iniciar a revisão das matérias mais difíceis e pudesse tentar superar as dificuldades que tinha em algumas áreas, por não guardarem nenhuma relação com minha área de formação. Tive, no entanto, que abrir mão dessa revisão, para assimilar o conhecimento das cinco novas matérias.

Fazer concurso já chegando perto dos cinquenta anos de idade tem suas vantagens e desvantagens. Dentre as desvantagens, o longo tempo sem o hábito de estudar com tanta intensidade. Dentre as vantagens, a maturidade, a serenidade, coisas que são conquistadas justamente ao longo da vida, com as dificuldades e com o sofrimento que, assim como as vitórias e as alegrias, fazem parte da caminhada de todos nós.

Foi assim que, em meados de dezembro, prestei concurso para Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil. A Medida Provisória não foi convertida em lei, mas o edital foi mantido e fizemos prova para as quatorze matérias previstas.

Meu filho me ajudou a conferir o gabarito. Eu não fui eliminada em nenhuma matéria e, à medida que ia conversando com outros candidatos, a maioria eliminada em alguma matéria, especialmente em Matemática Financeira e Estatística, ia me tornando mais e mais confiante em relação à conquista de uma vaga.

Infelizmente, a ESAF cometeu erros que, com um pouco de cuidado na revisão das questões elaboradas, teriam sido completamente evitados. E justamente nas provas de Matemática Financeira e Estatística, as que mais eliminam candidatos, a Escola de Administração Fazendária anulou duas questões, de um total de quinze.

Com isso, no resultado que foi publicado no Diário Oficial da União, em meados de janeiro, fiquei classificada na posição cinquenta e quatro, a última em Minas Gerais. Mas o que importava é que eu havia passado e isso foi muito comemorado. Meus filhos estavam muito orgulhosos de mim e meus pais pareciam estar comemorando a vitória de uma filha adolescente no vestibular. Afinal, depois que perdi meu marido, eles, de certa forma, me “adotaram” de volta.

Uma semana depois, a ESAF resolveu anular mais uma questão na prova de Matemática Financeira e Estatística e, acreditem, meu nome saiu da lista de aprovados.

Fiquei angustiada e a família e os amigos decepcionados. Já acostumada, porém, a lutar, sempre com o apoio de muita gente, procurei um advogado especialista em Direito Administrativo e ele conseguiu uma antecipação de tutela, para que eu fosse matriculada no curso de formação, a segunda etapa do concurso.

Antes que a ordem judicial fosse cumprida pela ESAF, entretanto, voltei



oficialmente para a lista de aprovados, uma vez que um candidato, que havia passado dentro das vagas reservadas a deficientes físicos, não foi considerado deficiente pela junta multidisciplinar que o examinou, sendo eliminado do certame.

Fiz o curso de formação e, como os locais onde há vagas são escolhidos por ordem de classificação, eu não pude escolher o meu, ficando com o que sobrou.

A Superintendente da Receita Federal em Minas, à época, conseguira a criação de um REDEX (Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação) que funcionaria na Agência da Receita em Teófilo Otoni, para atender à comunidade local e às cidades vizinhas, já que o comércio e a exportação de pedras preciosas na região são intensos e a nova unidade traria facilidades para os contribuintes.

Foram criadas duas vagas de Auditor Fiscal para o mencionado REDEX; os dois selecionados trabalhariam em subordinação direta à Delegacia da Receita Federal em Governador Valadares.

Meu pai ficou preocupadíssimo ao saber que eu teria que me mudar para tão longe e que poderia correr riscos, não só por passar a morar sozinha, mas em função do novo ofício.

Minha filha já não estava mais em casa, desde o mês anterior ao início do meu curso de formação. Já graduada em Direito e aprovada no exame da Ordem dos Advogados do Brasil, resolveu não exercer a profissão, preferindo ir morar em Londres e em outras cidades estrangeiras, trabalhando e estudando, para aprender outros idiomas. Só se formara em Direito, devido a um pedido do pai que, vendo que partiria, ficou preocupado com o nosso futuro, especialmente o dela, quando disse que queria fazer vestibular para Letras, já tendo cumprido metade do seu curso na Milton Campos. Pela primeira vez, bem doente e fraco, em sua cama de hospital, interferiu em uma escolha de um filho, pedindo-lhe que deixasse as línguas para depois da graduação em Direito.

Meu filho estava cursando Engenharia Química na Universidade Federal de Minas Gerais e continuaria em Belo Horizonte.

Meus pais me acompanharam no carro deles, duas semanas antes da posse, até Governador Valadares, onde conheci minha delegada e meu chefe de fiscalização. Fui muito bem recebida por eles e seguimos para Teófilo Otoni, onde conheci o chefe e demais colegas da agência, hospedando-nos na Pousada do SESC.

Em Filadélfia, nome da cidade quando foi fundada por Teophilo Benedicto Ottoni, meus pais me ajudaram a procurar um apartamento. Não tendo achado nenhum, disse a eles que, quando fosse definitivamente para lá, o que aconteceu quinze dias depois, meu pai me levando com minha bagagem em meu carro, hospedar-me-ia novamente na Pousada, onde ficaria até encontrar uma moradia.

Acabei morando na Pousada do SESC durante todo o período em que trabalhei em Teófilo Otoni. Brincava com familiares e amigos, que foram até o nordeste de Minas me visitar, que morava em um palacete. Afinal, podia nadar e fazer caminhadas nas quadras de esporte que, à noite, ficavam vazias e iluminadas, bem como nos lindos jardins do Casarão do SESC, rodeado de árvores frutíferas. No Casarão, funciona o



Conservatório de Música da cidade, tendo sua diretora se tornado uma grande amiga e colocado o piano à minha disposição nos fins de semana em que não vinha a Belo Horizonte visitar a família. Usava a biblioteca do complexo e voltei a ler muito, algo que era um pouco deixado de lado, devido às ocupações de mãe, esposa, dona de casa e empresária. Fiz amizade também com as diretoras e funcionárias do SESC, bem como com a família que explorava o restaurante, onde fazia refeições balanceadas e saborosas. Além do conforto e segurança oferecidos pelo SESC, eu estava perto do sul da Bahia, onde tive a oportunidade de conhecer lindas praias.

Passei a fazer trabalho voluntário, priorizando as pontas mais carentes da sociedade (crianças e idosos). Em toda minha vida, sempre senti falta desse trabalho em contato direto com os mais necessitados, pois sempre me limitei a ajudá-los financeiramente, ou seja, de forma distante.

A pedido de colegas da Agência da Receita, com autorização do chefe e, tendo-o como um dos alunos, montei um cursinho para concurso de Auditor Fiscal. Eles estudavam a maior parte das matérias por conta própria e eu, com o conteúdo ainda “fresquinho” na cabeça, ministrava aulas de Contabilidade Geral, Direito Tributário, Português e Inglês. Ficaram satisfeitos e o pagamento pelas aulas foi efetuado com trabalho voluntário que todos se dispuseram a fazer. Exceto em Inglês, eu não tinha formação em nenhuma das três matérias e não me sentiria à vontade para cobrar dos colegas.

Bem, com a vida pessoal bem estruturada, meus filhos distantes de mim geograficamente, mas mais próximos do que nunca espiritualmente (falávamos com muita frequência, com facilidades do mundo moderno, como celular, *internet*, *skype* e outras), bem encaminhados academicamente e profissionalmente, namorando pessoas muito bacanas, com quem hoje estão casados, resolvi também me casar: com o meu trabalho na Receita Federal!

Sabia que ia gostar muito do meu trabalho, mas nunca imaginei que fosse tanto. Bem no interior de Minas, tive a oportunidade de trabalhar na área aduaneira e com fiscalização de tributos internos, pessoa física e jurídica, e em operações diversas.

A Receita me ofereceu vários cursos e, com o apoio de colegas mais experientes em Valadares e com uma parceria muito bacana que meu colega de REDEX e eu desenvolvemos, senti-me feliz em aprender tanta coisa em tão pouco tempo.

Conheci o Programa Nacional de Educação Fiscal e, paralelamente às minhas atribuições, muitas vezes à noite e nos fins de semana, dediquei-me a essa área, que considero da maior importância.

Surgiram oportunidades de trabalho na Receita em Brasília (na Assessoria Internacional, na Coordenação de Interação com o Cidadão e na ESAF). Por estar cumprindo o estágio probatório, não pude aproveitar nenhuma.

Com dois anos e quatro meses de Receita, tendo sido o meu trabalho e minha dedicação reconhecidos, fui trazida de ofício para a Superintendência da Receita em Minas, onde assumi a coordenação da Educação Fiscal e, depois, uma equipe na



Inspetoria em Confins.

Hoje, estou no Serviço de Controle da Administração Tributária da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte e acabo de ser selecionada para os treinamentos para a Delegacia de Maiores Contribuintes – Pessoa Física, a ser inaugurada em breve em Belo Horizonte.

Minha filha terminou com distinção um Mestrado em Linguística Aplicada com ênfase em línguas em risco de extinção e, com experiência de mais de um ano na China, já conhece bastante do idioma mandarim.

Meu filho, formado em Engenharia Química, acabou de passar em dois concursos para analista (Banco Central e SUSEP).

E assim continuo, TOCANDO EM FRENTE, esperando que, ao lerem meu relato, pessoas que estiverem passando por alguma dificuldade, algum sofrimento, animem-se e também TOQUEM EM FRENTE.

Foi uma irmã que me inspirou na escolha do título desta história, pois ela uma vez me disse que acha que a letra (a seguir), música de Almir Sater e Renato Teixeira, combina com minha trajetória de vida.



Tocando em Frente
Renato Teixeira
Composição: Almir Sater e Renato Teixeira

Ando devagar
Porque já tive pressa
E levo esse sorriso
Porque já chorei demais
Hoje me sinto mais forte,
Mais feliz, quem sabe,
Eu só levo a certeza
De que muito pouco sei,
Ou nada sei
Conhecer as manhas
E as manhãs
O sabor das massas
E das maçãs
É preciso amor
Pra poder pulsar
É preciso paz pra poder seguir
É preciso chuva para florir
Sinto que seguir a vida
Seja simplesmente
Conhecer a marcha
E ir tocando em frente
Como um velho boiadeiro
Levando a boiada
Eu vou tocando os dias
Pela longa estrada, eu vou
Estrada eu sou
Cada um de nós compõe
A sua própria história
E cada ser em si
Carrega o dom de ser capaz
De ser feliz
Todo mundo ama um dia,
Todo mundo chora
Um dia a gente chega
E no outro vai embora



UMA ESTÓRIA HISTÓRICA E QUASE REAL
QUE EU AUMENTO, MAS NÃO INVENTO!

José Henrique Salatti

IRF Porto Alegre/RS

Se existe coisa que me deixa impaciente é gente sem paciência. Deixa impaciente, mas não chega a meter medo. Medo mesmo só tenho da minha mulher e do “mala men”. Quem é o “mala men” não sei, mas sei que minha mãe rezava toda noite e terminava com “livrai-nos do mala men”.

Pois, estava eu, um belo dia, atrás do balcão da arrecadação da minha Delegacia, após ter atendido uma porção de viúvas. Viúvas, que homem é que é de raça “morredeira”. Eu, pelo menos, não conheço nenhum viúvo. Bem. Eis que chega um rapaz à galope, como se diz no meu Rio Grande do Sul. Quase correndo.

– Moço, moço, não tá fechado inda, né? Queu vim buscar uma incónita.

O cara falava tão rápido que juntava palavras e engolia letras.

– Calma. Não está fechado, tanto que entraste. O que precisas mesmo? Só procura falar um pouco mais devagar.

– Uma incógnita, moço. Meu chefe mandou vir aqui busca ruma.

Até que começou bem, mas desandou a disparar a metralhadora verbal outra vez.

– Pelo visto, queres outra incógnita, pois já vieste com uma. Qual a empresa, meu garoto?

– Lá da firma, moço, lá da firma, ele mandou buscar uma, ele, meu chefe.

– Pelo menos me diga qual o ramo de negócio...

– Qué isso, moço?

– O ramo de negócio? O que a empresa faz?

– É firma, moço. Agente trabalha lá.

– A empresa é industrial, comercial, agrícola ou prestadora de serviços?

– É firma moço. A gente trabalha.

– Entendo. Qual o nome ou o CNPJ da firma? Eu tenho que descobrir a que tipo de tributação ela está sujeita.

Nem havia terminado a frase e já estava arrependido.

– Não complica, moço. Vai fechar, e eutenho que levar a incónita.

– Calma! Mesmo que feche eu terminarei de te atender.

– Vai fechá afirma. Meu chefe me mata se eu chegar sem a incógnita.



Encurtando o causo: o rapaz queria uma senha para atendimento. Que tipo de atendimento, obviamente, ele não tinha a mínima ideia. Expliquei que não precisava de senha, pois já estava sendo atendido.

– Mas eu tenho que levá de qual que jeito, senão meu chefe me mata.

Peguei um pedaço quadrado de capa de processo e rabisquei “INCÓGNITA 01324” e foi-se ele, satisfeito da vida.

Antes dessa Delegacia, havia passada por outra. Aduaneiro da gema, acreditava que já havia visto de tudo em zona primária, até que chega um colega recém-nomeado e fomos fazer a conferência física em uma carreta frigorífica. Vai empilhadeira vazia. Volta com um monte de caixas. E vai descarregando tudo. Caixas e mais caixas com a inscrição “HÍGADO BOVINO”. Caso o nobre leitor não saiba, em espanhol, significa FÍGADO BOVINO.

Fizemos a contagem dos volumes. Levamos uma amostra para pesagem. Tudo certo. Prontinho para seguir com o desembaraço, quando o colega, fazendo cara de esperto, vai até a cozinha e volta com uma faca. Abre uma caixa e começa a espetar o troço.

– O que estás procurando? – perguntei.

– Estou querendo verificar se fizeram o enquadramento correto.

– Como assim?

– Tenho que saber, meu caro Watson, se é COM osso ou SEM osso.

– É mole?!

~~//~~

Dizem que, na aduana, há mais doidos por metro quadrado do que em qualquer hospício, se é mesmo que não sejam sinônimos! Tanto é assim que alcança até os serviços terceirizados. Não conto onde, nem qual o tipo de serviço prestado pela pessoa, mas o fato tem até testemunhas. Ao ver tal pessoa em um pátio, inclinada para frente e para baixo, tipo cabo de guarda-chuva fechado, “saca”? Cheguei a seu lado e perguntei:

– Dor nas costas? Posso ajudar?

Pois mesmo que o prezado leitor pense por uns quatro ou cinco dias, não adivinha a resposta.

– Não, não. É que hoje está meio parado por aqui e estou contando quantas formigas passam carregando folhas e quantas passam sem nada.

A figura tinha era que trabalhar no IBGE, não é mesmo?!

~~//~~

Ah! Sabe aquele aparelho de raios-X, o tal do “scanner”, por onde passam as malas nos aeroportos? Pois é! Dizem (eu não vi) que teve “mala” que resolveu passar pelo bagulho só para saber como ficaria sua imagem no monitor.

Um colega, que chamaremos de XIS, nutria uma grande simpatia por uma colega, que chamaremos de AGÁ. Até aí, tudo normal, afinal eram pessoas solteiras e descomprometidas. Pois ocorreu de um dia qualquer de alguma certa primavera (só podia!), XIS ir ao trabalho de calça marrom e camisa vermelha. Ao chegar ao saguão da



repartição, AGÁ passa por XIS e comenta:

– Ficas bem de calça marrom e camisa vermelha!

Pronto! Foi o que bastou para XIS fazer uma revolução no seu roupeiro! E nunca mais foi visto com outro tipo de vestimenta.

~~//~~

A aduana é realmente uma fonte inesgotável de histórias e estórias. Quem nunca ouviu ou leu aquela da velhinha que, durante anos a fio, passava diariamente pela fronteira entre o Brasil e um país vizinho, pilotando uma lambreta com um saco de areia na garupa e voltava do mesmo jeitinho: pilotando uma lambreta com um saco de areia na garupa?

Se não conheces, é simplesinha: um agente da aduana brasileira, em seu último dia de trabalho antes da aposentadoria, indagou à senhora:

– Vovó! Hoje me aposento após ter flagrado todo tipo de malandragem e ter aberto este saco de areia que a senhora leva e traz. Sei que não é areia o seu trambique, só que não consigo saber o que é. Juro que vou curtir minha aposentadoria sem contar o seu segredo prá ninguém. Fala prá mim, fala?!

– Jura, meu filho?

– Juro de pés juntos.

– É lambreta, bobinho!

~~//~~

Essa historinha (ou estorinha) da vovó da lambreta me faz lembrar a verdadeira lenda urbana em que se transformou um tiozinho que, todo santo dia, atravessava a fronteira e voltava com o mesmo carro. Note que ele ia e voltava com o mesmo carro. Os aduaneiros locais já estavam mais espertos e passaram a conferir placas e outras características do veículo, mas não conseguiam saber o motivo do “cabeça-branca” ir e voltar, ir e voltar, sem bagagem alguma, nem no porta-malas, nem no porta-luvas, nem sobre, nem sob os bancos do carro, nem em lugar algum.

Reviraram tudo inúmeras vezes. E nada! Até o carburador e a surdina da fubica investigaram, além de abrir os forros todos, desde laterais das portas até teto, e nada! Só não desmontaram o carro todinho, mas nada foi encontrado! Nunca! Nunquinha, mesmo! E só não desmontaram, diz-se, porque não saberiam remontá-lo.

A grandiloquente, quase que ensurdecadora, mesmo que silenciosa dúvida atormentava alguns dos mais experientes e experimentados aduaneiros, forjados a ferro e fogo ao calor de anos e anos de barreiras, plantões em madrugadas, buscas e apreensões, investigações, diligências e todo tipo de averiguações, pesquisas e estudos: o quê, afinal de contas, o tiozinho “trambicava”?

Sucedeu-se que um dos agentes do fisco, à porta da aposentadoria, abordou o tio aos mesmos moldes da história da velhinha, ao que retrucou o tiozinho:

– Já notaste que mesmo no verão passo por aqui de camisas de manga comprida?

– Realmente, não havido percebido isso, mas o senhor não vai dizer que o seu “negócio” são camisas de manga comprida?

– Claro que não, meu rapaz. São relógios de pulso.



~~//~~

Outra fonte renovável de fatos memoráveis é o famoso 146 (plantão telefônico na época da Declaração do Imposto de Renda).

Uma bem curtiinha:

- Alô! Eu queria saber como consigo restituição.
- Bem, a sua pergunta é um tanto abrangente. A restituição, se couber, depende da sua Declaração de Ajuste Anual.
- Como assim?
- Ao fazer a sua Declaração, o programa vai fazer os cálculos e informar se o senhor possui valores a restituir.
- Mas eu tenho que fazer a Declaração, mesmo sendo o tal obrigado a declarar?
- Para receber restituição de valores retidos, sim.
- Mas, eu não tive nenhum valor de retenção...

~~//~~

Outra interessante é a do espertalhão que “descobriu um furo no programa”:

- Alô, meu filho, podias passar-me pro pessoal da informática, que eu descobri um furo no sistema?

- Pois não, mas, diga-me, qual o furo, para eu encaminhá-lo já com o assunto, para ganharmos tempo.

- O sistema não calcula minhas despesas para restituição.

- Existem despesas, como aluguéis, que são informadas, mas não geram dedução.

Não seria este o caso?

- Não. Nem as minhas despesas médicas, nem as de dependentes estão sendo computadas devido a esse furo no sistema.

- Isso não é normal ocorrer. Deixe-me acessar a tela das despesas e vamos fazendo juntos para checarmos o que estaria havendo.

- Daí, nós vamos é perder tempo. Me passe pro pessoal da informática que tenho que alertá-los sobre esse furo do sistema, por favor.

- OK! OK! Mas informe antes em que códigos o senhor está lançando as despesas.

- Eu informo o nome do laboratório, por exemplo, o código dele e o valor.

- Entendo. O senhor está lançando no código de “exames laboratoriais”?

- Não, meu garoto. O código CIC do laboratório...

Plantonista também sofre!

~~//~~

Outro telefonema interessante que foi recebido em certa repartição da Receita:

- Alô! Eu recebi uma intimação de vocês e queria saber do que se trata.

- Bem. Qual o seu nome?

- Como vocês me intimam sem saber meu nome?

- É que se o senhor recebeu uma intimação é devido à existência de algum processo, e não posso saber seu nome sem que o senhor se identifique...



- É para depor numa vara de vocês.
- Bem, não temos varas, senhor, quem tem varas é a Justiça.
- Pois é!
- Mas aqui não é do Judiciário, é da Receita Federal.
- Tá! Mas, não é tudo Federal? Não, é tudo serviço público?
- Mas esse coitado vingou-se.
- Meu senhor, posso saber onde o senhor trabalha?
- Tu já quer saber demais!
- Só por curiosidade.
- Eu trabalho na Móveis & Móveis.
- E o senhor poderia me informar sobre uma entrega que está em atraso?
- Não. Não sou do setor de entregas.
- Entendo. E como eu consigo a informação que eu preciso?
- Eu quem liguei querendo informação, rapaz!
- OK! Mas, enquanto eu procuro aqui, o senhor poderia me ajudar, não?
- Tá bem! E quando foi que comprou aqui?
- Eu comprei na Geladeiras & Geladeiras.
- Pô! Então, tu tem que ligar prá lá, ora bolas!
- Mas, não é tudo comércio? Não é tudo a mesma coisa?
- BOA!!!

~~//~~

E sempre tem aquele que é o cara que paga o salário da gente, né?

- Tu tens que resolver o meu problema, pois EU PAGO o teu salário.

Mesmo que o problema seja quase que insolúvel, ao menos do jeito que ele queira.

Uma boa resposta eu ouvi um colega dar:

- Então, TU é o culpado?!

- Culpado de quê ?

- Desta merreca que tô ganhando, e tanto tempo sem aumento!

Já euzinho resolvi fazer uma voltinha um pouco maior em um desses “patrões”:

- Entendo. E posso saber onde o senhor trabalha?

- No Mercado Pães & Carnes.

- Pois saiba que faço minhas compras mensais nesse mercado. Então, eu também pago o TEU salário.

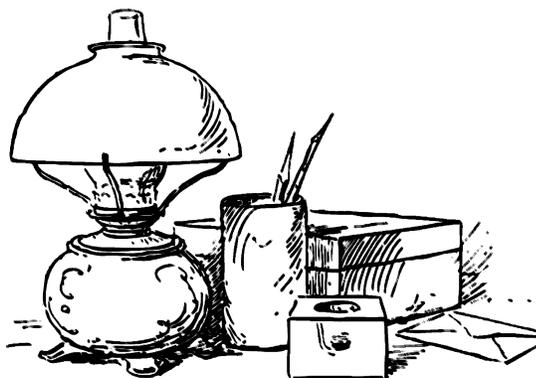
Um a um. Bola no meio e...

Vamos começar de novo?



Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Fotografias



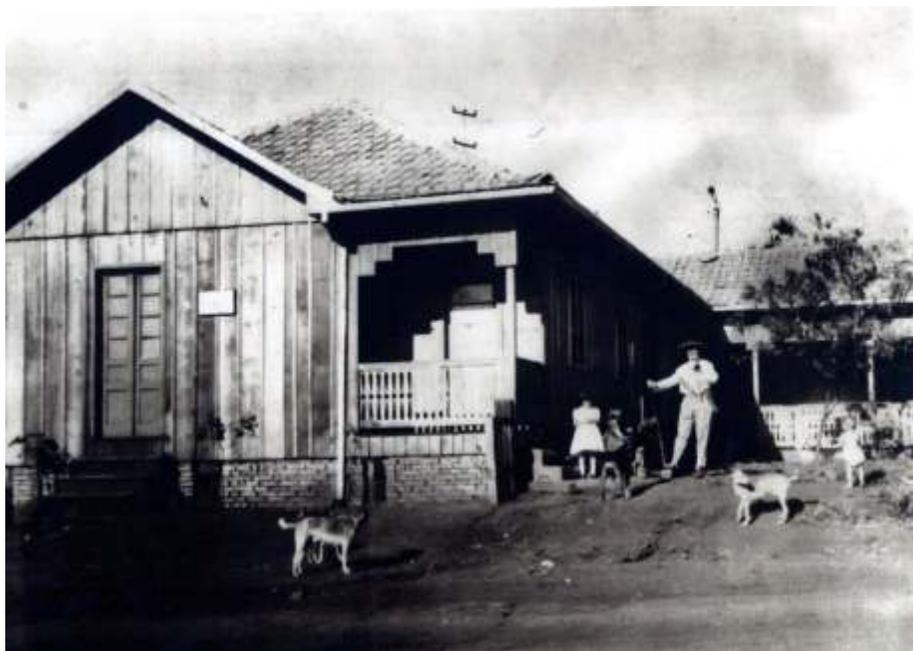
9

PRIMEIRO LUGAR

1ª AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL
EM TOLEDO-PR

Walderez Maria Maver Bueno Otto
ARF Toledo/PR

1ª Agência da Receita Federal Coletoria Federal de Toledo-PR



Na imagem o Sr. Oldemar Solano Bueno, Coletor de Impostos da Receita Federal em Toledo - Paraná, pai da servidora premiada, criança menor na foto.

“Quem diria que seguiria a carreira de meu pai...”

Walderez Maria Maver Bueno Otto



9
SEGUNDO LUGAR

CASARÃO MALBURG

Rubia Bittencourt de Oliveira
DRF Itajaí/SC

Casarão Malburg



Casarão Malburg*, de construção hanseática, elo entre gerações na atividade social e econômica de Itajaí. Após restauração tornou-se sede da Delegacia da Receita Federal do Brasil nesta cidade.

* Conheça mais sobre o Casarão Malburg nos Relatos Escritos na história “Casarão Malburg-uma história preservada pela Receita Federal”.



9

TERCEIRO LUGAR

Baía de Santos-SP em 2003

José Augusto Correa Monteiro
ALF Porto de Belém/PA

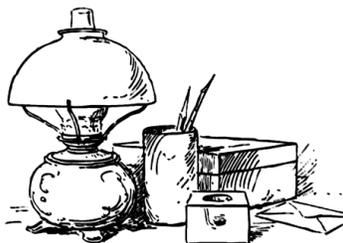
Baía de Santos-SP em 2003



Lancha da RFB em operação – Baía de Santos/SP - 2003



Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil 2010



Memória da Receita Federal do Brasil



Receita Federal

